



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

172ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 21 e 22 de outubro de 2009.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

172ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 21 e 22 de outubro de 2009

Local: MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

1 Aos vinte e um e vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e nove teve início a Centésima
2 Septuagésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS,
3 sob a Presidência da Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e
4 Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra.
5 Márcia Maria Biondi Pinheiro. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na
6 Titularidade: Membros Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheira Márcia Maria Biondi Pinheiro,
7 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira e Vice-Presidente
8 Margareth Alves Dallaruvera, Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; Conselheiro
9 Renato Francisco dos Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –
10 MDS; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e
11 Combate à Fome – MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz, Ministério do Planejamento,
12 Orçamento e Gestão – MP; Conselheiro José Ferreira da Cruz, Ministério do Desenvolvimento
13 Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Edna Aparecida Alegro, MF; Conselheira Heloísa
14 Helena Mesquita Maciel, FONSEAS; Conselheiro Charles Roberto Pranke, CONGEMAS;
15 Conselheiro Ir. Vicente Falqueto, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Conselheiro
16 Antônio Celso Pasquini, União Social Camiliana; Renata Rodrigues Flores Alves, Federação
17 Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Conselheira Rosa Maria Ruthes, Instituto Social,
18 Educativo e Beneficente Novo Signo; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja
19 Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Conselheiro Carlos
20 Eduardo Ferrari, Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – AVAPE; Conselheira
21 Marisa Fúria Silva, Associação Brasileira de Autismo – ABRA; Conselheira Thays Martinez, União
22 Brasileira dos Cegos - UBC; Conselheiro João Carlos Carreira Alves, Federação Nacional de
23 Educação e Integração dos Surdos; Conselheira Maria Dolores da Cunha Pinto, Federação Nacional
24 das APAES – FENAPAE; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de
25 Rua; e, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos –
26 FENAPSI. **Convidados:** Maria Rosa, Fórum Nacional de Assistência Social; Maria Joaquina,
27 CEAS-GO; Lenil, CEAS – MT e FONACEAS; Núbia; CEAS/Maranhão e FONACEAS; Paulo
28 Roberto Machado Cunha, advogado da FUPAC; e, Gilson Dayrell, ex-presidente do CNAS.
29 **ABERTURA.** Aos vinte e um dias do mes de outubro de dois mil e nove, dando início à Centésima
30 Septuagésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a
31 senhora Presidente solicitou à Secretária-Executiva, Sra. Cláudia Sabóia, proceder à conferência do
32 quorum: Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes: Conselheira Márcia, Conselheira Edna,
33 Conselheiro Renato, Conselheiro Frederico, Conselheira Heloísa, Conselheira Simone
34 Albuquerque, Conselheira Dolores, Conselheiro José Geraldo, Conselheiro Charles e Conselheiro
35 José Crus. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro Pasquini, Conselheira Rosa, Conselheiro
36 Samuel, Conselheira Marisa. Na sequência, a senhora Presidente esclareceu que esse evento havia
37 iniciado no dia anterior, com a reunião da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional de

38 Assistência Social, e, nesse dia, no período da manhã, a reunião da Comissão de Financiamento,
39 com apreciação da execução orçamentária do Fundo Nacional e outros assuntos e reunião da
40 Comissão de Conselhos, com discussão do Plano de Ação da Comissão de Conselhos. A senhora
41 Presidente passou para o item **Aprovação da Ata da 171ª Reunião Ordinária do CNAS e da**
42 **Pauta.** A Secretária-Executiva esclareceu que o Conselheiro Mauro, na reunião anterior, havia
43 solicitado alteração da Ata, o que já havia sido realizado, com respeito ao julgamento do processo
44 da Associação Irmandade Beneficente Evangélica de Espigão do Oeste, que não havia sido julgado
45 e retirado de pauta a pedido do Conselheiro José Geraldo. Em não havendo mais nenhuma
46 observação, a Ata da Centésima Sexagésima Nona Reunião Ordinária foi aprovada pelo Pleno.
47 Prosseguindo, a senhora Presidente procedeu à leitura da Pauta: **Dia 20.10.2009 – 10h às 16h:**
48 **Reunião da Comissão Organizadora VII Conferência Nacional de Assistência Social. Dia**
49 **21.10.2009 – Manhã: 9h às 12h:** Reunião da Comissão de Financiamento (apreciação da execução
50 orçamentária do FNAS e outros) e Reunião da Comissão de Conselhos (Plano de Ação da Comissão
51 de Conselhos). **Tarde: 14h às 14h15min:** Aprovação da Ata da 171ª Reunião Ordinária do CNAS e
52 da Pauta; **14h15min às 15h:** Informes da Presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT e de
53 Conselheiros; **15h às 17h:** Relato da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional de
54 Assistência Social; **17h às 18h:** Relato da Comissão de Financiamento; **18h às 19h:** Reunião da
55 Presidência Ampliada. **Dia 22.10.2009 – Manhã: 09h às 11h:** Câmara de Julgamento de processos;
56 **11h às 13h:** Plenária: Julgamento de processos. **Tarde: 14h às 14h30min:** Reunião da Comissão de
57 Normas (Distribuição de processos); **14h30min às 16h:** Relato da Comissão de Política
58 (Tipificação dos Serviços Socioassistenciais); **16h às 17h:** Relato do GT Composição; **17h às 18h:**
59 Relato da Presidência Ampliada. A senhora Presidente sugeriu duas alterações: que o relato da
60 Comissão Organizadora da VII Conferência, proposto para o dia 21, às 17h, fosse transferido para o
61 dia 22, e trazer para o dia 21 o relato do GT Composição e o relato da Comissão de Política. Após
62 essas sugestões a pauta foi aprovada pelo Pleno com as alterações propostas. **Informes da**
63 **Presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros.** A senhora Presidente informou
64 o recebimento de um boletim da Secretaria Geral da Presidência da República, com leitura pela
65 Secretária-Executiva, que procedeu ao registro da presença do Conselheiro João Carlos,
66 Conselheiro Clodoaldo, Conselheiro Renato, Conselheiro Vicente, Conselheiro Carlos Ferrari,
67 Conselheira Margareth. Prosseguindo, solicitou ao SAC a distribuição da agenda trimestral que a
68 Secretaria-Geral da Presidência da República estava fazendo dos Conselhos Nacionais. Comunicou
69 que o Dr. Marcelo, dessa Secretaria-Geral, não havia comparecido à reunião para apresentar esse
70 trabalho por problemas de agenda. **Ausências Justificadas:** Conselheiro Charles Roberto Pranke,
71 no dia 01 de outubro na Reunião da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional de
72 Assistência Social, em virtude de participação na Reunião Descentralizada do CONGEMAS em
73 Dom Pedro/RS; Conselheiro Marcelo Garcia no dia 02 de outubro na Reunião Extraordinária da
74 Comissão de Política, em razão de compromissos profissionais; e dias 20, 21 e 22 de outubro na
75 Reunião Ordinária do CNAS; Conselheira Tânia Mara Garib nos dias 20, 21 e 22 de outubro na
76 172ª Reunião Ordinária do CNAS, em razão de férias; Conselheira Fátima Aparecida Rampin nos
77 dias 20, 21 e 22 de outubro na 172ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de problemas de
78 saúde; Conselheiro Josenir Teixeira nos dias 20, 21 e 22 de outubro na 172ª Reunião Ordinária do
79 CNAS, em razão compromissos profissionais; Conselheiro Mauro Cesar Nogueira do Nascimento
80 nos dias 20, 21 e 22 de outubro na 172ª Reunião Ordinária do CNAS, em razão compromissos
81 profissionais no âmbito do Ministério do Planejamento; Conselheira Rosa Mary Oliveira nos dias
82 21 e 22 de outubro na 172ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de viagem a serviço;
83 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, no dia 20 de outubro na Reunião da Comissão
84 Organizadora da VII Conferência Nacional de Assistência Social, em razão de assuntos pessoais;

85 Conselheiro Edval Bernardino Campos nos dias 20, 21 e 22 de outubro na 172ª Reunião Ordinária
86 do CNAS, em razão de tratamento médico; Conselheiro Edivaldo, representando o Conselho
87 Nacional em Sergipe e que havia participado no dia anterior na reunião da Comissão Organizadora.
88 **E-mails enviados aos Conselheiros.** A Secretária-Executiva destacou a Portaria 323, que substituiu
89 o representante suplente do CONGEMAS, Conselheiro Sérgio Wanderly, pelo Conselheiro Marcelo
90 Garcia. Informou a consulta, reiterada no dia 09/10, a respeito do interesse de capacitação dos
91 Conselheiros Nacionais indicada na reunião passada. Apresentação de Power Point da Conselheira
92 Edna, e o parecer respaldando as questões levantadas em Reunião Plenária do CNAS. Mensagem
93 recebida do CONSEA pela Conselheira Edna, com abaixo assinado para apoio à aprovação da PEC,
94 que incluía o direito à alimentação no texto da Constituição Federal. Boletim do MDS da VII
95 Conferência, e as participações do CNAS. Convite pelo Departamento de Justiça da Secretaria
96 Nacional de Justiça do Ministério de Justiça para o Seminário do Terceiro Setor, Cenários e
97 Desafios, nos dias 15 e 16 de setembro, com a Conselheira Edna representando o CNAS.
98 Participação da senhora Presidente do CNAS da Reunião Ampliada do FONACENAS nos dias 17 e
99 18 de setembro, em Rio Branco, no Acre. Convite pelo Conselho Nacional de Saúde para a IV
100 Reunião do Comitê Executivo da 1ª Conferência Mundial sobre Desenvolvimento dos Sistemas
101 Universitários de Seguridade Social no dia 21 de setembro em Brasília, com o CNAS representado
102 pela senhora Presidente, e pelo Conselheiro Frederico. A Federação Nacional dos Sociólogos
103 enviou convite para o Congresso Regional de Sociólogos, e Encontro Regional dos Assistentes
104 Sociais, no dia 23 de setembro em Belo Horizonte. O CNAS foi representado pelo Conselheiro
105 Geraldo. - O Serviço Social do Comércio - SESC São Paulo enviou convite para a Cerimônia de
106 Abertura do Seminário Internacional “O Trabalho Social França Brasil” dia 24 de setembro de 2009
107 em São Paulo/SP, com o CNAS representado pela senhora Presidente e pela Secretária-Executiva.
108 A Organização Nacional de Cegos do Brasil enviou convite para o Seminário Brasileiro em
109 Comemoração ao Bicentenário de Nascimento de Louis Braille dias 24 e 25 de setembro de 2009
110 em Brasília/DF. O CNAS foi representado pelos Conselheiros Edivaldo da Silva Ramos e Carlos
111 Eduardo Ferrari; A Controladoria-Geral da União enviou convite para o 1 Seminário Nacional de
112 Controle Social, dias 25 e 27 de setembro de 2009 em Brasília/DF. O CNAS foi representado pela
113 senhora Presidente, a Secretária-Executiva, os Conselheiros Carlos Eduardo Ferrari e Edna
114 Aparecida Alegro e as servidoras da Coordenação de Apoio aos Conselhos Liliane Neves, Giovana
115 Veloso e Rosana Silva. O MDS e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar enviaram convite
116 para o Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a 3ª Conferência + 2, dia 29 de
117 setembro de 2009 em Brasília/DF, com o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula
118 representando o CNAS. A senhora Presidente do CNAS participou de Reunião Com o Professor
119 Leonardo Avrites e Sra. Eleonora Schettini dia 29 de setembro em Belo Horizonte, para discutir
120 assuntos relativos à VII Conferência Nacional de Assistência Social; O Conselho Nacional de
121 Saúde enviou convite para a Reunião do Comitê Executivo da 1 Conferência Mundial Sobre o
122 Desenvolvimento de Sistemas Universais de Saúde e Seguridade Social dias 01 e 05 de outubro de
123 2009, com um calendário com várias reuniões, com a senhora Presidente representando o CNAS em
124 reunião nos dias um a cinco. Participação do CNAS no 10º Congresso Brasileiro de Direito e
125 Contabilidade do Terceiro Setor dia 02 de outubro de 2009 em São Paulo/SP, representado pela
126 senhora Presidente e pela Conselheira Edna Aparecida Alegro; O Conselheiro Edivaldo da Silva
127 Ramos representou o CNAS na Reunião da Câmara Técnica da CIT com objetivo de aprofundar as
128 reflexões sobre Serviço de Suporte Domiciliar e Serviço de Apoio ao Processo de Habilitação e
129 Reabilitação, dia 05 de outubro de 2009, em Brasília/DF. A Fundação de Ação Social enviou
130 convite para o III Encontro dos CRAS de Curitiba dias 13 e 14 de outubro de 2009 em Curitiba/PR,
131 com o CNAS representado pelo Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite. O Ministério do

132 Desenvolvimento Social e Combate à Fome enviou convite para a Mesa de Abertura da Cerimônia
133 de Instalação do Comitê Gestor do Programa ProJovem, dia 06 de outubro de 2009 em Brasília/DF,
134 com o CNAS representado pela senhora Presidente, que também participou da Reunião no
135 Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte dia 13 de outubro em Belo Horizonte;
136 A senhora Presidente participou da reunião com a Sra. Kênia Figueiredo, especialista, que estava
137 trabalhando a questão da mobilização da VII Conferência de Assistência Social, durante a VII
138 Conferência. O Conselho Nacional de Saúde realizou a Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde,
139 de Caráter Extraordinário, nos dias 13 e 14 de outubro, no Senado Federal, onde foi apresentada
140 durante a abertura deste evento, informes sobre a Conferência Mundial do Desenvolvimento dos
141 Sistemas Universitários de Seguridade Social, com o CNAS representado pela Servidora Giovanna
142 Veloso. A senhora Presidente realizou reunião com as colaboradoras Denise Colin e Mariângela,
143 nos dias 19 de outubro, em Brasília, para discutir assuntos da VII Conferência. **Participação dos**
144 **Conselheiros e da Secretaria-Executiva nas Conferências.** Na Conferência de São Paulo a
145 senhora Presidente e a Secretária-Executiva representaram o CNAS. Em Mato Grosso a Margareth
146 e a Maria Auxiliadora; em Mato Grosso do Sul o Samuel e a Cristiane; no Ceará a Edna e a
147 Dorinha; no Espírito Santo o Falqueto e a Mercês; em Alagoas a Edna e a Dorinha; no Rio Grande
148 do Norte o Carlos Ferrari e a Liliane; na Bahia a Simone, José e a Secretária-Executiva; no Amapá
149 o Edivaldo e a Liliane; em Santa Catarina a Márcia e a Giovanna; no Maranhão a Margareth e a
150 Jamile; em Goiás, o Renato Saidel e a Jamile; Paraíba, Edna e Carolina; em Rondônia o Carlos
151 Ferrari e a Randriene; no Piauí o Renato de Paula e a Mercês; no Amazonas a Marisa e a Dorinha;
152 no Tocantins o Clodoaldo; no Pará, a Margareth e a Ariane; em Minas a Márcia e a Liliane; em
153 Sergipe o Conselheiro Edivaldo e Giovanna. **Site:** trazendo todas as Resoluções e o link, nas boas
154 práticas de capacitação, com a cartilha versão 2009 do TCU, orientações para os Conselhos da área
155 da Assistência Social; do TCU, as boas práticas em segurança da informação, III Edição; Portaria
156 343/2009, que estabelece a competência dos procedimentos de emissão da declaração referente à
157 isenção sobre a importação, no âmbito do MDS para se manifestar quando forem entidades e bens
158 da Assistência Social, cuja regulamentação já havia sido publicada e encaminhada aos Conselheiros
159 por e-mail e disponibilizada no site inclusive os telefones de contato da SNAS, para orientações ao
160 respeito. **Audiências** realizadas e assuntos tratados nas mesmas, conforme material apresentado.
161 **Comunicados.** A senhora Presidente do CNAS enviou aos Conselhos de Assistência Social o
162 Ofício Circular nº 010/2009, referente ao levantamento Nacional sobre os Benefícios Eventuais; A
163 Controladoria Geral da União encaminhou para o CNAS 40 exemplares da Cartilha Olho Vivo
164 Controle Social, e 50 exemplares do Manual para Agentes Municipais/Gestão de Recursos Federais,
165 para distribuição aos Conselheiros e Coordenação do CNAS; a Federação Nacional dos Sociólogos
166 enviou ofício agradecendo a participação do Conselheiro Geraldo Gonçalves Oliveira Filho no
167 Congresso Regional de Sociólogos e Encontro Regional dos Cursos de Ciências Sociais. Foi
168 encaminhado, de ordem da senhora Presidente do CNAS aos Conselhos de Assistência Social o
169 Ofício Circular nº 13, sobre o levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviços de
170 acolhimento. O MDS publicou o Edital de Concurso Público para o cargo de Agente
171 Administrativo, cujas inscrições poderiam ser efetuadas de 15 a 29 de outubro, no site
172 www.cespe.unb.br/concursos/mds2009. **Aniversariantes do mês:** Conselheira Maria José de
173 Freitas – dia 02 de outubro, a senhora Presidente do Conselho Nacional, no dia 27 próximo.
174 **Informes do MDS.** A Conselheira Simone informou a realização de uma oficina nos dias 29 e 30
175 de setembro em Brasília, com a presença dos professores que dariam o curso de capacitação de
176 Conselheiros Estaduais e Nacionais e Secretários-Executivos, com a presença da Secretária-
177 Executiva do CNAS e Sra. Liliane Neves, discutindo sobre o conteúdo que havia sido decidido em
178 conjunto com a Comissão de Conselhos. Informou que o curso iniciaria dia 28 de outubro e iria até

179 dia 20 de novembro, em 11 capitais brasileiras, com os vários Conselhos Estaduais, com aula
180 inaugural dia 27 de outubro em Brasília, estendendo o convite a todos os Conselheiros. Informou a
181 conclusão do senso SUAS no dia 23 de outubro, com informações sobre os CRAS e CREAS, com a
182 idéia de no próximo exercício capturar também informações dos Conselhos Municipais e Estaduais,
183 exatamente para servir de subsídio de monitoramento do Controle Social pelo CNAS e pelo próprio
184 Ministério. A Conselheira Simone informou que se encontrava no ar, indo até dia 31 de outubro, um
185 formulário para informações do piso de transição, comunicando a proposta feita no dia anterior pela
186 Comissão Organizadora da VII Conferência, para trazer ao CNAS a Diretora de Proteção Básica,
187 para debate sobre o piso de transição. Informou que também se encontrava no ar o PROJOVEM
188 Adolescente até o dia 31 de outubro, assim como a captura das informações dos benefícios
189 eventuais. Comunicou que no dia 06 de outubro o MDS e a Secretaria da Juventude instituíram o
190 Comitê Gestor do PROJOVEM, com a função de consolidar o programa, monitorar suas metas,
191 garantindo e possibilitando estratégias de integração dos diversos subprojetos que compunham o
192 PROJOVEM Adolescente. Lançamento pelo MDS de coletânea para subsidiar os trabalhadores da
193 proteção básica que trabalhavam com os serviços sócio-educativos de jovens e adolescentes,
194 entregando um kit para cada Conselheiro. Apesar de os dados do PNAD não terem chegado por
195 escrito, sugeriu que fosse convidada a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação para
196 apresentar essas informações aos Conselheiros, citando alguns índices e ressaltando seu objetivo e
197 importância e cujos resultados apresentados deveriam ser comemorados. A senhora Presidente
198 registrou a sugestão de trazer alguém da SAGI para apresentar esses dados em uma próxima reunião
199 e poder debater, nesse processo de capacitação que vinha sendo feito dos Conselheiros Nacionais e
200 Estaduais, providenciando a entrega do material para os Conselheiros. A Conselheira Simone
201 sugeriu, ainda, que fosse encaminhado esse material à Frente Parlamentar da Assistência Social, a
202 todas as frentes parlamentares estaduais, à Comissão de Seguridade Social do Congresso e colocado
203 no site do CNAS, para divulgação. **Informe da CIT.** A Conselheira Simone informou a realização
204 da Câmara Técnica da CIT, cuja degravação seria encaminhada, percorrendo sobre sua realização e
205 a discussão sobre dois serviços que estavam tipificando, com relação às pessoas com deficiências e
206 dependências, destacando os estudos apresentados e cujo resultado seria encaminhado para que a
207 Comissão de Política do Conselho pudesse acompanhar essa discussão. **Informe dos Conselheiros.**
208 O Conselheiro José Crus destacou o percentual de 90% de inscrição realizada pelos Conselheiros
209 Estaduais e Nacionais no curso, mencionando as inscrições que faltavam nos estados
210 correspondentes. Prosseguindo colocou o cronograma do curso de capacitação: Distrito Federal,
211 Goiás e Tocantins, Brasília, dias 28 a 30 de outubro, Hotel Mercure; Amapá, Maranhão e Pará,
212 Belém, Soft Hotel, dias 28 a 30 de outubro; Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina,
213 Florianópolis, Mercure, dias 4 a 6 de novembro; Amazonas e Roraima, Manaus, Slice Flat, dias 4 a
214 6 de novembro; Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, Recife, Barramares, dias 4 a 6 de
215 novembro; Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo, São Paulo, EZ Aclimação, dias 9 a 11 de
216 novembro. Ceará e Piauí, Fortaleza, Brasil Tropical, dias 9 a 11 de novembro; Espírito Santo e Rio
217 de Janeiro, Rio de Janeiro, Golden Park, dias 11 a 13 de novembro; Bahia e Minas Gerais, Belo
218 Horizonte, Mercure Casablanca, dias 16 a 18 de novembro; Alagoas e Sergipe, Aracaju, Mercure
219 Del Mar, dias 16 a 18 de novembro; Acre e Rondônia, Porto Velho, Shelton Hotel dias 17 a 19 de
220 novembro. Concluindo, informou que a aula inaugural da Secretária-Executiva Arlete Sampaio, no
221 dia 27 de outubro, seria no Hotel Mercure Líder, SHN, às 19h. O Conselheiro Ferrari informou a
222 realização do III Congresso Internacional das AVAPE, de 23 a 25 de novembro, tema:
223 Empreendedorismo Social; dia 23 de novembro, a realização do Fórum Latino Americano de
224 Diversidade e Inclusão, com a participação da senhora Presidente como palestrante; entrega do
225 DVD de lançamento da campanha AVAPE pelo respeito, com uma inovação que era a

226 implementação dos recursos de áudio descrição, colocando-se à disposição para conversar sobre o
227 assunto; distribuição do Jornal AVAPE de Coração. Destacou a nova logomarca da AVAPE, que
228 conforme já indicado, passaria a se chamar Associação para Valorização de Pessoas com
229 Deficiência. A Conselheira Marisa chamou a atenção para a coincidência de datas do curso em São
230 Paulo com a próxima reunião do CNAS, com a senhora Presidente esclarecendo que as informações
231 haviam sido repassadas na reunião anterior com a possibilidade de se trocarem os locais.
232 Complementando, o Conselheiro José Cruz esclareceu que todas as despesas de deslocamento,
233 alimentação e hospedagem seriam custeadas pelo MDS e viabilizadas pela empresa Solar. **Item**
234 **Relato da Comissão de Política.** A Conselheira Margareth passou à leitura da “*Memória de*
235 *Reunião Extraordinária da Comissão de Política. 02 de outubro de 2009. Local: CNAS. Horário,*
236 *de 9 às 12 horas. Participantes: Edivaldo da Silva Ramos; João Carlos Carreira Alves; Margareth*
237 *Alves Dallaruvera; Samuel Rodrigues; Simone Aparecida Albuquerque. Ausências justificadas:*
238 *Frederico Jorge de Sousa Leite; Heloísa Helena Mesquita Maciel; José Ferreira da Cruz; Renata*
239 *Rodrigues Flores Alves; Marcelo Garcia. Apoio: Carolina Maria Ribeiro da Silva; Maria*
240 *Auxiliadora Pereira. A Comissão de Política fez a leitura e discussão, e apresentou propostas para*
241 *o Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, conforme quadro a seguir: redação.*
242 *Documento que inclui as contribuições da consulta pública, e do outro lado a proposta da*
243 *Comissão de Política. Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Nome do*
244 *serviço: Serviço de Acolhimento. Descrição específicas para crianças e adolescentes. O*
245 *Acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem, ou colocação em família*
246 *substituta. Proposta da consulta pública: substituir por família extensa. Agora vamos ao outro lado*
247 *ver a proposta da Comissão de Política. Sugere-se que a equipe técnica do Departamento de*
248 *Proteção Social Especial/SNAS, avalie qual termo é o mais apropriado: família substituta ou*
249 *extensa. Que a terminologia da tipificação seja de acordo com o documento Orientações Técnicas,*
250 *Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovado pelo CONANDA e CNAS. Lá em*
251 *baixo! Descrição específica para adultos e famílias: o atendimento a migrantes e refugiados*
252 *poderá ser desenvolvido em locais específicos a depender da incidência da demanda. O serviço de*
253 *acolhimento poderá também ser oferecido em Repúblicas para Jovens entre 18 e 21 anos com*
254 *vínculos familiares rompidos ou fragilizados, regressos de outras modalidades de acolhimento,*
255 *egressos de medidas sócio-educativas, ou em outra situação que demande este acolhimento, e para*
256 *peessoas adultas, convivência de rua em fase de reinserção social. Proposta da Comissão de*
257 *Política: Sugere-se que se leve em conta a proposta que está sendo discutido na Política Nacional*
258 *das Pessoas em Situação de Rua. O Serviço de Acolhimento deverá também ser oferecido em*
259 *Repúblicas para Jovens entre 18 e 21 anos. Recomenda-se que onde a demanda for superior a*
260 *cinquenta usuários, o atendimento a migrantes e refugiados deverá ser em local específico. A*
261 *proposta é de que sejam abrigadas 4 pessoas por quarto. Abolir a palavra albergue de todo*
262 *documento, uma vez que esta terminologia é estigmatizante. Outro: idosos, idosas com vínculos de*
263 *parentesco ou afinidade, casais, irmãos, amigos e etc., devem ser atendidos na mesma unidade.*
264 *Idosos e idosas, com deficiência podem ser incluídos neste serviço, de modo a prevenir práticas*
265 *segregacionistas e o isolamento deste segmento. Pessoas idosas com capacidade para desenvolver*
266 *as atividades da vida diária de forma independente podem ser acolhidas em repúblicas. Proposta*
267 *da Comissão de Política: Idosos e idosas com vínculo de parentesco e afinidade, casais, irmãos e*
268 *amigos, devem ser atendidos na mesma unidade. Idosos e idosas com deficiência devem ser*
269 *incluídos neste serviço de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento deste*
270 *segmento. Pessoas idosas com capacidade de desenvolver as atividades da vida diária de forma*
271 *independente devem ser acolhidas em repúblicas. Outro. Deve ser desenvolvido em ambiente com*
272 *características residenciais e local sigiloso, estrutura física adequada, funcionamento em regime*

273 de co-gestão, e possibilidade de manter a identidade das usuárias sob sigilo. Proposta da
274 Comissão de Política: sugestão de redação. Deve ser desenvolvida em ambiente com
275 características residenciais, local sigiloso, estrutura física adequada, funcionamento em regime de
276 co-gestão e necessidade de manter a identidade das usuárias sob sigilo. Outro. Provisões, ambiente
277 físico específico para adultos e crianças. Proposta da consulta pública: acrescentar armários para
278 guardar pertences. Proposta da Comissão de Política. Voltemos aí aos objetivos gerais! Eu pulei!
279 Sugere-se que a equipe do MDS revise os objetivos gerais destes e de outros serviços, para que os
280 mesmos acompanhem e referenciem os objetivos específicos. Incluir mais um item nos objetivos
281 específicos para adultos e famílias, e para mulheres em situação de violências. Promover o acesso
282 ao mercado de trabalho por meio de qualificação e requalificação profissional. Agora sim vamos
283 para a provisão. Para adultos e crianças, proposta da consulta pública: acrescentar armários para
284 guardar pertences. A Comissão de Política propõe: recomendação de não acatar a proposta da
285 consulta pública, uma vez que o acolhimento para a população em situação de rua é somente para
286 as pessoas. Animais e equipamentos de trabalhos ficam sob responsabilidade das cooperativas.
287 Recursos humanos específicos, adultos e famílias. As pessoas estão fazendo destaques? Depois!
288 Vocês estão conversando ou estão fazendo destaques? Ok, então vocês vão destacando aí com
289 vocês! Recursos humanos específicos para adultos e famílias: educadores e auxiliar de segurança.
290 Recomenda-se que a equipe mínima de referência deve seguir o estabelecido na NOB de RH. Vão
291 destacando aí! Unidade para criança e adolescente: recomenda-se que a equipe mínima de
292 referência deve seguir a NOB de Recursos Humanos. Unidade para adultos e famílias: albergue.
293 Unidade institucional com limite máximo de 50 pessoas por unidade, e de quatro pessoas por
294 quarto. Proposta da Comissão de Política: recomenda-se abolir o termo “albergue”. Unidade,
295 nota, o serviço de acolhimento poderá também ser desenvolvido em entidades de assistência social
296 sem fins lucrativos. Proposta da consulta pública: retirar “sem fins lucrativos” e inserir, “Decreto
297 nº 6.308/07”. Proposta da Comissão de Política: recomenda-se excluir a nota uma vez que este
298 documento está tratando da tipificação dos serviços que serão ofertados, independentemente de ser
299 público ou privado. Impacto social esperado: recomenda-se que em todo documento de tipificação
300 os impactos esperados sejam introduzidos por “contribuir para”, de forma a deixar o impacto dos
301 serviços da assistência social menos pretensioso e mais relativista. Norma de serviços. Serviço de
302 Acolhimento em Família Acolhedora. Proposta da consulta pública: sugere melhor reflexão quanto
303 à definição de papéis da Assistência Social e do Judiciário, uma vez que este tem atribuído à
304 Assistência Social funções de acompanhamento para a adoção e guarda, dentre outros, que são de
305 sua competência. No documento não está claro o papel da equipe do CREAS e do judiciário em
306 relação a este serviço. Necessário acrescentar a regulamentação do serviço a nível estadual e/ou
307 municipal, constatando equipe técnica de referência vinculado ao CREAS para acompanhamento
308 contínuo das famílias. Definição de parceria com o Judiciário. Definição de critérios para a
309 seleção das famílias. Capacitação para as famílias acolhedoras e equipe técnica de referência.
310 Definição do órgão competente para a seleção das famílias. Definição orçamentária para
311 manutenção destes serviços. Definição de critérios referente às documentações exigidas para as
312 famílias interessadas a ingressar nos serviços. Proposta da Comissão de Política: a proposta da
313 Consulta Pública não foi acatada. O serviço não diz que a gente vai acompanhar a adoção nem vai
314 acompanhar a guarda. O serviço está dizendo que nós vamos apoiar a família que acolheu. Sugere-
315 se a possibilidade de ampliar para pessoas idosas. Provisão: ambiente físico relativo ao serviço.
316 Sala de coordenação, atividades administrativas, sala para equipe técnica, sala de atendimento,
317 espaço para reunião, espaço para guarda de documentos, relatórios e prontuários. Substituir o
318 termo “prontuário”, por instrumento técnico de acompanhamento familiar, relativo às famílias
319 cadastradas, casa com estrutura mínima, com quarto, com condições de repouso e privacidade.

320 Espaço para guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma
321 individualizada. Sala de estar, sala de jantar, copa, ambiente para leitura e estudo, instalações
322 sanitárias, cozinha. Proposta da Comissão de Política: proposta da consulta pública não acatada.
323 Sugere-se que a equipe técnica do Departamento de Proteção Especial Social/SNAS, avalie e
324 esclareça quem cadastra, a assistência social ou o Judiciário, e se está de acordo com o documento
325 de Orientações Técnicas – Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovados pelo
326 CONANDA e CNAS. Avaliar também se cabe neste documento a especificação da casa que vai
327 acolher. Recursos humanos. Recomenda-se que a equipe mínima de referência deva seguir o
328 estabelecido na NOB de RH. Abrangência regional: poderá ser organizado de forma que um
329 programa atenda a mais de um município, compartilhando a coordenação e a equipe técnica. A
330 equipe itinerante será responsável pelo acompanhamento e apoio às famílias nos municípios de
331 origem, e a articulação com os níveis de serviços dos municípios abrangidos. Deverá ser
332 viabilizado o transporte de familiares para visitas, ou a locomoção do público atendido ao local
333 familiar, de modo que sejam preservados os vínculos familiares. Proposta da Consulta Pública:
334 Sugere-se que o serviço não seja de abrangência regional, nem a publicação do GT Nacional de
335 Convivência Familiar e Comunitária. Proposta da Comissão de Política: recomenda-se consultar o
336 documento de orientações técnicas para o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes
337 aprovados pelo CONANDA e CNAS. Nome do serviço: Serviço de Proteção em Situação de
338 Calamidades Públicas e de Emergência. Proposta da consulta pública: consideramos que o serviço
339 de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. Olha o falatório aí! ... Não
340 deva integrar uma tipificação dos serviços sócio-assistenciais de ações continuadas, pois trata-se
341 de benefícios eventuais, conforme a LOAS, artigo 22, parágrafo 2º. Acrescentar “necessidade de
342 legislação estadual e/ou municipal regulamentando a concessão de benefícios eventuais nas
343 situações de calamidade pública”. Proposta da Comissão de Política: proposta da consulta pública
344 oito e nove não acatáveis. Não se trata apenas de distribuição de benefícios eventuais. São uma
345 série de ações que tem que ser feitas e situações de calamidade pública. Proposta da consulta
346 pública nove, não acatada. Trata-se de uma recomendação, pois acrescentar na legislação não é
347 tipificar serviços. Em baixo: descrição, e veio a proposta da Comissão de Política. Recomenda-se
348 definir o que é emergência, urgência e calamidade pública, para a população em situação de rua.
349 Condições metrológicas diversas. Na Assistência Social considera-se como emergência pessoas
350 que estão submetidas ao inverno ou ao calor excessivo. A preocupação é que estamos definindo
351 população de rua como usuária deste serviço, mas não está se dizendo claramente em que situação.
352 Necessidade de melhorar o enquadramento deste público alvo dos usuários, e como se não tivesse
353 problema da população de rua ficar na chuva, ou ser vítima de deslizamento. A baixa temperatura
354 está como se fosse problema só da população de rua. Recursos humanos: recomenda-se que a
355 equipe mínima de referência deva seguir o estabelecido na NOB de Recursos Humanos. Impacto
356 Social esperado: recomenda-se que em todo documento de tipificação os impactos sociais
357 esperados sejam introduzidos por contribuir para, de forma a deixar o impacto dos serviços de
358 assistência social menos pretensioso e realista. Proposta de retirada do item Situações de Risco
359 Ambiental Reduzidas. Encaminhamentos: enviar à CIT as contribuições de redação do documento
360 de tipificação discutidas nesta reunião da Comissão de Política e aprovadas pelo CNAS.
361 Margareth Alves Dallaruvera, pela Coordenação de Política”. O Conselheiro Samuel observou que
362 a redação poderia ser melhorada quando se falava na recomendação de não se acatar a proposta da
363 Audiência Pública, uma vez que o acolhimento para a população de rua era somente para as
364 pessoas, com animais e equipamentos de trabalhos ficando sob responsabilidade das cooperativas.
365 Observou não ser somente das cooperativas, mas também do espaço que ele trabalhava. A senhora
366 Presidente, antes de encaminhar para a redação, observou serem cinco contribuições sobre o mesmo

367 ponto, com o Conselheiro Renato Saidel indagando sobre o Serviço de Proteção Social Especial de
368 Alta Complexidade, no segundo item da relação. Sobre as colocações do Conselheiro Samuel,
369 destacou conhecer a realidade e que nem sempre o que era colocado era atendimento, mas
370 concordando com suas sugestões. Voltando à discussão do primeiro ponto, nome do serviço,
371 Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, a senhora Presidente indagou se havia algum
372 destaque, com a Conselheira Maria Dolores propondo que fosse incluído que o acolhimento seria
373 feito até que fosse possível o retorno à família de origem, ou colocação em família substituta,
374 preservando vínculos criados, estabelecidos entre o grupo. A Conselheira Simone discorreu sobre a
375 lógica trabalhada pela Comissão, que não havia tomado nenhuma decisão com relação aos serviços
376 de acolhimento para crianças e adolescentes, tendo em vista que o material recebido não refletia se
377 a proposta que estava sendo feita para o serviço estava em consonância com o que esse mesmo
378 Conselho tinha aprovado como diretrizes para o serviço de acolhimento para crianças e
379 adolescentes. Destacou não saber se deveria ser discutido, pois o Conselho já havia aprovado junto
380 ao CONANDA, com o **encaminhamento** sugerido era que se estava pedindo para que se
381 informasse à Comissão de Política se o serviço proposto estava de acordo com o que o CNAS e
382 CONANDA haviam deliberado. A Conselheira Maria Dolores, após colocações, sugeriu que
383 deveria ser discutido no contexto da tipificação o problema que se abria com pessoas com
384 necessidades especiais complexas. A senhora Presidente, como **encaminhamento**, sugeriu que a
385 Comissão se aprofundasse em cima desses documentos, ou através de câmaras técnicas, do MDS,
386 ou de outros Conselhos de outros Ministérios, para ter mais respaldo para posicionamento posterior
387 pelos Conselheiros, encaminhando os três documentos citados pelos Conselheiros Samuel, Simone
388 e Dolores à Comissão de Política para continuar as discussões que estavam sendo feitas no âmbito
389 dessa Comissão. O Conselheiro Samuel sugeriu a substituição da palavra “albergue” por “centro de
390 acolhida de adultos”, o que foi acolhido. Aparteando, a Secretária-Executiva registrou a presença da
391 Conselheira Renata, da Conselheira Thays e dos convidados: Maria Rosa, pelo Fórum Nacional de
392 Assistência Social; Maria Joaquina, do CEAS-GO; Lenil, do CEAS – MT e do FONACEAS; e a
393 Sra. Núbia. **Relato da Comissão de Financiamento.** O Conselheiro José Geraldo propôs que o
394 relato do mês de agosto, que não havia sido feito, fosse lido pelos Conselheiros, fazendo as
395 ressalvas porventura existentes, mas conforme colocado pela senhora Presidente da necessidade de
396 seu registro, procedeu à leitura da “*Reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social.*
397 *11 de agosto de 2009. Conselheiros Presentes: Charles Roberto Pranke; José Geraldo França*
398 *Diniz – Coordenador; Márcia Maria Biondi Pinheiro; Marisa Fúria Silva; Renato Saidel Coelho;*
399 *Rosa Maria Ruthes; Vicente Falqueto. Ausências Justificadas: Edval Bernardino Campos; Tânia*
400 *Mana Garib; Nivaldo Luiz Pessinatti. Convidados: Eliane Flávia Soares — Assessoria*
401 *Parlamentar (ASPAR/GM/MDS). Apoio: Maria das Mercês Avelino de Carvalho; Soraya Alves de*
402 *Castro. A pedido do Coordenador José Geraldo França Diniz, a reunião da Comissão de*
403 *Financiamento foi coordenada pelo Conselheiro Renato Saidel Coelho. O Cons. Renato apresentou*
404 *o novo representante da Confederação Nacional dos bispos do Brasil (CNBB), Senhor Vicente*
405 *Falqueto, que substituirá o Cons. Nivaldo Luiz Pessinatti. TEMAS DISCUTIDOS. 1.*
406 *Recondução/eleição do Coordenador e do Coordenador Adjunto, de acordo com o § 9º do artigo*
407 *24 do Regimento Interno do CNAS. Foi reconduzido, por unanimidade, o Conselheiro José Geraldo*
408 *França Diniz, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), para*
409 *coordenar os trabalhos da Comissão de Financiamento e eleita, por unanimidade, a Conselheira*
410 *Márcia Maria Biondi Pinheiro, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate*
411 *à Fome (MDS), como Coordenadora Adjunta. 2. Planejamento Estratégico do CNAS - Gestão*
412 *2008/2010. 2.1. Apresentação de proposta para mobilizar os Conselhos de Assistência Social,*
413 *visando à realização de um diagnóstico da demanda para o financiamento dos serviços, programas*

414 e projetos em âmbito municipal, estadual e do DF. Na reunião da Comissão de Financiamento do
415 dia 16 de junho de 2009, foi ponto de pauta o Planejamento Estratégico do CNAS — Gestão
416 2008/2010: Plano de Ação da Comissão de Financiamento. No Desafio 3 “Defender os recursos
417 para o Financiamento da Política Pública de Assistência Social”, com relação ao item 3.3
418 “Municípios, Estados e DF mobilizados para a ampliação do financiamento na área de assistência
419 social (junto com o PPA)” — subitem 3.3.1. “Mobilizar os Conselhos Municipais, Estaduais e DF
420 para a realização de um diagnóstico da demanda para o financiamento dos serviços, programas e
421 projetos em âmbito municipal”, a Comissão fez o seguinte encaminhamento: A Conselheira
422 Verônica Pereira Gomes apresentará, na próxima reunião, proposta para mobilizar os Conselhos
423 de Assistência Social, visando à realização de um diagnóstico da demanda para o financiamento
424 dos serviços, programas e projetos em âmbito Municipal, Estadual e DF. Tendo em vista a
425 substituição da Conselheira Verônica, foi informada a Conselheira Márcia Pinheiro, que
426 atribuição supracitada será de sua competência o assunto retornou a pauta deste mês, sendo
427 adotados novos encaminhamentos: a) Será realizado, pela Cons. Márcia Pinheiro, levantamento de
428 estudos semelhantes, já realizados, sobre custos dos serviços, programas e projetos, considerando
429 a definição da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, para subsidiar a proposta
430 metodológica de mobilização dos Conselhos de Assistência Social; h) Convidar a Sra. Rosameire
431 Scatena, Coordenadora Geral de Formação e Treinamento da Secretaria de Avaliação e Gestão da
432 Informação (SAGIJMDS) para reunião da Comissão de Financiamento, visando compartilhar sua
433 experiência em estudos e pesquisas em Financiamento da Assistência Social. 2.2. Convidar a
434 Assessoria Parlamentar do MDS para participar da Reunião Plenária do mês de agosto, dentro do
435 relato da Comissão de Financiamento, para tratar de questões afetas a emendas parlamentares. No
436 Desafio 3 “Defender os recursos para o Financiamento da Política Pública de Assistência Social”,
437 com relação ao item 3.1. “O CNAS realizou encontros com a área econômica do governo federal e
438 Congresso Nacional para a sensibilização da importância da assistência social” — subitem 3.1.5.
439 “Realizar permanente gestão junto ao Congresso Nacional quanto a apresentação de emendas
440 parlamentares que contemplem a política de Assistência Social”, a Comissão decidiu convidar a
441 Assessoria Parlamentar do MDS, para tratar de questões afetas ao orçamento da Assistência
442 Social, com o: - Conhecer o processo de tramitação do PLOA 2010 no Congresso Nacional, quanto
443 a prazos e indicação de relatoria; - Articulação, conjunta MDS/CNAS, para adequar o formato das
444 emendas parlamentares, tornando-as exequíveis e priorizando a Política de Assistência Social. A
445 Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro do MDS, representada pela Coordenadora de
446 Relações com o Congresso Nacional, Sra. Eliane Flávia Soares, após ouvir os Conselheiros, fez os
447 seguintes destaques: - Publicação anual do “Guia de ações para alocação de recursos no
448 orçamento”, contendo um roteiro dos programas do MDS, que poderão ser objeto de emendas
449 parlamentares, bem como os critérios que poderão ser adotados para seleção de proposta e as
450 prioridades que deverão, preferencialmente, ser observadas pelos membros do Congresso Nacional
451 e assessoria técnica; - Os parlamentares recorrem, normalmente, a Assessoria Parlamentar para
452 serem orientados quanto à elaboração de suas emendas; - Acompanhamento do calendário de
453 tramitação do PLOA no Congresso Nacional, visando apreciação de forma eficiente da proposta
454 orçamentária elaborada pelo Executivo; - Busca de uma sintonia entre as Políticas Públicas
455 planejadas e as emendas ao orçamento. A Comissão sugere os seguintes encaminhamentos: a)
456 Solicitar a Assessoria Parlamentar do MDS exemplares do “Guia de ações para alocação de
457 recursos no Orçamento 2009” para os Conselheiros do CNAS. b) Oferecer ao MDS a colaboração
458 do CNAS na construção dos próximos “Guia de ações para alocação de recursos no orçamento”;
459 c) Que Assessoria Parlamentar do MDS acompanhe o CNAS em encontros com o Congresso
460 Nacional para tratar de assuntos afetos ao Orçamento da Assistência Social; d) Solicitar que a

461 *Assessoria Parlamentar do MOS informe, periodicamente, ao CNAS sobre o andamento das*
462 *emendas parlamentares, para análise e encaminhamento de eventual viabilidade de sua execução.*
463 *É este o relato da reunião do dia 11 de agosto”. A senhora Presidente colocou o Relato em*
464 *discussão, com a Conselheira Simone referindo-se aos estudos realizados para a VI Conferência,*
465 *com a confecção do Plano Decenal, discorrendo sobre o que esse Plano trazia, com as metas*
466 *colocadas e a falta de recursos para seu alcance. Destacou sua preocupação em se criar outros*
467 *parâmetros, metas, que não as que haviam sido aprovadas no Plano Decenal, solicitando que se a*
468 *nova Comissão quisesse avaliar o Plano, que partisse com parâmetro das metas colocadas no Plano*
469 *Decenal, tendo guardada a memória dos cálculos que haviam feito. Propôs que fosse chamado o Sr.*
470 *Ronaldo, que iria dar uma oficina na Conferência Nacional, na Comissão de Financiamento. O*
471 *Conselheiro José Geraldo observou que esse item estava atendendo ao que havia sido colocado no*
472 *Planejamento Estratégico, mas que cabia ao CNAS fazer alguma correção. O Conselheiro Renato*
473 *Saidel manifestou seu entendimento diferente, referindo-se aos itens colocados, sugerindo partir do*
474 *Plano Decenal e alguns outros instrumentos que existiam, para que cada município tivesse sua*
475 *demandas e conseguisse definir a sua responsabilidade no co-financiamento, assim como os estados.*
476 *O Conselheiro José Geraldo observou que o colocado no Planejamento Estratégico estava correto,*
477 *que era mobilizar os Conselhos e que talvez o instrumento a ser usado era que estivesse equivocado,*
478 *indagando qual instrumento o CNAS deveria usar. A Conselheira Simone observou que o Plano*
479 *Decenal para cada município cumprir sua meta, seria um instrumento coerente com a política, com*
480 *o Conselho podendo monitorar como os Conselhos Municipais estavam cumprindo as deliberações*
481 *das Conferências. A senhora Presidente observou, como componente da Comissão, que nada*
482 *impediria que a Comissão de Financiamento se debruçasse sobre o Plano Decenal e acatasse essa*
483 *sugestão de trazer a SPOA. O Conselheiro Renato Saidel rememorou uma reunião anterior, onde a*
484 *então Conselheira Verônica, sobre o Planejamento Estratégico, informou que iria preparar ou pensar*
485 *em uma proposta para mobilizar os Conselhos, que era o que se teria que fazer, colocando essa*
486 *posição como **encaminhamento**. Que se debruçassem sobre uma proposta para mobilizar os*
487 *Conselhos para que primeiro fizessem esses estudos dentro de seu âmbito municipal ou estadual,*
488 *mas insistindo que se veriam delimitar ao que havia sido proposto dentro do Planejamento*
489 *Estratégico. A senhora Presidente observou ser uma etapa para a mobilização, mas que se fizesse*
490 *um estudo do que já existia, do que já havia sido colocado, para não se repetir. O Conselheiro*
491 *Clodoaldo observou que não havia que se mesclar as competências, com os Conselhos não sendo os*
492 *órgãos operacionais. O Conselheiro Charles, como encaminhamento, concordou com o convite à*
493 *SPOA para fazer a apresentação da análise, e incorporar isso como parte do processo de*
494 *mobilização, sugerindo a leitura do Relatório de outubro. A Conselheira Simone destacou que o*
495 *diagnóstico havia sido apresentado na Conferência Nacional, com aprovação das metas, mas nada*
496 *impedia que os mesmos fossem revistos. Esclareceu que o novo modelo de adesão dos municípios*
497 *ao SUAS, seria feito on line e seria devidamente acompanhado, vindo ao Conselho posteriormente.*
498 *A senhora Presidente solicitou que o coordenador auxiliasse ao pessoal da relatoria da Comissão*
499 *para inserir as considerações, submetendo à aprovação dos Conselheiros o relatório do mês anterior*
500 *com as observações e as ressalvas que foram realizadas durante a reunião. Prosseguindo, a senhora*
501 *Presidente colocou em votação o relatório da Comissão de Financiamento com as ressalvas, com o*
502 *mesmo sendo aprovado pelo Pleno. O Conselheiro Geraldo passou à leitura da “MEMÓRIA DE*
503 *REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTO. NOME: Reunião da Comissão de*
504 *Financiamento da Assistência Social. LOCAL: CNAS. DATA: 21/10/2009. Conselheiros Presentes:*
505 *Antonio Celso Pasquini; Charles Roberto Pranke; Clodoaldo de Lima Leite; Edna Aparecida*
506 *Alegro; José Geraldo França Diniz – Coordenador; Márcia Maria Biondi Pinheiro; Maria*
507 *Dolores da Cunha Pinto; Marisa Fúria Silva; Renato Saidel Coelho; Rosa Maria Ruthes; Vicente*

508 *Falqueto. Ausências Justificadas: Edval Bernardino Campos; Tânia Mara Garib. Convidados:*
509 *Dulcelena Alves Vaz Martins - DEFNAS/SNAS/MDS; Elisângela Moreira da Silva —*
510 *Consultoria/Câmara dos Deputados; Laurimara Campos - DEFNAS/SNAS/MDS; Luana Marcelino*
511 *Felix - DEFNAS/SNAS/MDS; Túlio Cambraia - Consultoria/Câmara dos Deputados. Apoio: Maria*
512 *das Mercês Avelino de Carvalho; Jamile Calado; Thalita Eleto. Item I. Relatório da Execução*
513 *Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional da Assistência Social do terceiro trimestre de 2009.*
514 *A Diretoria Executiva do FNAS apresentou relatório da execução orçamentária e financeira do*
515 *FNAS do terceiro trimestre de 2009, onde foram destacados os seguintes pontos: - A dotação*
516 *aprovada para a execução das despesas obrigatórias tem participação expressiva, representando*
517 *92,3% do orçamento geral aprovado para o FNAS. (apresentação do quadro). Quanto às despesas*
518 *discricionárias, o elevado percentual de execução das ações 2383, 85%; 2A 60, 87,2%; 2A 61,*
519 *98,79%, justifica-se pelo fato do orçamento aprovado ser inferior aos recursos necessários para o*
520 *co-financiamento das 12 parcelas no exercício, o que ensejou a solicitação de crédito suplementar,*
521 *aprovada ontem pela Câmara dos Deputados. Na execução das ações 2B 30 e 2B 31, ou melhor, na*
522 *não execução, ocorreram por tratarem-se de emendas parlamentares onde os projetos estão sendo*
523 *ajustados para a execução. O percentual de 50,8% da ação 8.662 justifica-se em função da*
524 *mudança da modalidade da concessão da bolsa para fins de média complexidade, no caso do PETI.*
525 *Na ação 2589, 29,30%, está prevista a implementação da revisão dos benefícios em outubro e*
526 *novembro, o que acarretará em um aumento significativo na execução. A nota explicativa*
527 *apresentou outras tabelas com valores pagos por ação até dia 30 de setembro de 2009, por região*
528 *demográfica, apurada pelo regime em de caixa dos serviços sócio-assistenciais de caráter*
529 *continuado, e com demonstrativo do saldo que resta a pagar inscritos, cancelados, salvos e a pagar*
530 *atendendo à demanda desta Comissão de Financiamento. São os seguintes encaminhamentos da*
531 *Comissão: a Comissão de Financiamento sugere, 1) aprovação do recurso orçamentário e*
532 *financeiro do FNAS referente ao 3º trimestre de 2009. O Conselheiro Falqueto está lembrando que*
533 *os demais Conselheiros devem olhar no relatório anexo, porque tem uma execução apresentada*
534 *por região, e aí vocês vão observar que tem uma ação lá que na região centro-oeste a execução é*
535 *zero. Na ação 2589 está prevista a implementação da revisão dos benefícios em outubro e*
536 *novembro, que acarreta em aumento significativo da execução. 2) Solicitar à diretoria da*
537 *FNAS/CNAS a inclusão em nota de rodapé, na nota explicativa, a indicação da destinação dos*
538 *recursos em cada projeto e atividade, e a vinculação da destinação dos recursos de cada projeto e*
539 *atividade, e a vinculação deles às unidades ou programas de atendimento de assistência social*
540 *típicos. Se é para CREAS, se é para CRAS... 3) Solicitar também ao FNAS informações sobre a não*
541 *destinação de recursos à região centro-oeste na ação 2A 65, conforme informação presente na*
542 *tabela das ações sócio – assistenciais por cada região. Que o CNAS recomende aos Conselhos*
543 *Estaduais que monitorem a execução de cada um dos programas em seus estados. 2) PLOA 2010.*
544 *Os Conselheiros Elisângela Moreira da Silva Batista e Túlio Cambraia, da Consultoria de*
545 *Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, prestaram informações sobre o*
546 *andamento da PLOA 2010, destacando que o cronograma originalmente previsto está atrasado,*
547 *ficando programada a apresentação de início, uma apresentação de emendas ao relatório*
548 *preliminar, para o dia 26/10. É porque o prazo de emenda ainda não foi aberto! Então está*
549 *prevista a abertura do prazo de emenda para o dia 26, o que vai ser difícil de acontecer porque dia*
550 *26 é feriado! É, porque foi feriado do dia do servidor, que é dia 28, foi puxado através de uma*
551 *portaria do Ministério do Planejamento para o dia 26! Deveria ser, porque todos somos servidores*
552 *públicos, não é? E não é dia do Servidor Público Federal! Mas sim do Servidor Público.*
553 *Encaminhamentos: a Comissão de Financiamento sugere... Na realidade, assim, não consta aqui*
554 *porque achamos que não seria necessário! Mas, a gente acertou alguns entendimentos com os*

555 *consultores no sentido deles nos subsidiarem na Comissão de Financiamento para podermos*
556 *acionar tanto o CNAS como o MDS, para atuarem nas épocas corretas lá no Congresso em relação*
557 *à aprovação do orçamento e das emendas. Encaminhamentos. A Comissão de Financiamento*
558 *sugere: enviar ofício ao relator geral do PLOA 2010, Deputado Federal Geraldo Magela,*
559 *assinado, de preferência, conjuntamente pelo CNAS, Secretaria executiva do MDS, reafirmando a*
560 *deliberação do CNAS em relação às prioridades do orçamento da Assistência Social para 2010,*
561 *Resolução do CNAS 67/2009; encaminhar cópia do referido ofício ao relator setorial, à Frente*
562 *Parlamentar em Defesa da Assistência Social e à Comissão de Seguridade Social; que o CNAS*
563 *esteja presente na audiência pública sobre o orçamento 2010, e aqui eu peço desculpa e faço a*
564 *ressalva de que a agenda era, hoje, 21/10, era para discussão do anexo 5 do PLOA, e amanhã, 22,*
565 *era audiência pública para discussão do orçamento, e fomos informados que esta agenda foi*
566 *invertida, portanto, o que aqui está colocado fica prejudicado! Mas é assim mesmo, assim eu vou*
567 *ler! Que o CNAS esteja presente na audiência pública sobre o orçamento de 2010, que acontecerá*
568 *dia 21/10/2009, quarta-feira, às 14h30min. Local: Plenário II, anexo Luiz Eduardo Magalhães, da*
569 *Câmara dos Deputados. Convidado o Ministro de estado do Planejamento, Orçamento e Gestão,*
570 *Paulo Bernardo. Tema: esclarecimento acerca da proposta orçamentária para 2010, PL 46/2009,*
571 *Congresso Nacional, que estima e fixa a receita, que estima a receita e fixa as despesas da União,*
572 *para o exercício financeiro de 2010. E dia 22/10/2009, quinta-feira, às dez horas, no local:*
573 *Plenário II, anexo Luiz Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados, foi convidado o Ministro*
574 *do Planejamento de Estado, Orçamento e Gestão, e o tema é a discussão do anexo I da Proposta*
575 *Orçamentária para 2010. Este tema aqui, acredito que não tem grandes interesses para o CNAS*
576 *porque este tema discute a contratação de novos servidores, reajustes salariais e outras coisas*
577 *mais em relação ao pessoal. 4. Enviar correspondência à ASPAR/MDS, solicitando informações*
578 *sobre o guia de ações para alocação de recursos do orçamento referente a 2010. 5. Participar do*
579 *lançamento do Manual de Orientações sobre Emendas Parlamentares, a ser realizado na Câmara*
580 *dos Deputados, auditório Nereu Ramos. É que a consultoria da Câmara, em conjunto com a*
581 *Assessoria Parlamentar do MDS elaboraram o manual de emendas para esta área. E neste dia o*
582 *relator geral estará passando para os demais relatores setoriais as regras, limites e etc., para as*
583 *emendas. Este é o relato. Assina o Conselheiro José Geraldo França Diniz.” O Conselheiro Charles*
584 *reiterou o convite à SPOA/MDS, para apresentar estudo/análise, sobre a execução orçamentária das*
585 *três esferas de Poder, comparando com o Plano Decenal. O Conselheiro Clodoaldo manifestou que*
586 *o Conselho precisaria voltar ou resgatar o que já se havia discutido a respeito de emendas*
587 *parlamentares, com a senhora Presidente manifestando sua concordância. O Conselheiro Renato*
588 *Saidel destacou que o CNAS periodicamente recomendava aos Conselhos Estaduais que*
589 *monitorassem a execução de cada um dos programas de seu estado, propondo que isso fosse feito*
590 *trimestralmente, conforme estabelecia a legislação para avaliação dos relatórios, o monitoramento*
591 *da execução dos programas, sugerindo que se enviasse um ofício em virtude da época propícia.*
592 *Com relação às emendas de parlamentares, observou ter sido discutido no sentido de se orientar os*
593 *parlamentares para que apresentassem as emendas segundo aquilo que a política nacional previa,*
594 *dentro do SUAS, tanto as coletivas como as individuais. A Conselheira Simone manifestou ser uma*
595 *discussão antiga da Comissão de Financiamento e do Plenário do Conselho, de que se não*
596 *concordassem que os Deputados fizessem emendas ao orçamento, então, à luz do Conselho, teria*
597 *que tentar mudar a Constituição, porque esse era um direito constitucional dos Deputados, mas que*
598 *o MDS e o CNAS tinham obrigação de dizer como eles iriam emendar o orçamento, discorrendo*
599 *sobre o assunto e suas implicações. Que o Conselho tinha um papel importante de preservar, dentro*
600 *da lei, a definição da Política Nacional de Assistência Social, compreendendo que a Comissão de*
601 *Financiamento, todos os anos dentro do Ministério, enfrentava um importante papel, com o*

602 Conselho Nacional tendo aprofundado muito mais as discussões do que as deliberações que eram
603 tiradas da Conferência. Ponderou que a deliberação da Conferência teria que ser transformada em
604 uma Emenda Constitucional proibindo os Deputados de fazerem emendas ao Orçamento, que o
605 CNAS, dentro da legalidade, mantinha e cumpria seu papel de que houvesse um respeito à Política
606 Nacional de Assistência Social aprovada por ele, ressaltando a qualidade do material, podendo ser
607 lançado. O Conselheiro Charles observou que a idéia era que se recomendasse aos Conselhos que
608 entrassem no site e retirassem esse relatório extrato de execução, precisando se instrumentalizar aos
609 Conselhos Estaduais para isso. Observou que o material deveria ser incorporado ao manual,
610 dizendo-se que as emendas fossem feitas de forma vinculada à Política de Assistência Social, e
611 ainda, recomendando que se fizesse contato com os gestores municipais. A senhora Presidente
612 manifestou que gostaria que fosse incorporado ao relatório final um elogio explícito ao Fundo
613 Nacional, dizendo inclusive da sua tranqüilidade enquanto Presidente do CNAS, do Fundo enviar
614 seus técnicos, contadores, tabelas com esclarecimentos, e dizendo que inclusive os Conselhos
615 Estaduais e Municipais deveriam se mirar neste exemplo para fazer essa prestação de contas
616 trimestralmente, de forma límpida e transparente, não só para os Conselheiros, mas para a
617 sociedade, sendo importante seu acréscimo no relatório final. A senhora Presidente colocou o
618 relatório em votação, sendo aprovado pelos Conselheiros. Na sequência, o Conselheiro José
619 Geraldo passou à leitura da proposta da Resolução: “*MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO*
620 *SOCIAL E COMBATE À FOME. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Minuta.*
621 *RESOLUÇÃO N.º , DE 21 DL OUTUBRO DL 2009. A Plenária do Conselho Nacional de*
622 *Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária realizada no dia 21 de outubro de 2009, no uso*
623 *da competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.º8.742, de 7 de*
624 *dezembro de 1993 — Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) resolve: Art. 1º - Aprovar o*
625 *Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social*
626 *(FNAS), 3º Trimestre de 2009, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de*
627 *Assistência Social (DEFNAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério*
628 *do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MOS), planilha anexa. Art. 2º - Esta Resolução*
629 *entra em vigor rida data de sua publicação. Márcia Maria Biondi Pinheiro. Presidente do CNAS.” A*
630 *Secretária-Executiva chamou os Conselheiros presentes para a votação: Conselheiro Carlos*
631 *Eduardo Ferrari: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheiro Renato Saidel: “Pela aprovação da*
632 *Resolução”. Conselheira Margareth Alves: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheira Edna:*
633 *“Pela aprovação da Resolução”. Conselheira Simone: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheira*
634 *Thaís: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheiro Charles: “Pela aprovação da Resolução”.*
635 *Conselheira Heloísa: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheira Dolores: “Pela aprovação da*
636 *Resolução”. Conselheiro Renato de Paula: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheira Renata:*
637 *“Pela aprovação da Resolução”. Conselheiro José Crus: “Pela aprovação da Resolução”.*
638 *Conselheira Márcia: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheiro Vicente Falqueto: “Pela*
639 *aprovação da Resolução”. Conselheiro José Geraldo: “Pela aprovação da Resolução”. Após a*
640 votação, foram computados quinze votos favoráveis à aprovação da Resolução, com o quorum
641 exigido pelo Regimento, ficando aprovada a Resolução que aprovava o relatório da execução
642 orçamentária e financeira do Fundo Nacional da Assistência Social do 3º Trimestre de 2009. A
643 Secretária-Executiva informou que seria distribuído o kit do MDS, PROJovem Adolescente –
644 Traçado Metodológico, com a senhora Presidente informando sua participação e de outros
645 Membros do CNAS no seu lançamento no dia do Comitê Gestor, com o Conselheiro José Crus
646 destacando sua importância e rico conteúdo do material, para contribuir com o trabalho dos
647 orientadores sociais no programa PROJovem Adolescente. A Conselheira Edna passou à leitura
648 da “*Memória da Reunião do Grupo de Trabalho – Composição do CNAS. Reunião realizada nos*

649 dias 20 e 21 de agosto de 2009, na sala 108 do CNAS, de nove às dezoito horas. Conselheiros
650 Presentes: Carlos Eduardo Ferrari, Edna Aparecida Alegro, Márcia Maria Biondi Pinheiro,
651 Renato Francisco dos Santos Paula, Samuel Rodrigues. Ausências justificadas: Geraldo
652 Gonçalves, José Geraldo França, Margareth Alves, Tânia Mara Garib. Convidados: Gerson
653 Almeida, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da
654 República, Ana Lúcia Valadares, Secretária Executiva do Conselho das Cidades, Carmen Priscila,
655 Coordenadora do CONSEA, Fábio Feitosa, vice Presidente do CONANDA. Apoio: Liliane Neves
656 do Carmo, Giovana Veloso e Rosana Silva. Item 1. Apresentação das expectativas, de experiências,
657 dos Conselhos de Políticas Públicas e Direitos sobre composição e metodologia de organização e
658 processos de eleição dos representantes da sociedade civil. O GT Composição, que tem como
659 objetivo apresentar proposta da reformulação da composição do CNAS, apontar diretrizes para o
660 processo eleitoral dos representantes da sociedade civil, e discutir sobre representação e
661 representatividade nos Conselhos de Assistência Social, bem como... Tirem o que tem.... Desta
662 forma, com o intuito de conhecer melhor outras experiências e contribuir com o debate, o CNAS
663 convidou o Conselho Nacional de Saúde – CNS, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
664 Nutricional – CONSEA, e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente –
665 CONANDA, para apresentarem as suas experiências em relação à composição e metodologia no
666 processo de eleição dos representantes da sociedade civil. 1.1. O CONSEA. Funcionamento. O
667 Conselho Nacional de Segurança Alimentar é um Conselho consultivo criado no âmbito da
668 presidência como um órgão de assessoramento ao Presidente da República. Em 2006 foi
669 promulgada a lei 11.346, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –
670 SISAN, e regulamenta a composição e representação do CONSEA. Define que compõe o sistema o
671 CONSEA, as Conferências Nacionais, e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e
672 Nutricional – CAISAN, que tem como função elaborar e coordenar a execução da política e do
673 Plano Nacional de Segurança Alimentar, articulá-la com outros níveis de governo e com as
674 instituições privadas com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que
675 respeitem os critérios e princípios do SISAN. Uma das funções do CONSEA é convocar de quatro
676 em quatro anos a Conferência Nacional. Esta tem autonomia para definir os parâmetros de
677 composição, organização e funcionamento do Conselho, além de indicar as entidades para compô-
678 lo. As reuniões do Conselho são bimestrais, sendo que os assuntos que são encaminhados para a
679 Plenária são anteriormente definidos pelas Comissões no início do ano. No decorrer do ano o
680 assunto é pautado na Comissão e debatido por meio de seminários e outros eventos. O resultado
681 deste trabalho é uma exposição de motivos que é encaminhada ao Presidente da República para
682 assessorá-lo na tomada de decisões e na construção da Política de Segurança Alimentar e
683 Nutricional. Composição: o CONSEA é composto por 57 membros, titulares, e 57 suplentes, dos
684 quais 2/3 de representantes da sociedade civil, ou seja, 38 membros, e 1/3 de representantes
685 governamentais, 19 membros. O segmento do Governo é constituído por Ministros de estado, e
686 Secretários Especiais, responsáveis pelas pastas afetas à concepção da Segurança Alimentar e
687 Nutricional, sendo que a sociedade civil é escolhida a partir de critérios de indicação aprovados na
688 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Há observadores, incluindo os
689 representantes de Conselhos de âmbito federal e afins, de organismos internacionais e do
690 Ministério Público. Escolha dos representantes da sociedade civil. O CONSEA previamente, ao
691 término do mandato dos Conselheiros representantes da sociedade civil, constitui comissão
692 composta por 6 representantes da Sociedade Civil, incluindo o Presidente do Conselho, e três
693 representantes do Governo, incluindo o Secretário Geral, para elaborar lista com proposta de
694 representação da sociedade civil que comporá o CONSEA, a ser submetida ao presidente da
695 República, observados os critérios de representação deliberados pela Conferência Nacional de

696 *Segurança Alimentar e Nutricional. Os critérios deliberados na Conferência são: atuação relevante*
697 *do representante no campo da segurança alimentar, preferencialmente nos Conselhos de*
698 *Segurança Estaduais, do Distrito Federal, ou nos Conselhos Municipais, respeitando a diversidade*
699 *regional. Além de representantes de entidade de reforma agrária, agricultura familiar, pescadores*
700 *artesanais, agricultores, extrativistas, assalariados rurais, marisqueiros, agricultura urbano, meio-*
701 *ambiente, agrilogia, segmento industrial dos alimentos, sindicatos, federações, confederações,*
702 *centrais sindicais, consumidores e associações comunitárias, economia solidária e comércio justo,*
703 *e movimentos sociais. Considerando estas deliberações, cria-se um GT que faz um mapeamento das*
704 *entidades que poderão representar os segmentos acima citados. A partir deste mapeamento as*
705 *entidades são consultadas via Secretaria do CONSEA, para indicar um titular e um suplente. Em*
706 *algumas situações, uma entidade indica o titular, e a outra o suplente. A posse da composição atual*
707 *foi em 2007, e em 22 de outubro do presente ano vencem os mandatos, quando será realizada nova*
708 *consulta para as entidades sobre a indicação de seus representantes, podendo haver nova*
709 *condução, tanto da entidade quanto da pessoa. Na próxima Conferência será definido se estes*
710 *critérios permanecerão. A lei de criação do CONSEA define também que este será presidido por*
711 *um representante da sociedade civil. Este é indicado pelo Plenário do Colegiado na forma do*
712 *regulamento, e designado pelo Presidente da República por dois anos, podendo ser reconduzido*
713 *por mais dois anos. O Conselho aprova uma Resolução que define os critérios para a eleição e há*
714 *um dia exclusivo para a reunião dos segmentos na Conferência, quando serão eleitas as entidades*
715 *para a nova gestão do Conselho. Ao final deste dia de reunião dos segmentos, é feita uma ata a*
716 *registrada a eleição destas entidades. Até o momento da posse, que acontece seis meses depois, as*
717 *entidades são responsáveis por indicar o nome de seus representantes. 1.2. Conselho das Cidades.*
718 *Funcionamento: No Conselho das Cidades, o trabalho é focado na política de desenvolvimento*
719 *urbano. O presidente deste conselho é sempre o Ministro de Estado do Ministério das Cidades,*
720 *conforme a lei de sua criação. As reuniões são trimestrais, sendo quatro reuniões ordinárias por*
721 *ano, e eventualmente reuniões extraordinárias. Nas plenárias não somente os Conselheiros*
722 *Titulares como também os suplentes e os observadores das entidades estaduais tem as despesas de*
723 *translado custeadas pelo Conselho, e tanto suplentes quanto os observadores tem direito a voz, mas*
724 *não a voto. Sim? É isto mesmo! Tem! Está certo! Titular, suplente e observador! Sim! Mas é que lá*
725 *é feito de outra forma! A convocação... Além das reuniões Plenárias, o Conselho conta, em sua*
726 *estrutura, com quatro comitês técnicos, que são coordenados por cada uma das secretarias*
727 *regionais do Ministério das Cidades. Os temas que são debatidos no Conselho são previamente*
728 *discutidos nestes comitês técnicos, e quando necessário, são criados grupos de trabalho. No*
729 *Conselho das cidades existe a coordenação executiva, que é um grupo criado com representação*
730 *de todos os segmentos, e tem como função planejar todas as reuniões do Conselho, definindo os*
731 *temas que serão debatidos. Posteriormente ele encaminha redações para os comitês técnicos para*
732 *que estes dêem destaque para alguma temática específica que deve ser trabalhada naquele*
733 *momento. Tem-se como regra que antes das propostas serem encaminhadas para votação na*
734 *Plenária, devem ser debatidas e amadurecidas nos Comitês Técnicos. O Conselho tem caráter*
735 *deliberativo e consultivo. Sua natureza deliberativa está em eleger os membros do Conselho Gestor*
736 *do Fundo Nacional de Habitação. As reuniões do CONCIDADES ocorrem no período de dois dias!*
737 *Todavia, houve um acréscimo de mais um dia tendo em vista proporcionar espaço para que os*
738 *segmentos articulem entre si visando maior entendimento sobre o assunto em pauta. Poderão ainda*
739 *ser convidados a participar das reuniões do CONCIDADES, personalidades e representantes de*
740 *órgãos e entidades públicas ou privadas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como*
741 *outros técnicos, sempre que da pauta constar um tema de área de atuação específica. Composição:*
742 *o Conselho das cidades é constituído por seis segmentos, sendo eles o movimento popular,*

743 *trabalhadores, ONG's, entidades acadêmicas, empresários e poder público, este dividido em*
744 *municipal, estadual e federal, todos com entidades de abrangência nacional. O mandato é de três*
745 *anos podendo ser reconduzido por igual período. A composição é de 40% de representação*
746 *Governamental e 60% da sociedade civil. O segmento do governo é composto por 16 Ministérios, 9*
747 *representantes do Poder Público Estadual e DF, ou de entidades civis de representação do Poder*
748 *Público Estadual, e do Distrito Federal, observado o critério de rodízio entre os estados, o DF e as*
749 *entidades, e por 12 representantes do Poder Público Municipal, ou de entidades civis de*
750 *representação do Poder Público, sendo no total 37 representantes do Governo. Também integram o*
751 *Plenário do CONCIDADES, com direito a voz, mas sem direito a voto, nove representantes dos*
752 *governos estaduais e Distrito Federal, indicados pelos respectivos representantes legais na*
753 *condição de observadores, condicionando o direito de participar, à existência de Conselho*
754 *Estadual das Cidades, ou outro órgão colegiado com atribuições compatíveis no âmbito da*
755 *respectiva unidade da federação. A entidade colegiada que congrega os Secretários dos Estados e*
756 *Municípios indica seus representantes para o Conselho, como o Fórum Nacional de Secretários de*
757 *Habitação e Desenvolvimento Urbano, e Fórum Nacional dos Secretários Estaduais do*
758 *Saneamento. A sociedade civil é composta por 23 representantes de entidades, de movimentos*
759 *sociais, 8 representantes de entidades empresariais, 8 representantes de entidades de*
760 *trabalhadores, 6 representantes de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, 4*
761 *representantes de organizações não governamentais, sendo no total 49 vagas. Não há*
762 *regulamentação para que as entidades indiquem seus representantes, considerando os aspectos*
763 *regionais, contudo, há um entendimento informal para que isto aconteça, como forma de contribuir*
764 *para que as discussões tenham também uma temática regionalizada. Escolha dos representantes da*
765 *sociedade civil: no CONCIDADES as entidades são eleitas nas Conferências Nacionais. Os*
766 *critérios são estabelecidas pelo Conselho com a condição de terem representação a nível nacional.*
767 *Para a comprovação de representação nacional, não é exigido CNPJ ou outra forma de verificação*
768 *documental, este critério é definido e verificado pelos próprios delegados que participam da*
769 *Conferência. É neste espaço que entidades e organizações são eleitas, e há um momento em que*
770 *cada segmento indica e elege seu representante, desta forma a tarefa da comprovação de*
771 *representação nacional é dos próprios delegados da conferência, que tem a responsabilidade de*
772 *validar a atuação de âmbito nacional destas. Como o número de representantes e membros é*
773 *grande, há na composição representantes de todos os estados, há uma rotatividade relativa entre os*
774 *representantes das entidades. Algumas adotam como critério trocar anualmente seus Conselheiros,*
775 *já que a gestão é de três anos. A entidade tem autonomia para indicar seus representantes, e pode*
776 *substituir a qualquer momento. O Conselho Nacional dos direitos da criança e adolescente –*
777 *CONANDA. Funcionamento. O CONANDA integra o conjunto de atribuições do Presidente da*
778 *República. O Presidente da República tem a atribuição de nomear e constituir o Presidente do*
779 *CONANDA, que é eleito entre os seus respectivos membros. Composição. O Conselho Nacional*
780 *dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem 28 Conselheiros Titulares, e mais 28 suplentes,*
781 *sendo 14 governamentais e 14 da sociedade civil. Somente os titulares ou na titularidade são*
782 *custeados pelo Conselho para participar das reuniões. Escolha dos representantes da sociedade*
783 *civil. No CONANDA a eleição é orientada por uma Comissão criada pelo Conselho, com*
784 *integrantes da sociedade civil, Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e do*
785 *MP. Para se candidatar as entidades devem ser filiadas ao fórum, e para participar do processo*
786 *eleitoral, o critério é que elas atuem em âmbito nacional, comprovem ao menos dois anos de*
787 *funcionamento e atuação na área, com representação em pelo menos cinco unidades federadas,*
788 *distribuídas em no mínimo duas macro regiões, atuando nas áreas de defesa e atendimento. O*
789 *CONANDA, por meio de resolução, abre o processo de seleção 60 dias antes do termino do*

790 *mandato dos representantes da sociedade civil. Uma peculiaridade do CONANDA é a atuação do*
791 *Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Fórum é um órgão colegiado, e sua*
792 *diretoria é constituída por quatro instituições titulares e quatro suplentes. É uma instituição com*
793 *personalidade jurídica, onde se reúnem os Conselheiros e Conselheiras da Sociedade Civil e seus*
794 *integrantes. As reuniões são mensais! Antes da reunião do CONANDA, quando são discutidos*
795 *alguns pontos da pauta do Conselho, com objetivo de socializar conhecimentos, fortalecê-los, e*
796 *articular posicionamentos na Plenária. Um dos critérios para se filiar ao Fórum é estar em pelo*
797 *menos duas regiões do Brasil, trabalhar com promoção e atendimento da criança e do adolescente.*
798 *Os Conselhos de categorias profissionais, e os centros de estudos e pesquisas das universidades*
799 *públicas poderão associar-se desde que tenham atuação comprovada na promoção e defesa dos*
800 *direitos da criança e do adolescente. Importante observar que não há participação dos usuários e*
801 *nem representantes de usuários, como familiares, no fórum, nem no Conselho, somente entidades.*
802 *As cinquenta e três entidades atualmente filiadas ao fórum o mantém com taxa anual de filiação.*
803 *Outra parte dos recursos gastos para manutenção das atividades dos fóruns advém de convênios*
804 *realizados inclusive com o Fundo Nacional da Infância. O convênio não tem como objetivo a*
805 *manutenção administrativa do Fórum, mas sim fortalecer as atividades dos 27 fóruns estaduais e*
806 *do DF. Ponto dois. Representação, representatividade, e o protagonismo do usuário da Assistência*
807 *Social e controle social e democracia participativa. Para discutir o assunto foram convidados a*
808 *Secretaria Geral da Presidência da República, na pessoa do Sr. Gerson Almeida, Secretário*
809 *Nacional de Articulação Social, a Secretaria Nacional de Assistência Social, e o Professor Edval*
810 *Bernardino Campos, que justificou ausência. O Secretário Nacional de Articulação Social*
811 *apresentou as questões que vem apontando os trabalhos desta secretaria, afirmando que a*
812 *democracia não é apenas um mecanismo para se gerir o governo. Considerando esta afirmativa,*
813 *tem-se um desafio: como ampliar a democracia para além da sua concepção representativa. Uma*
814 *saída está nas instituições de controle social que tem o papel importante de ampliar a democracia*
815 *como uma forma de estabelecer um diálogo intenso entre o Governo e a sociedade civil. É o que é*
816 *chamado diálogo social. No estado democrático, conjuntamente com a gestão pública democrática*
817 *e administrativa, admite formas institucionalizadas ou não de participação na vida pública, como*
818 *as mesas de diálogos, ouvidorias, conselhos e Conferências. Assim há neste processo o desafio de*
819 *assegurar espaço de participação em todo ciclo da produção de políticas públicas, que vai desde a*
820 *concepção do controle à avaliação e à revisão. Um dos espaços importantes de diálogo social são*
821 *as conferências nacionais. Conforme registros na Secretaria Geral da Presidência da República, a*
822 *primeira Conferência Nacional foi realizada em 1941. A primeira Conferência Nacional de Saúde.*
823 *Desde então tem-se registro de cerca de 100 Conferências. Destas, 61 foram realizadas a partir de*
824 *2003, até ao presente ano. E no segundo semestre de 2009 estão marcadas mais 10 Conferências.*
825 *Serão cerca de 30 temas a serem abordados, sendo que pelo menos vinte serão submetidos ao*
826 *processo conferencial pela primeira vez. Mais de 700 Conferências estaduais foram realizadas*
827 *neste período, e estima-se que cerca de 13 milhões de brasileiros participaram deste processo. Os*
828 *Conselhos têm a função de ampliar a participação da sociedade civil na esfera pública. Estes*
829 *podem ter responsabilidades institucionais distintas entre si, tendo caráter consultivo e consultivo e*
830 *deliberativo. O primeiro tem a função de assessorar o Presidente da República na tomada de*
831 *decisões acerca das políticas públicas, e pode, considerando esta característica, ter um processo*
832 *menos rígido para se participar dele. Os Conselhos que tem poder deliberativo têm a competência*
833 *de decidir de forma concreta a respeito da formulação das políticas públicas. Desta forma a sua*
834 *estrutura de planejamento exige a melhor normatização para que suas atividades possam se dar de*
835 *maneira mais segura e transparente. Os Conselhos devem incorporar sempre novos sujeitos, novas*
836 *vozes e novas preocupações, por exemplo, os quilombolas que não apareciam enquanto sujeitos*

837 sociais até vinte anos atrás! Desta forma deve se construir políticas públicas de conversações
838 sociais e incorporar os quilombolas nos conselhos, ou seja, os Conselhos tem que ter flexibilidade
839 para incorporar novos sujeitos sociais. Seja pela substituição, pela ampliação, ou pelo esforço da
840 sociedade civil de se articular e ser representado. Importante ressaltar que para a composição dos
841 Conselhos, é interessante que se estabeleça um padrão mínimo de participação e de representação,
842 como forma de fomentar o interesse do usuário em participar dos Conselhos, há indicativo dado
843 pela Secretaria Nacional de Assistência Social, de que os Conselhos, até o item anterior era a
844 Secretaria Geral da Presidência falando, e aqui já entra o representante da Secretaria Nacional da
845 Assistência Social, que falou sobre o assunto. Como forma de fomentar o interesse do usuário em
846 participar dos Conselhos, há indicativo dado pela Secretaria Nacional de Assistência Social de que
847 os Centros de Referência de Assistência Social tornem-se um espaço de mobilização no território.
848 Contudo, a execução desta proposta no município passa por outras mediações entre outros entes
849 federados, estados e municípios. Outra orientação é que se componha, é bom, porque assim...
850 Outra orientação é que se componham nos CRAS comitês ou Conselhos gestores de CRAS, com a
851 participação dos usuários, para que estes, que são atendidos pelos CRAS, organizados a partir da
852 perspectiva territorial, possam interferir nas atividades daquele equipamento, ou seja, na agenda
853 do atendimento, nos grupos e em outras questões pertinentes a seu funcionamento. Como forma de
854 melhorar e ampliar a participação e democratizar a gestão, é importante a implementação da
855 educação permanente, que é o conceito mais amplo referenciado na NOB-RH-SUAS. NOB RH ou
856 NOB-RH-SUAS? Isto? Então deve ser acrescentado aqui, na NOB-RH do SUAS. Para isto é
857 importante avançar na política de capacitação. A lógica do SUAS prevê ações integradas. Desta
858 forma, é incompatível ter ações fragmentadas de capacitação. Outro ponto relevante para
859 contribuir na gestão... Isto! Outro ponto relevante para contribuir na gestão e avançar na
860 democratização do SUAS, e conseqüentemente na participação, é a construção de instrumentos de
861 gestão compartilhada entre os três entes. A implementação do pacto federativo de 1988 não
862 estabelece normas gerais ou comuns para todas as áreas da administração pública entre os entes
863 federados, e como deveria ser esta relação intergovernamental. Desta forma é importante avançar
864 no aprimoramento dos pactos que tem se estabelecido entre gestores, em especial a gestão
865 estadual, já que a configuração do SUAS potencializou os municípios do ponto de vista da gestão.
866 Outro ponto a ser considerado é a tipificação dos serviços, pois esta definição trará mais
867 visibilidade sobre quais são os serviços da assistência social, e com isto democratizará a gestão,
868 dando maior clareza, inclusive sobre os custos reais dos serviços sócio-assistenciais. Aí foi o
869 apanhado de tudo que foi falado aqui. Item 3. Considerações do grupo de trabalho. O Grupo de
870 trabalho, diante das questões discutidas apresenta a esta Plenária algumas considerações acerca
871 do tema, tendo em vista subsidiar a tomada de decisões deste Conselho quanto aos rumos deste
872 debate. Considerando que o conselho é um espaço público em que a democracia participativa é
873 traduzida em mecanismos reais, há alguns desafios a serem enfrentados tendo em vista ampliar
874 essa participação e sua representatividade da sociedade. Desta forma, há que discutir um padrão
875 mínimo de participação, com representação de outros órgãos do poder público e de outros grupos
876 da sociedade civil. Diante dessa demanda uma questão a ser discutida é a possibilidade de
877 ampliação do número de vagas para conselheiros dentro do CNAS. Essa demanda esbarra em duas
878 questões: a aprovação do PL SUAS, que define nos termos de “no mínimo” o número de
879 conselheiros e a questão orçamentária. Ao se ater na questão orçamentária, o aumento do número
880 de vagas para conselheiros poderia implicar em redução na quantidade de vezes que o conselho se
881 reúne ou passar a custear somente o traslado dos conselheiros titulares. Constatam-se desafios,
882 todavia, há que se considerar que a Assistência Social a partir do momento que passa a se
883 consolidar enquanto política pública, pelo próprio crescimento e consolidação desta política,

884 *acaba envolvendo outros segmentos como os quilombolas, as populações ribeirinhas, as mulheres*
885 *marginalizadas dentre outras áreas do governo. Assim, tem que se considerar a capacidade de*
886 *inclusão desses novos atores tanto da sociedade civil quanto governamentais, buscando-se*
887 *mecanismos que não prejudiquem a qualidade da participação e representatividade. Para tal é*
888 *importante identificar e elaborar mecanismos de reconhecimento público de grupos de usuários*
889 *dos serviços da assistência social, tais como mães do Programa de Erradicação do Trabalho*
890 *Infantil - PETI, ou organizações de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, além de*
891 *fomentar a criação de grupos dentro dos equipamentos da rede sócio-assistencial, públicos ou não.*
892 *Esses movimentos devem ter representantes participando dos espaços públicos, como conselhos,*
893 *fóruns e instituições sem que haja a necessidade de estarem formalizados como pessoa jurídica*
894 *(CNPJ). A NOB-RH/SUAS ao definir que somente um grupo pequeno de trabalhadores atua na*
895 *assistência social desconsidera outros profissionais como os sociólogos, pedagogos, advogados*
896 *que também contribuem na construção e atendimento dos serviços sócio-assistenciais. A discussão*
897 *da representação governamental faz-se premente pela própria característica da intersetorialidade*
898 *da política de assistência social, contribuindo para acrescentar ao debate novos olhares e*
899 *experiências. E como forma de ampliar a participação e a representatividade da sociedade civil*
900 *apontamos a importância de representações regionalizadas. As atividades realizadas pelos*
901 *conselheiros são consideradas serviços relevantes e não sendo remunerados. É uma hora social*
902 *usada para atividades não individuais, não particulares. E esse é papel importante para o*
903 *fortalecimento da democracia, já que também se constitui em um estímulo permanente para que*
904 *haja uma diferenciação entre o tempo que é dedicado aos afazeres da vida particular e do tempo*
905 *que é dedicado à vida social. E essa participação e atuação é de grande relevância para o*
906 *fortalecimento da democracia, Porém, essa não deve ser empecilho para a manutenção da renda*
907 *pessoal dos usuários que atuam nos espaços democráticos. O grande desafio, para os conselhos é*
908 *proporcionar condições para o usuário participar dos espaços de deliberação. Como saída deve-se*
909 *assegurar no município alimentação e transporte, além de adequar as reuniões para que ocorram*
910 *em horários que não atrapalhem a vida do usuário no que tange à sua garantia de renda. Como*
911 *estratégia de mobilização, a formação política do cidadão é um fator importante a ser considerado.*
912 *Essa se dá na medida em que o usuário conhece e utiliza dos programas e serviços oferecidos e a*
913 *partir da consciência dos seus direitos. Desta forma, os usuários terão autonomia para transitar*
914 *por outros espaços institucionais, inclusive passam a intervir discutindo com o órgão gestor a*
915 *qualidade dos serviços, o seu financiamento, a política de convênios e outras questões. Para a*
916 *capacitação permanente, uma estratégia importante seria a criação e fortalecimento de fóruns.*
917 *Esses funcionariam como espaços de debates e, ainda, espaços para o nivelamento de*
918 *conhecimentos entre os conselheiros durante a vigência de sua gestão, bem como no início do*
919 *mandato. Importante ressaltar a existência do Fórum Nacional da Assistência Social, que deve ser*
920 *ampliado para possibilitar maior participação da sociedade civil, de todos os segmentos, mas não*
921 *há fóruns de assistência em todos os estados. Todavia, o CNAS poderia provocar a implementação*
922 *dos fóruns estaduais, sendo que esses atuariam para estimular a implementação nos municípios. A*
923 *organização local pode construir formas alternativas de dar sustentação à representação nacional*
924 *nos fóruns. Essa é uma tarefa da sociedade civil organizada que deve promover e articular a*
925 *formação e a manutenção política e financeira dos Fóruns. Em relação à formatação do processo*
926 *eleitoral é importante ter clareza do que se pretende alcançar. Assim, há a necessidade de ampliar*
927 *a participação, com o ingresso de movimentos sem personalidade jurídica e elaborar mecanismos*
928 *que promovam a representação regionalizada. A realização da eleição do conselho no período das-*
929 *conferências é uma experiência que outros conselhos de políticas vêm se utilizando, pois se otimiza*
930 *a logística da conferência para a eleição, além de ser um momento político importante, onde todos*

931 *os atores interessados se encontram presentes dando maior legitimidade ao processo. Para evitar*
932 *que este momento se transforme em apenas uma arena eleitoral, o período da conferência deve ser*
933 *entendido como um momento de referendar um processo anteriormente organizado, articulado pela*
934 *sociedade civil, apresentando o nome dos candidatos. Esse processo anterior poderia ocorrer no*
935 *Fórum, o que amplia a participação e fortalece o próprio fórum, tomando o processo ainda mais*
936 *democrático. ENCAMINHAMENTO: - Marcar com a Secretária Geral da Presidência da*
937 *República oficina/seminário sobre as experiências dos outros conselhos, pontuando os avanços e*
938 *os desafios. Edna Aparecida Alegro, Coordenadora do GT Composição.” Após colocado em*
939 *discussão, o Conselheiro Renato Saidel indagou, no item 1, que falava do convite do Conselho*
940 *Nacional de Saúde se não haviam comparecido, com a Conselheira Edna esclarecendo que*
941 *constavam os convidados que haviam comparecido, permanecendo esse registro. Após algumas*
942 *colocações sobre a importância da contribuição dos diversos Conselhos, o Conselheiro Ferrari*
943 *passou a fazer algumas considerações emanadas durante o trabalho do GT e que gostaria de*
944 *compartilhar com os demais, deixando os pontos destacados para reflexão dos Conselheiros. A*
945 *senhora Presidente em exercício passou para o item dois, Representação e Representatividade e*
946 *Protagonismo na Assistência Social, e o Controle Social e a Democracia Participativa, com o*
947 *Conselheiro José Crus citando o parágrafo referente à capacitação e informando que o GT estava*
948 *fazendo um estudo em conjunto com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI,*
949 *para identificar as necessidades dos trabalhadores, dos Conselheiros, e o que precisaria ser*
950 *desenvolvido, para se ter um processo de capacitação a partir dessas informações. Considerando a*
951 *diversidade existente, estavam encomendando estudos e pesquisas direcionados à qualificação*
952 *dentro de um princípio da educação permanente, respeitando todos os princípios, diretrizes*
953 *estabelecidas na NOB-RH. Relatou o financiamento com o BID durante seis anos para*
954 *especialização dos trabalhadores dos CRAS, CREAS e serviços de alta complexidade. Destacou a*
955 *inquietação com relação aos operadores de nível médio, discorrendo sobre a situação existente e a*
956 *necessidade de trabalhadores capacitados para atuar nos CRAS, nos CREAS, no Serviço de Alta*
957 *Complexidade, ressaltando a necessidade de se identificar quem eram os os trabalhadores que*
958 *atualmente integravam o SUAS e que deveria ser esclarecido por meio de resolução do CNAS.*
959 *Continuando, o Conselheiro Renato de Paula referiu-se ao item três, no parágrafo que falava que a*
960 *NOB-RH-SUAS, ao definir que somente um grupo pequeno de trabalhadores atuaria na Assistência*
961 *Social, desconsiderava outros profissionais como sociólogos, pedagogos e advogados e que também*
962 *contribuíam na construção e nos atendimentos sócioassistenciais. Ponderou que isso não estava*
963 *escrito na NOB, com a interpretação não sendo essa, ressaltando que a NOB havia sido aprovada*
964 *por resolução do CNAS. Ressaltou que a nomenclatura existente na NOB não existia mais, não*
965 *sendo equipe mínima, mas equipe de referência e sem a qual o serviço não funcionaria, discorrendo*
966 *sobre a questão do financiamento dos recursos humanos. Que aproveitando a experiência das outras*
967 *políticas haviam se adiantado e colocado na NOB RH quais seriam aqueles profissionais de*
968 *referência para os serviços estatais, caso se chegasse ao Congresso e mandasse a PEC para*
969 *financiar. Ressaltou que isso não excluía os outros profissionais que compunham o SUAS, sendo*
970 *isso que constava na NOB-RH, com a informação devendo ser revisada ou ficaria registrada na*
971 *gravação. A Conselheira Edna propôs que a correção fosse feita nesse momento, considerando a*
972 *inadequação no texto, com a Secretária-Executiva complementando com a questão dos advogados e*
973 *a participação da OAB no Conselho. O Conselheiro José Crus ressaltou os contatos mantidos com*
974 *sociólogos, psicólogos, e vários outros profissionais, discutindo sua contribuição no SUAS, sendo*
975 *importante deixar claro o lugar que cada um ocupava no Sistema. A Conselheira Edna sugeriu,*
976 *nesse item, excluir esse parágrafo, não alterando nada e permanecendo melhor a redação. A senhora*
977 *Presidente em exercício manifestou sua concordância com essa exclusão, dando o*

978 **encaminhamento** de antes da Conferência Nacional se aprovar uma resolução sobre quem eram os
979 trabalhadores e as funções da Assistência Social, com o Conselheiro Clodoaldo sugerindo o término
980 dos debates sobre o documento em discussão. Prosseguindo, o Conselheiro Clodoaldo referiu-se ao
981 quarto parágrafo, “constatam-se”, na página sete, propondo que o texto terminasse em
982 “marginalizadas”. Destacou como **encaminhamento**, que gostaria de ter acesso ao trabalho
983 realizado pelos Conselheiros Nacionais do CNAS na gestão passada, que o mesmo fosse resgatado
984 e disponibilizado para se ter como subsídio, com a senhora Presidente em exercício esclarecendo
985 haver um trabalho realizado pelo ex-Conselheiro Marcos e pela Conselheira Vânia, pelo GT. A
986 Secretária-Executiva observou que havia a memória gravada da discussão interna do GT,
987 lembrando também que no período de transição das gestões, houve um GT que discutiu a agenda do
988 Conselho, e que também havia pautado esse tema, podendo se complementar as duas discussões. A
989 Conselheira Edna ressaltou que gostaria de registrar que no final do GT havia um documento
990 elaborado, sendo apenas as discussões, considerando que o Grupo tinha que trabalhar a eleição, não
991 havendo prazo suficiente para outra discussão. O Conselheiro Falqueto referiu-se ao colocado na
992 página cinco, manifestando sua preocupação com o texto indicando que o CNAS poderia provocar,
993 o que era uma demanda da Sociedade Civil e cuja colocação melhoraria essa questão, discorrendo
994 sobre os Fóruns e seu papel. A Conselheira Edna sugeriu “A Sociedade Civil representada nos
995 Conselhos de Assistência Social”, com a concordância do Conselheiro Falqueto, que prosseguiu
996 referindo-se ao colocado sobre os Fóruns e a representatividade da Sociedade Civil. O Conselheiro
997 Renato Saidel, referindo-se ao processo eleitoral, indagou se houve uma discussão com esses
998 Conselhos que realizavam suas eleições dentro da Conferência, e como ficavam suas deliberações,
999 por entender a Conferência como o momento máximo do Controle Social da sociedade sobre a
1000 Política Pública. Manifestou que seu receio era que houvesse confusão e em vez de Controle
1001 Social, ficasse em segundo plano, e passasse a ter a Conferência simplesmente como um processo
1002 eleitoral, tendo que se refletir sobre a questão. A Conselheira Edna observou que se estava
1003 discutindo o assunto, que não havia sido aprofundado e não se teria uma proposta sobre o assunto,
1004 elencando tópicos sobre o que haviam observado nos demais Conselhos. Destacou que esse assunto
1005 seria aprofundado, mas como era um tema da Conferência que estava chegando, havia que se
1006 aprofundar mais em representação e representatividades e de que forma tornar mais democrático. O
1007 Conselheiro Clodoaldo, aparteando, observou que a forma de redação poderia ser interpretada como
1008 um direcionamento. A senhora Presidente em exercício passou a palavra para o Conselheiro Ferrari,
1009 enquanto a redação era revisada, que ponderou que era necessário no próximo encontro do GT,
1010 antes da Conferência, e também antes da próxima Plenária, se fechar alguns desses pontos, com
1011 aportes do Conselho, considerando a existência de algumas questões polêmicas e que deveriam ser
1012 enfrentadas. Prosseguindo, informou que o Conselheiro Falqueto havia solicitado que sugerisse a
1013 alteração de “poderia” para “deveria”, com a Conselheira Edna ponderando sobre sua discordância
1014 nessa alteração. A senhora Presidente em exercício indagou se havia algum **encaminhamento**, com
1015 o Conselheiro Samuel propondo que o GT já saísse com data marcada para uma reunião, de
1016 preferência antes da próxima Plenária. O Conselheiro Saidel indagou se essa oficina seria realizada
1017 com o Conselho ou com o Grupo, com a Conselheira Edna informando que a proposta dessa oficina
1018 havia sido feita pelo Dr. Gerson, envolvendo outros Conselhos. Que a Secretaria-Geral da
1019 Presidência faria convite aberto para quem quisesse participar, com no mínimo a presença do GT, e
1020 cuja oficina seria ainda nesse ano. A senhora Presidente em exercício colocou como
1021 **encaminhamento**: Marcar com a Secretaria-Geral da Presidência da República oficina/seminário
1022 sobre a experiência dos outros Conselhos, pontuando os avanços e os desafios, com a Conselheira
1023 Edna observando ser “articular” e não “marcar”. O Conselheiro José Geraldo manifestou sua
1024 discordância com esse encaminhamento, sendo mais importante fazer uma nova reunião do GT

1025 antes da Plenária, para discutir qual a estratégia para tratar desse assunto quando fosse abordado na
1026 Conferência. A Conselheira Edna procedeu sugeriu dois **encaminhamentos**, além dessa proposta
1027 da oficina: primeiro: que todos os Conselheiros apresentassem sugestões sobre o que havia sido
1028 discutido e apresentado pelo GT; e, segundo, uma reunião, conforme colocado pelo Conselheiro
1029 Samuel, antes da próxima Plenária de novembro, data que deveria ser informada até o dia seguinte.
1030 Concluindo, a senhora Presidente colocou como **encaminhamento**: primeiro, agendar reunião do
1031 GT antes da próxima Plenária; segundo, articular com a Secretaria-Geral da Presidência da
1032 República oficina/seminário, sobre as experiências de outros Conselhos, pontuando os avanços e
1033 desafios; terceiro, encaminhar as gravações das reuniões do GT realizadas na gestão passada; e,
1034 quarto, encaminhamento de sugestões pelos Conselheiros para o GT de Composição antes da
1035 reunião a ser realizada. Complementando, o Conselheiro Renato Saidel observou, com relação à
1036 gravação das reuniões do GT, que havia dois Grupos, devendo ser especificado o correspondente
1037 ao tema, com a Secretária-Executiva indicando o GT Eleição, de 2008, e o GT da Agenda do
1038 CNAS, na transição da gestão. Após essas colocações a senhora Presidente indagou se os
1039 Conselheiros concordavam com os quatro encaminhamentos, ficando aprovados, assim como a
1040 memória do Grupo de Trabalho de Composição do CNAS. Na sequência, observou que passaria a
1041 ser discutida e colocada em votação a questão da resolução a ser apresentada ainda na Conferência
1042 Nacional sobre a relação dos trabalhadores da Assistência Social. O Conselheiro Renato de Paula
1043 discordou desse encaminhamento por entender que fazer essa lista e apresentar na Conferência,
1044 antes da tipificação, poderia gerar confusão, além de não resolver o problema, discorrendo sobre a
1045 situação existente com relação ao Assistente Social e ao Psicólogo. O Conselheiro Frederico
1046 informou ter conversado com profissionais sobre essa questão, sendo preciso na próxima
1047 Conferência, um melhor diálogo com as categorias que estariam presente, além daquelas que não
1048 estariam participando. Que se fosse elencado, se abriria expectativas em cima de uma tipificação
1049 que ainda não estava consolidada. Complementando, o Conselheiro Renato Saidel discorreu sobre o
1050 perigo de se engessar com o fechamento de uma lista, considerando o surgimento de novas
1051 profissões. O Conselheiro Renato de Paula manifestou que o entendimento da lista não era fechar,
1052 com o SUAS não propiciando essa possibilidade. O Conselheiro Clodoaldo destacou ser contrário a
1053 uma lista fechada, principalmente considerando que a tipificação dos serviços ainda não estava
1054 terminada. A senhora Presidente em exercício observou que primeiro havia que finalizar a
1055 tipificação, não defendendo uma proposta fechada, sendo uma Resolução do CNAS e que a
1056 qualquer momento poderia ser revista, assim como havia sido feito no SUS. Destacou que defendia
1057 a proposta de chegar à Conferência com uma minuta de resolução, considerando haver o
1058 entendimento suficiente para saber minimamente quem seriam os principais trabalhadores da
1059 Assistência Social. Observou que havia um eixo na Conferência que discutiria e fomentaria esse
1060 debate para se amadurecer e voltar a discutir o tema, defendendo que se elaborasse em próxima
1061 reunião o documento, indicando um Grupo para esse processo, com base na resolução do Conselho
1062 Nacional de Saúde. A Conselheira Heloísa destacou o avanço no trabalho das Comissões, sendo
1063 muito importante se ouvir o que havia sido colocado, mas sendo necessário ter acesso mais
1064 detalhado sobre os dados colocados para poder se constatar os avanços ocorridos, assim como no
1065 âmbito da capacitação. Discorreu sobre a situação e sobre a Conferência do Rio de Janeiro, cujo
1066 relatório havia entregue, sendo uma excelente experiência com a população usuária. Informou que
1067 se realizaria uma oficina com os Secretários-Executivos do Conselho, para fortalecer seu trabalho.
1068 Concluindo, confirmou a data de 27, 28 e 29 de outubro para a realização da Conferência,
1069 esclarecendo que a programação poderia sofrer alguma alteração. A Conselheira Thays manifestou
1070 não ser possível elencar os profissionais antes da tipificação, mas entendendo e concordando com a
1071 Conselheira Margareth de que a Conferência era uma oportunidade para se ouvir com relação à

1072 questão, podendo-se pensar em debater o assunto em algum momento, mas sem uma lista fechada.
1073 Sobre o colocado pelo Conselheiro Renato da importância dessa lista para a questão do
1074 financiamento, destacou que se fazia uma resolução para atender um objetivo específico, mas não
1075 podendo esquecer que atenderia a outros profissionais futuramente, e que lista que seria elaborada
1076 para atender a questão do financiamento não viesse a ser um impedimento para a entrada de outros
1077 profissionais, com o Conselheiro Clodoaldo manifestando-se contemplado com a fala da
1078 Conselheira. O Conselheiro Renato de Paula destacou não ser contra a definição dos trabalhadores,
1079 extremamente importante para o avanço do sistema, mas que havia colocado a questão do
1080 financiamento porque política e estrategicamente se estava em um momento onde a discussão do
1081 Projeto de Lei passava pela Comissão de Orçamento e Finanças. Que assim o Conselho se
1082 adiantaria e faria uma resolução, antecipando esse debate, definindo os profissionais, mas
1083 ressaltando não ser uma lista fechada, conforme constava na NOB-RH. Ponderou que essa lista
1084 deveria sair não apenas pelo financiamento, mas vendo a necessidade do gestor dessa definição.
1085 Concluindo, enfatizou que política e estrategicamente, no momento em que o PL estava tramitando
1086 no Congresso Nacional e que o MDS seria questionado pelo Congresso para saber quanto custavam
1087 os recursos humanos, se teria que dizer que eram as pessoas, com o Conselho adiantando-se ao,
1088 soltar uma lista na Conferência. Caso contrário se perderia a oportunidade política de fazer uma
1089 discussão mais apurada e mais precisa do que se queria nesse momento que o projeto estava
1090 tramitando. A senhora Presidente em exercício observou ter proposto a redação de resolução, com a
1091 Conselheira Thays acrescentando um indicativo incluindo o relato da Conselheira, dentre outros,
1092 não ficando fechado, o que não tinha acordo. A Conselheira Edna indagou se o GT Composição não
1093 tratava de Representação e Representatividade de todos os segmentos da Sociedade Civil, incluindo
1094 trabalhadores, podendo ser discutido dentro do segmento todo. A senhora Presidente em exercício,
1095 rememorando a proposta que havia feita, concordou em se levar o assunto ao GT desde que se
1096 reunissem antes da Plenária. Destacou a proposta da Conselheira Tays acrescentando “dentre
1097 outros”, que esclareceu que a lista, independentemente do momento que fosse feita, contivesse esse
1098 termo, podendo-se abrir um espaço na Conferência para discutir o assunto e depois fazer essa
1099 resolução. O Conselheiro Charles propôs que se colocasse em votação a proposta de criar uma
1100 resolução para apresentar na Conferência, com o Conselheiro José Geraldo manifestando-se
1101 contemplado com essa proposição. A senhora Presidente em exercício sugeriu que, em vez de ir
1102 para a votação e como o GT de Composição se reuniria antes da próxima reunião, discutiria e daria
1103 um encaminhamento, trazendo ao Pleno para decidir. O Conselheiro José Crus encontrou
1104 importante que o CNAS discutisse, mas tendo que se deixar claro quais eram os profissionais da
1105 Assistência Social, colocando-se à disposição para que no próximo ano se pautasse os
1106 trabalhadores, promovendo-se eventos sobre a questão. A senhora Presidente em exercício, após
1107 colocações sobre a situação, destacou que mais uma vez se estava indo para a Conferência sem
1108 definir quem eram os trabalhadores, o que implicaria na mesa de negociação do SUAS. O
1109 Conselheiro Renato de Paula, após colocações com relação à questão da gestão de trabalho, sugeriu
1110 à bancada dos Trabalhadores que fizessem uma proposta das prioridades por ordem de
1111 implementação para se chegar até a mesa de negociação. A senhora Presidente em exercício, como
1112 encaminhamento, colocou que a bancada dos Trabalhadores, ou as entidades do setor, compusessem
1113 um documento para entregar na próxima reunião. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a
1114 tratar, a senhora Presidente encerrou a reunião. **ABERTURA.** Aos vinte e dois dias do mês de
1115 outubro de dois mil e nove, dando prosseguimento à Centésima Septuagésima Segunda Reunião
1116 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Secretária-Executiva passou à
1117 conferência de quorum, justificando a ausência no período da tarde do Conselheiro Samuel. Na
1118 sequência, procedeu à chamada dos Conselheiros Titulares ou na titularidade presentes: Conselheira

1119 Márcia, Conselheira Margareth, Conselheira Edna, Conselheiro Charles, Conselheiro Renato de
1120 Paula, Conselheiro José Geraldo, Conselheira Renata, Conselheiro José, Conselheiro Renato Saidel,
1121 Conselheiro Frederico. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro Pasquini, Conselheira Rosa,
1122 Conselheira Marisa, Conselheiro João Carlos. Prosseguindo, informou a pauta do período da tarde
1123 que contemplava o **Item Julgamento de processos da Plenária**, com os seguintes processos
1124 publicados para julgamento: processo 71010.000404/2004-64, da Associação de Desenvolvimento
1125 Cultural e Ocupacional do Portador de Necessidades Especiais de Itajaí; processo
1126 71010.000981/2003-75, da Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC, de Barbacena, Minas
1127 Gerais; e, processo 71010.002980/2003-65, da Fundação Nelly Jorge Colnaghi, Penápolis, São
1128 Paulo. A Conselheira Edna informou que o processo da Associação para o Desenvolvimento
1129 Artístico, Cultural e Ocupacional do Portador de Necessidades, havia sido retirado de pauta por ter
1130 sido aberto prazo para manifestação da entidade até 20 de outubro e que havia postado nesse dia a
1131 sua manifestação. O Conselheiro Renato Saidel indagou se isso estaria em ordem regimentalmente,
1132 com a Conselheira Edna esclarecendo que sua colocação em pauta não deveria ter ocorrido,
1133 considerando os prazos. Prosseguindo, o Conselheiro Renato Saidel solicitou à Secretária-Executiva
1134 que providenciasse e certificasse isso no processo, para evitar futuras dificuldades. A Secretária-
1135 Executiva solicitou ao Serviço de Publicação que incluísse no processo a pauta e a degravação da
1136 reunião no trecho sobre o tema. Prosseguindo, nomeou os convidados presentes à reunião: Maria
1137 Joaquina, CEAS/Goiás; Núbia, CEAS/Maranhão e do FONACEAS; a Lenil, CEAS/MT e
1138 FONACEAS; Paulo Roberto Machado Cunha, advogado da FUPAC; e, Gilson Dayrell, ex-
1139 presidente do CNAS. Na sequência, a senhora Presidente indicou o processo da Fundação
1140 Presidente Antônio Carlos – FUPAC, de Barbacena, com a relatora, Conselheira Renata,
1141 procedendo à leitura do Parecer Técnico. Apartendo, a Secretária-Executiva informou que a
1142 entidade havia trazido um memorial para ser distribuído a todos os Conselheiros. “*Parecer Técnico*
1143 *SRC/SE/CNAS nº 292/2009. Entidade: Fundação Presidente Antônio Carlos. Processo nº:*
1144 *71010.000981/2003-75. Assunto: revisão de julgamento de processo de renovação de certificado.*
1145 *CNPJ: 17080078/0001-66. Município de Barbacena, Minas Gerais. Relatório. Objetiva-se a*
1146 *revisão da análise e julgamento do processo acima referenciado relativo à renovação do*
1147 *certificado de entidade beneficente de assistência deferido pela Resolução CNAS nº 097/2005, de*
1148 *interesse da Fundação Presidente Antônio Carlos. A revisão da análise e julgamento do processo*
1149 *citado atende à determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, em face Dio Acórdão nº*
1150 *2680/2008 Plenário, Sessão de 26/11/2008. Inicialmente foi emitido pelo Serviço de Registro e*
1151 *Certificado do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, o Parecer Técnica SRC/CN/CNAS*
1152 *nº 18/2009, o qual conclui pela necessidade da revisão do julgamento em face de constatações no*
1153 *corpo da análise documental, contábil e financeira efetuada no processo nº 71010.000981/2003-75.*
1154 *A entidade foi devidamente notificada por meio de ofício CN/SE/PRS/CNAS nº 460/2009 para, nos*
1155 *termos do artigo 52 da Resolução CNAS nº 53/2008, manifestar-se e/ou produzir provas no prazo*
1156 *de quinze dias contados da notificação. Em resposta a entidade apresentou dentro do prazo*
1157 *legalmente estabelecido a sua manifestação, a qual foi juntada ao processo sob análise às folhas*
1158 *1714 a 1777. É o relatório. Item dois. Dos fatos apontados no Parecer Técnico de revisão. Quanto*
1159 *aos documentos apresentados, o Parecer Técnico do Serviço de Registro e Certificado apontou*
1160 *como faltantes e/ou não-autênticos os seguintes: requerimento, modelo fornecido pelo CNAS*
1161 *devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade, que deverá*
1162 *rubricar todas as folhas do formulário de acordo com o inciso I, art. 4º da Resolução nº 177/2000.*
1163 *Folhas não rubricadas. Estatuto dispendo sobre a aplicação das receitas, rendas, rendimentos ou*
1164 *eventual resultado operacional integralmente no território nacional na manutenção e no*
1165 *desenvolvimento de seus objetivos institucionais, de acordo com a alínea A, inciso V, art. 3º da*

1166 *Resolução nº 177/2000 e inciso IV art. 3º do Decreto 2536/1998. Não consta no estatuto da*
1167 *entidade. Documento de inscrição da entidade no Conselho de Assistência Social do Município,*
1168 *CMAS, se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social ou no Conselho de Assistência*
1169 *Social do Distrito Federal, de acordo com o inciso X, art. 4º da Resolução 177/2000, inciso II, art.*
1170 *3º do Decreto 2536/1998. Documento não-autenticado. Notas explicativas assinadas pelo*
1171 *representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade*
1172 *evidenciando o resumo das principais práticas contábeis e os critérios de apuração do total das*
1173 *receitas, das despesas, das gratuidades, público-alvo beneficiado com atendimento gratuito,*
1174 *doações, aplicações de recursos bem como da mensuração dos gastos e despesas relacionadas a*
1175 *projetos assistenciais, de acordo com o inciso IX, art. 4º da Resolução 177/2000 e inciso V, art. 4º*
1176 *do Decreto nº 2536/1998. Não apresentou. Auditoria. Demonstração contábil e financeira*
1177 *devidamente auditada por auditores independentes, de acordo com o parágrafo 2º, art. 5º do*
1178 *Decreto 2536/1998. Documento apresentado em cópias não-autenticadas. No que concerne à*
1179 *análise dos demonstrativos contábeis, com efeito de apuração da gratuidade ofertada, o SRC*
1180 *apontou as seguintes situações não acolhidas pela legislação como gratuidade: a) bolsas*
1181 *fornecidas a professores por força de convenção coletiva do Sindicato dos Professores – SINPRO;*
1182 *b) bolsas fornecidas aos funcionários da administração em face do Sindicato dos Auxiliares da*
1183 *Administração Escolar; c) bolsas-trabalho concedidas a funcionários e dependentes; d)*
1184 *lançamentos de valores, de custas e honorários advocatícios calculados com base na tabela de*
1185 *honorários da OAB de Minas Gerais em face de atividades curriculares dos alunos no curso de*
1186 *Direito, folhas 43 a 46, folhas 145 a 150 e folhas 489 a 491 dos autos. No Parecer Técnico nº*
1187 *208/2009 essas concessões foram devidamente glosadas tendo em vista o disposto no Decreto*
1188 *2536/98, Resolução CNAS nº 177/2000 e orientação do Parecer Jurídico nº 2414/2001, o que*
1189 *gerou o seguinte demonstrativo no cálculo da gratuidade. Precisa fazer a leitura da tabela?*
1190 *Receita/base de cálculo. Assistência social e gratuidade versus isenção. A receita/base de cálculo*
1191 *no ano de competência de 2000: R\$ 17.703.294,81. Receita base de cálculo no ano de competência*
1192 *de 2001: R\$ 23.125.887,31. Receita da base de cálculo do ano de competência 2002: R\$*
1193 *38.655.237,23. A gratuidade no ano de competência 2000: R\$ 1.876.462,34. A gratuidade no ano*
1194 *de competência 2001: R\$. 1.020.342,47. Gratuidade no ano de competência 2002: R\$*
1195 *3.576.782,53. Percentual no ano de competência: 10,60%. Percentual no ano de competência de*
1196 *2001: 4,41%. Percentual em 2002: 9,25%. Isenção informada pela entidade: não informada nos*
1197 *três anos de competência. Por essas razões o Parecer conclui pela necessidade de revisão de*
1198 *juízo tendo em vista o não atendimento à exigência de aplicação do percentual mínimo de*
1199 *20% em gratuidade, conforme previsão legal inserta no inciso VI, art. 3º do Decreto 2536/98, bem*
1200 *como em face das irregularidades e/ou ausências de documentos essenciais. Item três. Da*
1201 *manifestação e defesa da entidade. Em sua defesa, preliminarmente, a entidade apresentou os*
1202 *documentos apontados como ausentes ou não-autênticos, os quais foram juntados aos autos:*
1203 *requerimento assinado e rubricado pelo representante da entidade, folhas 1734 a 1738; estatuto*
1204 *dispondo sobre a aplicação das receitas, rendas, rendimentos ou eventual resultado operacional*
1205 *integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos*
1206 *institucionais, folhas 1741; comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social,*
1207 *folha 1754; notas explicativas assinadas pelo representante legal da entidade e por técnico*
1208 *registrado no Conselho Regional de Contabilidade evidenciando o resumo das principais práticas*
1209 *contábeis, folhas 1756 a 1764; demonstração contábil e financeira devidamente auditada por*
1210 *auditores independentes, folhas 1765 a 1770. Quanto ao cumprimento da exigência de aplicação*
1211 *de, no mínimo, 20% em gratuidade, a entidade procura demonstrar conceitualmente que as bolsas*
1212 *de estudo concedidas a professores, funcionários e dependentes, ainda que por força de convenções*

1213 coletivas firmadas com sindicatos, devem ser acatadas, tendo em vistam, segundo a mesma,
1214 disposições previstas nos artigo 203 e 205 da Constituição Federal. Os argumentos estão contidos
1215 nas folhas 1718 a 1726 do processo. Em seguida invoca as folhas 1728 a 1730 à aplicação
1216 retroativa da Lei nº 11096, de 13 de janeiro de 2005, Lei do PROUNI, aduzindo em sua defesa que
1217 em caso de invalidação da decisão anterior restaria o retorno ao status quo ante, o que levaria à
1218 égide da Lei nº 11096/2005 e que, tendo a FUPAC aderido à época ao PROUNI teria direito ao
1219 deferimento ao pedido caso o processo fosse indeferido unicamente pela não comprovação do
1220 percentual de 20% de gratuidade nos termos do parágrafo 2º, do art. 11, do citado diploma legal.
1221 Aduz ainda em seu favor, às folhas 1730 a 1732 a necessidade de aplicação da Medida Provisória
1222 nº 446/2008, que vigorou de 10/11/2008 a 11/02/2009, no sentido de que os pedidos de revisão que
1223 não tenham sido objeto de revisão de julgamento ou que o pedido de indeferido à MP determinada
1224 que fossem considerados deferidos. Nesse preceito, entende o requerente que, invalidando o
1225 julgamento o seu processo restaria sem decisão e, portanto, deferido pela Medida Provisória.
1226 Continuando, invoca o art. 38 do mesmo diploma legal, o qual determinou a extinção de recursos
1227 em tramitação até a data da publicação da Medida Provisória. Informa que a FUPAC encontrava-
1228 se nessa situação, uma vez que estava pendente de julgamento na data de publicação da Medida
1229 Provisória, recurso interposto pela Secretaria da Receita Previdenciária em desfavor da entidade.
1230 Finaliza apresentando os seguintes pedidos em face das argumentações e defesas acostadas aos
1231 autos do processo sob análise: a) pugna pela juntada de notas explicativas que demonstram o
1232 cumprimento da exigência de aplicação de 20% em gratuidade independentemente das glosas
1233 efetuadas pelo entendimento exarado do Parecer Técnico; b) requer a manutenção do certificado
1234 cedido em vista da Resolução nº 97/2005, haja vista ter a entidade cumprido com todas as
1235 exigências legais para a renovação do seu certificado, seja quanto às questões formais, seja quanto
1236 à aplicação dos 20% em gratuidade; c) caso assim não seja entendido, requer a FUPAC a
1237 aplicação retroativa da Lei do PROUNI e os benefícios legais decorrentes ou a aplicação da
1238 Medida Provisória 446/2008, uma vez que seu pedido de renovação é anterior à 9 de novembro de
1239 2008. Item quarto. Análise dos argumentos apresentação pela entidade. Após exame dos
1240 documentos apresentados pela FUPAC, especialmente quanto às notas explicativas, folhas 1756 a
1241 1764, mantemos a análise anterior, Parecer Técnico SRC/CN/CNAS nº 208/2009, o qual conclui
1242 por não cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 20% em gratuidade pelos seguintes
1243 motivos: a) a entidade não demonstrou a oferta de serviços gratuitos em percentual que atendesse
1244 a exigência contida no art. 3º do Decreto nº 2536/98, limitando-se ao aspecto conceitual em
1245 relação às glosas efetuadas pelo Serviço de Registro e Certificado, porém, todas as glosas
1246 efetuadas sobre as parcelas que compuseram a gratuidade apresentada pela entidade foram
1247 efetuadas com base em dispositivos legais regulamentadores, bem como orientação contida no
1248 Parecer Jurídico nº 2414/2001; b) no que concerne à aplicação da Lei nº 11096, de 13 de janeiro
1249 de 2005, PROUNI, não vislumbramos acolhida nesta legislação, tendo em vista que a mesma trata
1250 de processos indeferidos à época da citada lei e ainda por uma única razão, que o indeferimento
1251 tenha ocorrido apenas pela não aplicação do percentual mínimo de 20% em gratuidade, o que não
1252 é o caso da análise efetuada pelo Serviço de Registro e Certificado, o qual apontou várias
1253 situações que levariam ao indeferimento do pedido; c) a Medida Provisória 446/2008 também não
1254 dá respaldo às alegações da entidade, uma vez que cuida de processos sem decisão e não casos de
1255 indeferimento, conforme se extrai da leitura do artigo 37, transcrito a seguir: Art. 37 – Os pedidos
1256 de renovação de certificado de entidade beneficente de assistência social protocolizados, que ainda
1257 não tenham sido objeto de julgamento por parte do CNAS até a data de publicação desta Medida
1258 Provisória consideram-se deferidos; d) ainda quanto à Medida Provisória 446/2008 não vemos
1259 acolhida no art. 38, considerando tratar-se esse dispositivo de recursos interpostos em desfavor da

1260 entidade pelo órgão previdenciário, independentemente dos procedimentos inerentes à revisão do
1261 julgamento determinado pelo Tribunal de Contas da União. Inexistente, portanto, nexo de
1262 causalidade quanto à deliberação do Conselho Nacional de Assistência Social na revisão
1263 processual em curso e o recurso interposto pelo ente público. Cinco. Conclusão. Assim, com base
1264 na análise das informações trazidas ao processo e, considerando a defesa manifestação da
1265 entidade, considerando que a mesma não comprovou efetivamente a aplicação do percentual
1266 mínimo em gratuidade conforme determina o inciso VI do art. 3º do Decreto 2536/98 e inciso IV do
1267 art. 3º da Resolução CNAS 177/2000, considerando ainda que esta análise complementar à análise
1268 já levada a efeito pelo Parecer Técnico nº 208/2009 tem como finalidade orientar a decisão
1269 superior deliberativa do CNAS, o Serviço de Registro e Certificado sugere ao colegiado do
1270 Conselho a anulação do julgamento do processo acima referenciado relativo à renovação do
1271 certificado beneficente de assistência social deferido pela Resolução CNAS nº 97/2005 de interesse
1272 da Fundação Presidente Antônio Carlos e em deferimento do pedido de renovação do certificado
1273 de entidade beneficente de assistência social, formalizado pelo processo nº 71010.000981/2003-75,
1274 por não atender o que determina o Decreto nº 2536/1998 e Resolução CNAS nº 177/2000”. A
1275 Secretária-Executiva, antes da discussão, registrou a presença dos Conselheiros: Conselheira
1276 Dolores, Conselheiro Carlos, Conselheira Thaysz, Conselheira Simone, todos na titularidade, e do
1277 Conselheiro Clodoaldo. Registrou a presença do Dr. Douglas representando a CONJUR, que havia
1278 sido consultada e respaldando a entrega do memorial. O Conselheiro Renato Saidel, considerando a
1279 anulação do julgamento e uma nova análise, solicitou a leitura do processo anterior para a Plenária
1280 ter clareza do que estava sendo anulado e requereu cópia do Parecer 2414/2001 para subsidiar sua
1281 análise. Após colocações sobre o assunto, inclusive com as implicações operacionais informadas
1282 pela Secretária-Executiva, o Conselheiro Renato Saidel manifestou-se satisfeito com os
1283 esclarecimentos prestados no pedido de vista do auto sobre a mesa. A Conselheira Edna registrou,
1284 conforme o Conselheiro Renato já havia feito, o Parecer inicial, a Nota Técnica do julgamento de
1285 2004 que pregava o indeferimento, mesmo estando contabilizados equivocadamente alguns itens na
1286 gratuidade, tendo sido elaborado o voto do relator à época desconsiderando os motivos de
1287 indeferimento registrados na Nota Técnica, dando seu voto pelo deferimento, no que foi
1288 acompanhado. Após essas colocações, e não havendo mais discussão, a Conselheira Renata proferiu
1289 o voto: Seguindo o Parecer Técnico e conclusivo o voto era pela anulação e indeferimento do
1290 processo. Antes de proceder à votação, a Secretária-Executiva informou ter 14 Conselheiros em
1291 condições de votar, considerando a ausência justificada do Ministério da Previdência, do
1292 Conselheiro Geraldo e Suplente, da Conselheira Heloísa do FONSEAS e Suplente, não tendo
1293 justificativa de ausência do Conselheiro Vicente Falqueto, o que impedia de chamar o Conselheiro
1294 Pasquini na condição de Titular, conforme o Regimento. Conselheiro Carlos Ferrari: “Está em
1295 votação? Eu me abstenho”. Conselheiro Renato Saidel: “com a relatora”. Conselheira Margareth
1296 Alves: “voto com a relatora”. Conselheira Edna: “acompanho a relatora pela anulação do
1297 julgamento anterior e pelo indeferimento”. Conselheira Simone: “com a relatora”. Conselheira
1298 Thays: “com a relatora, pela anulação e indeferimento”. Conselheiro Charles: “com a relatora”.
1299 Conselheiro Frederico: “com a relatora”. Conselheira Dolores: “me abstenho por ter saído em
1300 alguns momentos”. Conselheiro Renato de Paula: “acompanho o voto da relatora”. Conselheiro José
1301 Crus: “acompanho o voto da relatora”. Conselheira Márcia Pinheiro: “com a relatora”. Conselheiro
1302 José Geraldo: “acompanho o voto da relatora pela anulação e indeferimento”. Após a votação,
1303 foram computados doze votos pela anulação e indeferimento, nenhum pela manutenção e dois pela
1304 abstenção somando os 14 Conselheiros em condições de votar. A Secretária-Executiva registrou a
1305 chegada do Conselheiro Falqueto. Processo Fundação Nelly Jorge Colnaghi. O Conselheiro Renato
1306 Saidel procedeu à leitura do Parecer Técnico SRC/CNSE/CNAS nº 263/2009. Feita a leitura, foi

1307 constatado um equívoco com relação ao documento lido, sendo que o correto não constava no
1308 processo. Após esclarecimentos pela Secretária-Executiva, o Conselheiro Renato Saidel indagou se
1309 poderia reler apenas os tópicos divergentes, com o Conselheiro Pasquini informando, para registro,
1310 ter recebido a segunda versão do Parecer Técnico, folhas 122, 123, 124, 125 e 126, devidamente
1311 assinado. A Secretária-Executiva esclareceu haver pequenas diferenças, sugerindo nova leitura.
1312 Após algumas considerações, o Conselheiro Renato Saidel procedeu à leitura: “*Parecer Técnico*
1313 *SRC/CNSE/CNAS n° 263/2009. Entidade: Fundação Nelly Jorge Colnaghi. Processo:*
1314 *71010.002980/2003-65. Assunto: registro e certificado de entidade beneficente de assistência*
1315 *social. Município: Penápolis, Estado de São Paulo. Relatório. Trata-se de pedido de registro e*
1316 *concessão do certificado de entidade beneficente de assistência social, CEBAS, junto ao Conselho*
1317 *Nacional de Assistência Social, formalizado pela entidade acima nominada em 30 de dezembro de*
1318 *2003. Este Parecer objetiva, ainda, cumprir a determinação judicial em sede de liminar, Mandado*
1319 *de Segurança n° 2009.34.00.028005-4, no sentido de que o CNAS analise e decida o pedido de*
1320 *registro de concessão do certificado de entidade beneficente de assistência social da requerente.*
1321 *Preliminarmente esclarecemos que a entidade requerente foi diligenciada por meio do Ofício*
1322 *CNAS/CNSRC n° 71, de 4 de fevereiro de 2005, folhas 51/52, para apresentar documentação*
1323 *complementar no prazo de 60 dias. A diligenciada recebeu a notificação em 14/02/2005. Todavia a*
1324 *diligência somente foi respondida em 22 de agosto de 2007, dois anos e seis meses após o*
1325 *diligenciamento, contrariando o disposto no art. 7º da Resolução CNAS n° 177/2000 e o art. 9º da*
1326 *Resolução CNAS 31/99. É o relatório. Análise dos documentos exigidos. Temos um quadro escrito*
1327 *em uma coluna sim e não na outra coluna. Informações documentais conforme exigência da*
1328 *Resolução CNAS 177/2000 e do Decreto 2536/98 e na outra folha. Sim, requerimento modelo*
1329 *fornecido pelo CNAS devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da*
1330 *entidade, que deverá rubricar todas as folhas do formulário, de acordo com o inciso I do art. 4º da*
1331 *Resolução 177/2000, e inciso I do art. 4º da Resolução 31/99, folhas de 2 a 4. Sim, cópia*
1332 *autenticada do estatuto registrado no cartório de registro civil das pessoas jurídicas. O cartório*
1333 *deverá pôr o carimbo de registro em todas as folhas do estatuto ou emitir certidão que o declare*
1334 *registrado, de acordo com o inciso II do art. 4º da Resolução 177/2000, e inciso II, do art. 4º da*
1335 *Resolução CNAS n° 31/99, folhas 17/18. Não, estatuto dispendo sobre aplicação das receitas,*
1336 *rendas, rendimentos ou eventual resultado operacional integralmente em território nacional, na*
1337 *manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, de acordo com a alínea A, inciso*
1338 *V, art. 3º da Resolução 177/2000 e inciso I do art. 3º da Resolução CNAS 31/99 e inciso 4º, art. 3º*
1339 *do Decreto 2536/98. Sim, estatuto dispendo que não percebem seus diretores, conselheiros, sócios,*
1340 *instituidores, benfeitores ou equivalente remuneração, vantagens ou benefícios direta ou*
1341 *indiretamente por qualquer forma ou título em razão das competências, funções ou atividades que*
1342 *lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, de acordo com a alínea D, inciso V, art. 3º*
1343 *da Resolução 177/2000, inciso III, art. 3º, da Resolução CNAS n° 31/99 e inciso VIII, art. 3º do*
1344 *Decreto 2536/98, folha 7, artigo 4º. Não, estatuto dispendo sobre a destinação dos bens e eventual*
1345 *patrimônio remanescente em caso de dissolução ou extinção da entidade, os quais deverão ser*
1346 *transferidos a outra entidade congênere registrada no CNAS ou entidade pública, de acordo com a*
1347 *alínea E, inciso V do art. 3º da Resolução 177/2000, inciso IV do art. 3º da Resolução CNAS 31/99*
1348 *e inciso IX, art. 3º do Decreto 2536/98. Sim. Cópia autenticada da ata de eleição dos membros da*
1349 *atual diretoria devidamente registrado no cartório de registro civil de pessoas jurídicas, de acordo*
1350 *com o inciso III, art. 4º da Resolução 177/2000 e inciso VI do art. 4º da Resolução CNAS 31/99,*
1351 *folhas 19 e 20. Sim, declaração assinada pelo dirigente de que a entidade está em pleno e regular*
1352 *funcionamento cumprindo as suas finalidades estatutárias. Fazer constar dessa declaração a*
1353 *relação dos membros da diretoria, nome, cargo, CPF e endereço de acordo com o inciso IV, art. 4º*

1354 da Resolução 177/2000 e inciso IV do art. 4º da Resolução CNAS 31/99, folha 5. Sim, documento
1355 de inscrição de entidade no Conselho de Assistência Social do Município, CMAS, se houver, ou no
1356 Conselho Estadual de Assistência ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, de
1357 acordo com o inciso X, art. 4º da Resolução 177/2000, inciso III do art. 4º da Resolução CNAS
1358 31/99 e inciso II, art. 3º do Decreto 2536/98, folha 42. Não, declaração de utilidade pública federal
1359 e respectiva certidão atualizada emitida pelo Ministério da Justiça, de acordo com o inciso XII do
1360 art. 4º da Resolução 177/2000 e inciso XI, art. 3º do Decreto 2536/98. Sim. Cópia autenticada e
1361 atualizada do CNPJ de acordo com o inciso XI, art. 4º da Resolução 177/2000 e inciso VII, art. 4º
1362 da Resolução 31/99, folha 43. No caso de fundação. Cópia autenticada da escritura pública da
1363 instituição devidamente registrada no cartório de registro civil de pessoas jurídicas ou lei de sua
1364 criação, de acordo com o item A, parágrafo 1º, art. 4º da Resolução 177/2000, e item A, parágrafo
1365 1º do art. 4º da Resolução CNAS 31/99, folha 44. Sim, comprovante de aprovação do estatuto bem
1366 como de suas respectivas alterações, se houver, pelo Ministério Público, de acordo com o item B,
1367 parágrafo 1º do art. 4º da Resolução 177/2000 e item B, parágrafo 1º do art. 4º da Resolução
1368 CNAS 31/99. O próximo quadro, sim e não, informações contábeis para efeito da análise, conforme
1369 exigência da Resolução CNAS 177/2000 e o Decreto 2536/98. Tem as folhas dos anos de 2000,
1370 2001 e 2002. Sim, relatório de atividades assinado pelo representante legal da entidade, conforme
1371 o modelo fornecido pelo CNAS, de acordo com o inciso 5º, art. 4º da Resolução 177/2000. Em
1372 2000, 21 e 22; 2001, 23 e 24 e 2002 na 25 e 26. Sim, balanços patrimoniais assinados pelo
1373 representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade,
1374 de acordo com o inciso VI, art. 4º da Resolução nº 177/2000 e inciso I, art. 4º do Decreto 2536/98.
1375 Em 2000, folha 27, 2001 folha 28, 2002 folha 29. Sim, demonstrativos dos resultados dos exercícios
1376 assinados por representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de
1377 Contabilidade, de acordo com o inciso VII, art. 4º da Resolução 177/2000 e inciso II, art. 4º do
1378 Decreto 2536/98. Em 2000, folha 27, 2001, folha 28, 2002, folha 29. Sim, demonstração de
1379 mutação de patrimônio assinado por representante legal da entidade e por técnico registrado na
1380 Conselho Regional de Contabilidade, de acordo com o inciso VIII, art. 4º da Resolução 177/2000 e
1381 inciso 3º, art. 4º do Decreto 2536/98. Em 2000, folha 6, 2001, folha 6, 2002, folha 6. Sim,
1382 demonstração das origens e aplicações de recursos assinados pelo representante legal da entidade
1383 e por técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade, de acordo com o inciso VIII, art.
1384 4º da Resolução 177/2000 e inciso IV, art. 4º do Decreto 2536/98. 2000, folha 6; 2001, folha 6;
1385 2002, folha 6. Sim, notas explicativas assinadas pelo representante legal da entidade e por técnico
1386 registrado no CRC evidenciando resumo das principais práticas contábeis e os critérios de
1387 apuração do total das receitas, das despesas, das gratuidades, público-alvo beneficiado com
1388 atendimento gratuito, doações, aplicações de recursos bem como a mensuração dos gastos e
1389 despesas relacionadas com os projetos assistenciais de acordo com o inciso IX, art. 4º da
1390 Resolução 177/2000 e o inciso V, art. 4º, Decreto 2536/98. Em 2000, folhas 30 e 31; 2001, 32, 33;
1391 2002, 34, 35. Ela é isenta de auditoria, demonstração contábil e financeira devidamente auditada
1392 por auditores independentes de acordo com o parágrafo 2º do art. 5º do Decreto 2536/98. Três.
1393 Informações para efeito de exigências da auditoria independente. A requerente apresentou as
1394 seguintes informações para efeito de classificação na análise contábil objetivando enquadramento
1395 quanto à exigência de auditoria, folhas 27, 28 e 29. Exercícios anos 2000, 2001 e 2002, renda
1396 bruta anual em 2000: R\$ 36.683,95; em 2001: R\$125.547,32; e em 2002: R\$ 124.572,00. O tipo de
1397 auditoria é isenta nos três anos. Declara nas notas explicativas, folhas 30, 32 e 34, que adota o
1398 regime de caixa nas demonstrações contábeis, contrariando o disposto na NBCT 10.19, aprovada
1399 pela Resolução CFC 877/2000 e Resolução CNAS 66/2003. Bolsas de estudos concedidas.
1400 Educação, bolsas concedidas, folhas 21/26. Tipos de bolsa, ano de competência em número de

1401 *beneficiários em cada ano, 2000, 2001 e 2002. Bolsas gratuitas de acordo com o relatório de*
1402 *atividades, ano de 2002, 47; 2001, 99; 2002, 104 bolsas. O total de 47 em 2000, 99 em 2001 e 104*
1403 *em 2002. Educação, bolsas concedidas, detalhamento. Cursos mantidos, número de beneficiários,*
1404 *ano de competência: 2000, 2001 e 2002. Berçário 1: 2000, 7; 7 em 2001, 10 em 2002. Berçário 2:*
1405 *2000, 10; 2001, 10; 2002, 12. Maternal 1: 2000, 30; 2001, 30; 2002; 30. Jardim: 2000 nada; 2001,*
1406 *28; 2002, 28. Pré-escola: 2000 nada; 2001, 24; 2002, 24. Total: 47 em 2000, 99 em 2001 e em*
1407 *2002, 104. Fundamentação. Apesar de a requerente ter se declarado como entidade de assistência*
1408 *social, folha 3, a atividade preponderante da mesma está caracterizada como de educação.*
1409 *Conforme se extrai da análise efetuada do estatuo social, o relatório de atividades e do*
1410 *comprovante de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, folha 43 dos autos. Tendo em vista que a*
1411 *requerente encaminhou intempestivamente os documentos solicitados por meio de diligenciamento,*
1412 *os mesmos não foram considerados para efeito da análise por contrariar o disposto na Resolução*
1413 *CNAS 177/2000 e Resolução CNAS 31/99 e Resolução CNAS 177/2004, Regimento Interno do*
1414 *Conselho Nacional de Assistência Social. A requerente não atendeu aos seguintes dispositivos*
1415 *legais constantes na legislação pertinente à matéria focada: alínea A, inciso V, art. 3º da*
1416 *Resolução 177/2000; inciso I do art. 3º da Resolução 31/99 e inciso IV art. 3º do Decreto 2536/98.*
1417 *Dispositivo no estatuto que rege sobre a aplicação das receitas, rendas, rendimentos ou eventual*
1418 *resultado operacional integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento*
1419 *de seus objetivos institucionais alínea E, inciso V, art. 3º da Resolução 177/2000, inciso IV do art.*
1420 *3º da Resolução CNAS 31/99 e inciso IX, art. 3º do Decreto 2536/98. Dispositivo que rege sobre*
1421 *destinação dos bens e eventual patrimônio remanescente em caso de dissolução ou extinção da*
1422 *entidade, os quais deverão ser transferidos a outra entidade congênere registrada no CNAS ou a*
1423 *entidade pública, inciso XII, art. 4º da Resolução 177/2000 e inciso XI do art. 3º do Decreto*
1424 *2536/98. Apresentar cópia da declaração de entidade pública federal e respectiva certidão*
1425 *atualizada emitida pelo Ministério da Justiça. NBCT 10.19, aprovada pela Resolução CFC*
1426 *8772/2000 e Resolução CNAS nº 66/2003. Não apresentou as demonstrações contábeis sob o*
1427 *regime de competência e sim de caixa. Conclusão. Com base na análise dos julgamentos constantes*
1428 *dos autos e dos requisitos legais estabelecidos no Decreto 2536/98 e Resolução CNAS 31/99 e*
1429 *Resolução CNAS 177/2000, concluímos pelo indeferimento do pedido de Registro e Certificado de*
1430 *entidade beneficente de assistência social, formulado pela Fundação Nelly e Jorge Colnaghi tendo*
1431 *em vista o não atendimento de dispositivos legais que regulamentam a matéria sob análise.*
1432 *Brasília, Distrito Federal, 2 de outubro de 2009. Getúlio Rodrigues da Silva e Wellington Aragão*
1433 *Lima, Serviço de Registro e Certificado”. Colocado em discussão, o Conselheiro Renato Saidel*
1434 *pediu vistas dos autos porque a análise que havia feito era com relação ao outro Parecer, com esse*
1435 *apresentando algumas alterações, solicitando alguns minutos para essa análise. A Conselheira Maria*
1436 *Dolores solicitou que fosse seguido um dos pontos básicos considerado na Comissão de Normas de*
1437 *que rezava não ser necessário ler detalhadamente um processo. Na sequência, o Conselheiro Renato*
1438 *Saidel, sobre o Parecer Técnico, destacou que a partir do momento em que houve um atraso no*
1439 *envio da documentação por parte da entidade, de dois anos e meio, se ela não pudesse ser recebida e*
1440 *ser desconsiderada, não deveria ter sido juntada ao processo. A partir do momento em que era*
1441 *juntada ao processo, no seu entendimento, teria que ser contemplado, observando ter conversado*
1442 *com a área jurídica. A senhora Presidente solicitou que o Conselheiro Renato Saidel proferisse seu*
1443 *voto, que votou pelo indeferimento, explicando sua posição. A Secretária-Executiva procedeu à*
1444 *chamada para votação: Conselheira Márcia: “com o relator”. Conselheira Margareth: “voto com o*
1445 *relator”. Conselheira Edna: “com o relator pelo indeferimento do pedido”. Conselheira Thayz: “eu*
1446 *me abstenho”. Conselheiro Renato de Paula: “com o relator”. Conselheiro Frederico: “com o*
1447 *relator”. Conselheiro Vicente Falqueto: “com o relator”. Conselheira Simone Albuquerque: “com o*

1448 relator”. Conselheira Dolores: “com o relator”. Conselheiro Carlos Ferrari: “voto com o relator pelo
1449 indeferimento”. Conselheiro José Geraldo: “abstenção”. Conselheiro Charles: “voto com o relator”.
1450 Conselheira Renata: “com o relator”. Conselheiro José Crus: “com o relator pelo indeferimento”.
1451 Após a votação foi computado treze votos pelo indeferimento, acompanhando o relator, e duas
1452 abstenções. Prosseguindo, a senhora Presidente passou ao **Item relato da Comissão**
1453 **Organizadora:** “A Comissão Organizadora teve duas reuniões entre uma Plenária e outra, uma no
1454 dia 1º/10 e outra no dia 20/10. Então os senhores vão receber um pacote de memórias, anexos,
1455 talvez fosse importante a gente ler até o fim para depois abrir para as intervenções, porque tem
1456 algumas questões que provavelmente vão ser perguntadas, que estão esclarecidas mais à frente.
1457 Estiveram participando das reuniões da Comissão Organizadora: Márcia Pinheiro
1458 (coordenadora), Carlos Ferrari, o Charles (no dia 20/10), Clodoaldo de Lima Leite, Edivaldo da
1459 Silva Ramos, Heloísa Mesquita (20/10) Renato Francisco de Paula, Simone Aparecida
1460 Albuquerque, Vicente Falqueto. Como convidados no dia 20/10 tive a senhor Denise Polin, Edna
1461 Aparecida Alegro, Felipe Ribeiro Alves Moraes, Francisco de Assis Nascimento, Kênia Augusta
1462 Figueiredo, Luziele Tapajós, Maria Ângela Rocha, Madalena Queiroz. Ausências justificadas de
1463 Conselheiros: Charles (ausente no dia 1/10), a Margareth (20/10) e Heloísa Mesquita (1/10).
1464 Tivemos apoio de Cláudia, Liliane, Dorinha e Mercês. Informes da participação dos Conselheiros
1465 da Comissão Organizadora nas Conferências Estaduais. A Comissão Organizadora vem utilizando
1466 metodologia de trabalho dos Conselheiros que participam das Conferências Estaduais com o
1467 objetivo de apontar questões que necessitam de discussão e/ou tratamento por essa Comissão. Das
1468 questões que foram apresentadas temos a relatar que a participação dos Conselheiros do CNAS em
1469 todos os dias das Conferências foi avaliada de forma positiva por muitos Conselhos Estaduais,
1470 sendo pontuado que essa é também uma forma de dar suporte aos estados. Essa presença também
1471 facilitará a condução desse colegiado para uma avaliação mais geral, invés de pontual, sobre o
1472 processo de realização das Conferências Estaduais. Foi informado que a coordenação de relatoria
1473 realizou um estudo das programações das Conferências Estaduais que deverá ser utilizada na
1474 avaliação dessas. E ainda, que o estudo realizado pela Secretaria Executiva do CNAS através do
1475 resultado de um questionário aplicado junto aos participantes das Conferências Municipais das
1476 quais estivemos presentes também poderá ser utilizado, estou completando aqui, para uma
1477 avaliação mais global das Conferências, de uma forma geral. Outros aspectos a ressaltar é que
1478 muitas das Conferências Estaduais têm utilizado de seu poder político para assinar decretos, por
1479 exemplo, decretos de repasse fundo a fundo e em muitas outras se tem convidado a Câmara
1480 Legislativa para a discussão da recomposição do financiamento da assistência em âmbito estadual
1481 e ainda convidando deputados estaduais e federais. Entre as diversas questões que estão sendo
1482 colocadas pelos deputados estaduais e federais é o apoio ao Projeto de Lei 3077 – PL SUAS. Na
1483 Conferência Estadual e Minas Gerais o Ministro Patrus deu o informe sobre a tramitação do PL
1484 CEBAS, que tem como relator o senador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo. Foi aprovada pela
1485 Plenária da Conferência uma carta de defesa do PL que será encaminhada ao senador. Em relação
1486 às discussões sobre o vínculo SUAS realizadas nas Conferências Estaduais na percepção dos
1487 Conselheiros um amadurecimento, uma vez que o debate tem trazido questões cruciais para o
1488 esclarecimento acerca do assunto, sendo ponderado, dentre outras questões, que vem sendo
1489 evidenciada a de que os serviços sócio-assistenciais não têm caráter mercadológico. Muitas
1490 contribuições vêm sendo propostas principalmente por parte das entidades de assistência social.
1491 Destacamos que o Rio de Janeiro realizou encontro com os usuários com o objetivo de prepará-los
1492 para a participação efetiva na Conferência Estadual e está previsto na programação da
1493 Conferência Estadual um encontro dos Secretários Executivos dos Conselhos Municipais e do
1494 Conselho Estadual para discussões acerca do trabalho de assessoramento realizado por essa

1495 *equipe com a participação do CNAS. Na observação dos Conselheiros a acessibilidade continua*
1496 *sendo entrave em muitos estados. Diante disso, faz-se necessário que o CNAS prepare um*
1497 *documento, talvez para as próximas, com orientação sobre os meios legais para que essa questão*
1498 *seja garantida nas Conferências e em outros eventos a serem realizados pelos Conselhos, bem*
1499 *como nos equipamentos sócio-assistenciais. A participação dos usuários nas Conferências é outro*
1500 *aspecto a ser avaliado, uma vez que esse é um ponto que deve ser aprofundado na VII Conferência*
1501 *Nacional. Cabe ressaltar que em Minas Gerais os usuários realizaram reunião de mobilização*
1502 *entre os mesmos durante a própria Conferência, tendo em vista que muitos delegados credenciados*
1503 *na categoria usuário não eram, de fato, usuários dos serviços sócio-assistenciais. O Conselheiro*
1504 *Carlos Ferrari informou ter preparado uma apresentação sobre o tema “O processo histórico da*
1505 *participação e controle social” utilizado por ele na Conferência de Rondônia. Esse material conta*
1506 *com dispositivos de multimídia e será disponibilizado aos demais Conselheiros. Não abri para*
1507 *discussão ainda. Como é que chama? Audiomultimídia. Isso é novidade! Seguindo o relato.*
1508 *Encaminhamentos. Pautar na próxima reunião do CNAS uma discussão política do CNAS sobre*
1509 *temas a serem discutidos na VII Conferência. Discutir na Plenária do CNAS em novembro a*
1510 *sistemática de financiamento do SUAS e o piso de transição da Proteção Social Básica. Convidar,*
1511 *entre outros atores, o Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de*
1512 *Assistência Social do MDS. Que o CNAS paute posteriormente uma avaliação do processo das*
1513 *Conferências Municipais e Estaduais considerando entre os diversos pontos a participação dos*
1514 *Conselheiros nas Conferências, o resultado do questionário aplicado nas Conferências Municipais*
1515 *e o estudo das programações das Conferências Estaduais, que a relatoria já começou a fazer. Foi*
1516 *discutida com especialista em mobilização social a proposta de atividades culturais a serem*
1517 *realizadas durante a VII Conferência Nacional, que está anexa. A proposta é que as atividades*
1518 *retratam, por meio de diferentes linguagens, as diversidades culturais e geográficas do país e que*
1519 *as delegações possam se reconhecer nas apresentações. E ainda que essas tenham relação direta*
1520 *com o tema da Conferência, bem como com a Política de Assistência Social. A execução de toda*
1521 *proposta só será possível mediante recursos de patrocínio mas há atividades que poderão ser*
1522 *desenvolvidas sem necessidade de investimento financeiro, como por exemplo, a preparação de um*
1523 *vídeo com fotos das Conferências Municipais e Estaduais realizadas em 2009, que poderia, por*
1524 *exemplo, ser passado durante a execução do Hino Nacional. Encaminhamento. Enviar à*
1525 *especialista a gravação das reuniões da Comissão Organizadora que discutiram o tema e*
1526 *apontaram diretrizes para a mobilização na VII Conferência Nacional. Terceiro., Dinâmica da*
1527 *sistematização, relatoria dos trabalhos da VII Conferência. A coordenadora geral do processo de*
1528 *relatoria da VII Conferência será a senhora Luziele Tapajós, que contará com a colaboração da*
1529 *senhora Denise Colin. Encaminhamentos. Na próxima reunião da Comissão Organizadora o*
1530 *retorno da avaliação da coordenação da relatoria, aí já com o recebimento das deliberações*
1531 *vindas dos estados para definir os critérios de definição de inclusão de uma ou mais propostas, as*
1532 *propostas novas, de deliberação. Então, na verdade, a relatoria nós já passamos as indicações*
1533 *para a Comissão de Relatoria trabalhar em cima dessas indicações que a Comissão Organizadora*
1534 *passou. A relatoria vai trabalhar e depois com as avaliações iniciais ela vai trazer para nós uma*
1535 *proposta na próxima reunião da Comissão Organizadora. As oficinas estão em anexo. Eu vou ler*
1536 *tudo e depois a gente volta. É importante dizer, talvez, aos senhores, que a primeira versão das*
1537 *oficinas a gente tinha levantado em quase 40 oficinas. A primeira reunião da Comissão*
1538 *Organizadora desse mês, dia 1º/10 nós conseguimos chegar, sintetizando, atualizando, ao número*
1539 *de 24 oficinas. Essas 24 oficinas nós levantamos as questões que nós queríamos e convidamos duas*
1540 *técnicas, duas pessoas que voluntariamente, colaboradoras, estiveram aqui fazendo as ementas*
1541 *para cada uma das oficinas. Essas ementas se encontram em anexo mas nós vamos ler hoje os*

1542 temas das oficinas porque eles foram discutidos durante três exaustivos dias pela Comissão
1543 Organizadora. A senhora Denise Colin e Maria Ângela Rocha receberam os agradecimentos da
1544 Comissão Organizadora e desse Conselho para o trabalho ágil que elas conseguiram fazer nos
1545 dias em que estiveram aqui. Cinco. Credenciamento das delegações dos estados. A Comissão
1546 Organizadora propõe convidar os Secretários Executivos dos Conselhos Estaduais com os custos
1547 arcados pelo CNAS objetivando que esses atuem na VII Conferência Nacional como colaboradores
1548 tendo eles a responsabilidade de realizar o credenciamento da delegação do seu estado. Essa é
1549 uma estratégia para agilizar essa atividade, e para entrega de material e crachá. Essa é uma
1550 estratégia para agilizar as atividades e facilitar o início dos trabalhos no dia 30 de novembro, uma
1551 vez que essas pessoas têm conhecimento da sua delegação, têm facilidade de contato com os
1552 mesmos. Termo de referência. Estiveram presentes à reunião, Madalena Queiroz, chefe de gabinete
1553 da Secretaria Executiva do MDS, o pregoeiro, senhor Felipe Moraes e o senhor Francisco
1554 Nascimento da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, SPOA. Esses informaram
1555 que o pregão da VII Conferência está em curso e que no dia 22 de outubro serão abertos os lances
1556 das empresas, que terão até o dia 26 para apresentarem a documentação exigida. Cláudia Sabóia
1557 nos avisa, isso é por conta da Simone, que estão sendo abertas agora, a Mercês se encontra agora
1558 no MDS com a Madalena recebendo esse material. A análise das propostas acontecerá no período
1559 de 26 a 28 de outubro e no mesmo dia 28 será anunciada a empresa vencedora. A previsão é de
1560 que a partir do dia 30 de outubro a empresa contratada montará a secretaria do evento no CNAS.
1561 Encaminhamento. O CNAS, por meio da Secretaria Executiva e da Comissão Organizadora
1562 acompanhará a execução dos serviços da VII Conferência, instituindo equipes de supervisão dos
1563 trabalhos durante a realização da Conferência. Delegados Nacionais e convidados. A Comissão
1564 utilizou como critérios para definir delegados e convidados que as entidades e organizações
1565 tenham âmbito nacional e que as mesmas tenham contribuição com a Política da Assistência Social
1566 de forma direta ou intersetorial. As vagas dos representantes da sociedade civil foram distribuídas
1567 de forma a contemplar os três segmentos que compõem o Conselho: usuários, entidades de
1568 assistência social e trabalhadores da área. Ver relação anexa. Daqui a pouco a gente passa para
1569 ela. Demandas de vaga para participação na VII Conferência. Foram encaminhadas demandas de
1570 vagas de observadores para o Fórum dos Conselhos Estaduais de Assistência Social, eu trouxe as
1571 demandas. Foram encaminhadas pelo FONACEAS demandas dos Conselhos e ainda o Conselho
1572 Estadual de Minas Gerais sugeriu critérios para observadores. Após o debate a Comissão
1573 encaminhou da seguinte forma: será mantida a mesma forma de distribuição de vagas para os
1574 observadores das outras Conferências. Depois de uma série de análises vai ser por meio eletrônico,
1575 sistema de credenciamento conforme as Conferências anteriores. Será anunciada a data do início
1576 das inscrições para as vagas de observadores no sítio do CNAS. Vai ser divulgado no boletim
1577 eletrônico da VII Conferência do mês de outubro uma nota chamando atenção dos interessados nas
1578 vagas e que essas serão disponibilizadas no sítio e que em breve o CNAS divulgará a data.
1579 Alteração de datas de Conferências Estaduais, ponto nove. O CAS/DF e o CEAS do Paraná
1580 manifestaram formalmente a realização da Conferência em data posterior à definida para o envio
1581 dos relatórios. Diante disso, e tendo em vista a necessidade de avaliar a condição de estender o
1582 prazo o envio do relatório destes a Comissão Organizadora fará contato com os respectivos
1583 Conselhos por meio da Secretaria Executiva para confirmação da realização para posterior
1584 discussão sobre o assunto. Ressaltamos que a questão deve passar pela apreciação da coordenação
1585 da relatoria, uma vez que deve se garantir o cumprimento dos prazos para entrega dos trabalhos
1586 de sistematização dos relatórios por essa equipe contratada. Boletim eletrônico. A pauta do III
1587 Boletim Eletrônico da VII Conferência trará um balanço parcial da realização das Conferências
1588 Estaduais, a realização da mobilização dos usuários realizada no Rio de Janeiro e essa proposta, a

1589 *roda de conversa saiu hoje, gente, nós demos encaminhamento dessa discussão, então não vai ter*
1590 *isso. Mas vai ter o texto, esse texto não é da Conselheira Heloísa mas o FONSEAS, sobre a ação*
1591 *inter e intragovernamental e os direitos sócio-assistenciais e uma matéria sobre os trabalhadores*
1592 *na área da assistência social que a ASCOM vai aproveitar do texto que os trabalhadores*
1593 *realizaram para o caderno de textos da Conferência Nacional. A ASCOM vai fazer a leitura, vai*
1594 *tirar alguns pontos e foi eleita e já acertado com a Conselheira Margareth, representando os*
1595 *demais trabalhadores e o Conselheiro Fred, caso necessário, para ajuste nesse texto. Fechando, a*
1596 *Conferência vai ter o destaque da mobilização dos usuários, um texto do FONSEAS no nível*
1597 *estadual, um texto sobre os trabalhadores e o balanço das Conferências Estaduais. O boletim está*
1598 *agendado para sair no próximo dia 29. Será divulgado junto aos Conselhos de Assistência Social,*
1599 *órgãos gestores, outros gestores nacionais, aos Conselheiros Nacionais de Assistência Social,*
1600 *entidades que compõem o CNAS e outros. Importante que os Conselheiros divulguem um boletim*
1601 *junto a suas bases de representação. Próxima reunião da Comissão organizadora, 10 de novembro*
1602 *de 2009. A Comissão Organizadora faz constar que faltam 39 dias para a VII Conferência*
1603 *Nacional de Assistência Social. Em seguida vamos ler, eu penso que fica mais completo o relato se*
1604 *a gente ler os anexos para depois abrirmos a discussão. Eu consulto os Conselheiros se eles*
1605 *também estão pensando assim. Então vamos lá! Na nossa lista de convidados, que a Comissão*
1606 *Organizadora já apontou. Os Secretários de Assistência Social, os 27. Os Presidentes do*
1607 *Colegiado de Gestores Municipais, 26. Os Secretários Executivos dos Conselhos Estaduais de*
1608 *Assistência Social, 27. Os Conselhos Municipais de Assistência Social das capitais, 26. Está aí,*
1609 *junto no pacote de anexos. Os Presidentes regionais do CONGEMAS, são 5. Os Fóruns Estaduais*
1610 *de Assistência Social, colocamos um por estado, depois a gente apura se são mesmo, se são 27. O*
1611 *Fórum Nacional de Assistência Social, a coordenação colegiada, 5 membros. Entidades e órgãos*
1612 *com assento no CNAS, 36. Ministérios, 24. MDS, 8. CGU, 3. TCU, 3. Defensoria Pública da União,*
1613 *1. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 1. Comissão de Segurança e Família da*
1614 *Câmara dos Deputados, 1. Comissão de Assuntos Sociais do Senado, 1. Frente Parlamentar da*
1615 *Assistência Social, 3. CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança, 1. CONADE, 1.*
1616 *Conselho Gestor do Programa Bolsa Família, 1. Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social,*
1617 *1. Conselho Nacional de Educação, 1. Conselho Nacional de Saúde, 1. Conselho Nacional de*
1618 *Segurança Alimentar, 1. Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, 1. CODEFAT, Conselho*
1619 *Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 1. Conselho Nacional de Igualdade Racial, 1.*
1620 *Conselho Nacional de Defesa da Mulher, 1. Conselho de Defesa de Direitos Humanos, 1. Conselho*
1621 *das Cidades, 1. Patrocinadores, supondo que vamos tê-los, 10. Instituições. Fórum Brasileiro de*
1622 *Economia Solidária, 1 vaga. Fórum de Entidades de Trabalhadores da Saúde, 1 vaga. Fórum*
1623 *Nacional de Direitos Humanos, 1 vaga. Federação Nacional dos Nutricionistas, 1 vaga. Central*
1624 *Geral dos Trabalhadores do Brasil, 1 vaga. Confederação dos Trabalhadores Universitários, 1*
1625 *vaga. Federação Nacional dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais, 1. Rede Nacional de*
1626 *Entidades Evangélicas, 1. Conferência dos Religiosos do Brasil, 1. Associação Brasileira de*
1627 *Universidades Católicas, 1. Agência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1. Sistema*
1628 *Salesiano do Brasil, 1. Pastoral do Menor, 1. União Marista do Brasil, 1. Federação Nacional dos*
1629 *Agentes Comunitários de Saúde, 1. Movimento Negro Unificado, 1. Coordenação Nacional das*
1630 *Entidades Negras, 1. Associação Nacional dos Coletivos e Empresários e Empreendedores Afro-*
1631 *brasileira, 1. Conselhos indigenistas Missionários, 1. Só uma observação: para esses convites a*
1632 *essas entidades foram consultados os membros que estiveram presentes no Conselho Nacional no*
1633 *Grupo de Trabalho que definiu as propostas da assistência social para o trabalho com negros e*
1634 *quilombolas. Então as pessoas que estiveram aqui como consultores e colaboradores estão sendo*
1635 *convidados. Por isso nomes que algumas vezes a gente não ouviu ainda. Articulação dos Povos e*

1636 *Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, 1. Pastoral dos Migrantes, 1.*
1637 *Instituto Indigenista Brasileiro, 1. UNESCO, 1. AFAU, Organização das nações Unidas para*
1638 *Agricultura e Alimentação, 1. PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1.*
1639 *UNICEF, 1. Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, 1. Centro de Referência da*
1640 *Criança e do Adolescente, 1. Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas, 1. Associação*
1641 *Médico Espírita, 1. Associação Brasileira de Divulgadores Espíritas, 1. Conselho Nacional de*
1642 *Economia Solidária, 1. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de*
1643 *Deficiência, 1. Esclareço uma definição de que cada Conselheiro Nacional pode fazer um convite.*
1644 *Gente, vão anotando e aqui os delegados nacionais, nós vamos para outra lista que são os*
1645 *delegados nacionais da sociedade civil. Vai destacando. Entidade. Cáritas Brasileiras, 1 vaga.*
1646 *Comitê Paraolímpico Brasileiro, 1 vaga. Associação de Pais e Amigos do Branco do Brasil, 1*
1647 *vaga. Associação Nacional das Escolas Católicas, 1 vaga. Confederação Nacional de Igrejas*
1648 *Confessionárias, CONIC, 1 vaga. Instituto Nacional de Estudos Sócio-econômicos, INESC, 1 vaga.*
1649 *Associação Surdos e Cegos. Instituto de Ensino e Educação, IEE. Núcleo de Estudos e Pesquisas*
1650 *Sobre Seguridade e Assistência Social, PUC/SP. Pólis, 1 vaga. Lar Fabiano de Cristo, 1 vaga.*
1651 *Sociedade São Vicente de Paula, 1 vaga. Organização Nacional dos Cegos do Brasil, 1 vaga.*
1652 *Federação Nacional das Pestalozzis, 1 vaga. Pastoral da Criança, 1 vaga. Pastoral Carcerária, 1*
1653 *vaga. Federação das Empregadas Domésticas, 1 vaga. Associação dos Trabalhadores Rurais, 1*
1654 *vaga. Pastoral do Idoso, 1 vaga. Federação Nacional dos Aposentados, 1 vaga. Organização dos*
1655 *Deficientes Físicos, 1. Pastoral da Mulher Marginalizada, 1. Federação Brasileira da Síndrome do*
1656 *Down, 1. Central Única dos Trabalhadores, 1. Conselho Federal de Psicologia, 1. Confederação*
1657 *Nacional dos trabalhadores em Seguridade Social, 1. Federação Nacional dos Sociólogos, 1.*
1658 *Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, 1. Central Geral dos Trabalhadores do*
1659 *Brasil, 1. Federação Nacional dos Profissionais da Seguridade Social, 1. Associação Brasileira de*
1660 *Antropologia, 1. Fórum Nacional de Trabalhadores da Saúde, 1. Associação Nacional dos*
1661 *Promotores do Idoso e da Pessoa com Deficiência, 1. Associação Brasileira de Magistrados e*
1662 *Promotores da Criança e Adolescente, 1. Movimento Nacional de Catadores de Material*
1663 *Reciclável, 1. Coordenação Nacional dos Quilombolas, 1. Articulação dos Povos Indígenas do*
1664 *Brasil, 1. Central de Movimentos Populares, 1. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 1.*
1665 *Central única das Favelas, 1. Central LGBT, 1. Associação Nacional das Prostitutas, 1. Fórum*
1666 *Nacional de Usuários da Saúde Mental, 1. População Ribeirinha, 1. Escarpelados, 1. Vamos*
1667 *acabar o relato e depois discutir tudo, gente. As oficinas. Nós vamos discutir os títulos e as pessoas*
1668 *já convidadas para as mesas sabendo que todas as ementas estão à disposição dos senhores.*
1669 *Oficina 1 “Gestão municipal do SUAS”, teremos um representante do Colegiado Nacional de*
1670 *Gestores Municipais, CONGEMAS e um representante da Secretaria Nacional de Assistência*
1671 *Social do MDS. “Gestão Estadual do SUAS”, representante do Fórum Nacional de Secretários*
1672 *Estaduais, FONSEAS e representante da Secretaria Nacional de Assistência Social, MDS.*
1673 *“Participação popular e controle social no SUAS: protagonismo dos usuários e democratização da*
1674 *gestão dos Conselhos”, Eleonora Scicchini Martins Cunha, mestre em ciência política que tem*
1675 *estudado, não vou apresentar cada um senão não saímos daqui hoje, Neide Silva Hengler, aí ao*
1676 *lado tem escrito no relatório o que ela é, Anália, Edval Bernardino. Quatro “Orçamento e*
1677 *financiamento do SUAS”, Gisele de Cássia Tavares, representante do Fórum Brasileiro do*
1678 *Orçamento, Denise Lobato Gentil e Ronaldo Nogueira. Oficina cinco, “Protocolo de gestão*
1679 *integrada entre os serviços e benefícios da assistência social”, representante do Colegiado de*
1680 *Gestores Municipais da Assistência Social do Mato Grosso do Sul e Rosilene Cristina Rocha.*
1681 *Oficina seis “Integração da rede sócio-assistencial no SUAS: vínculo SUAS”, Aldaisa Sposati,*
1682 *representante da Federação Nacional das APAEs – FENAPAE, representante da Associação*

1683 Brasileira de Organização Não Governamentais – ABONG. “Oficina de tipificação dos serviços
1684 sócio-assistenciais”, Egli Muniz, Neiri Bruno e representante do Centro de Referência de
1685 Assistência Social, algum CRAS. Oficina oito “O território como base para a organização da
1686 vigilância social no SUAS”, Luís Otávio Pires Faria, que é o coordenador disso no DGSUAS,
1687 Dirce Colga e Elizabeth de Almeida Leitão. Nove “Matricialidade sócio familiar no SUAS”, Aidê
1688 Caçado Almeida, Regina Célia Tamaso Mioto, Maria Luísa Rizotti. Oficina dez “Habilitação e
1689 reabilitação da pessoa com deficiência para a vida familiar e comunitária no SUAS”, Ana Rita de
1690 Paula e haverá indicação do Conselheiro Carlos Ferrari. Vamos ler tudo para termos completo.
1691 Oficina onze “Projovem Adolescente em interface com outras políticas”, Aidê Caçado ou outra
1692 pessoa do Departamento, Helen Marques Dantas. Na oficina 12, “interface entre o SUAS, inclusão
1693 produtiva e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional”, um representante da Secretaria
1694 Nacional de Segurança Alimentar, um representante da Secretaria Nacional de Articulação
1695 Institucional e parcerias, Ieda de Castro e representante do Fórum Brasileiro de Economia
1696 Solidária. Oficina 13, “Informação, monitoramento e avaliação: ferramentas estratégicas na
1697 consolidação do SUAS”, representante da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e
1698 Denise Arruda Colin. 14, “Política para população em situação de rua na perspectivas do SUAS”
1699 representação da coordenação que existe em torno desse assunto no Comitê da Casa Civil,
1700 representante do Movimento Nacional de População de Rua no CNAS. Oficina 15 “Assegurando
1701 direitos no SUAS: o papel da Ouvidoria Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública”,
1702 Rejane Maria de Oliveira, que é ouvidora do desenvolvimento social, Ministério Público da União,
1703 Defensoria Pública da União. Oficina 16 “Transparência na gestão pública do SUAS: controle
1704 interno e externo”, representante do tribunal de Contas da União, representante da Controladoria
1705 Geral da União e Ernesto Sabóia, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do
1706 Ceará. “NOB-RH/SUAS: desafios para sua consolidação”, Roberto Passos Nogueira, do IPEA,
1707 Jucimere Isolda de Silveira e representante da bancada dos trabalhadores do CNAS a ser indicado
1708 por eles. “Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual: indutores de planejamento da política em
1709 âmbito municipal e estadual”, representante do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de
1710 Assistência Social, FONSEAS, Flávio de Castro, representante da Comissão Intergestora
1711 Tripartite. Oficina 19 “Organizações religiosas e o SUAS”, representantes de organização
1712 representativa do segmento evangélico, do segmento católico, do segmento espírita e do segmento
1713 umbandista. Oficina 20 “Eleição de representantes da sociedade civil no CNAS”, até esse
1714 momento, Edna Alegro, que é coordenadora do Grupo de Trabalho Composição no CNAS. 21
1715 “Inscrição e Certificação de Entidades de Assistência Social”, Rosângela Paz, representante do
1716 Ministério Público do Paraná, representante da Rede Brasileira do Terceiro Setor – Rebrates,
1717 representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Oficina 22 “Serviços de
1718 acolhida”, representante do Abrigo Lar Marista João Batista de Belo Horizonte, representante do
1719 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e representante do
1720 CNAS. 23 “Frentes Parlamentares em Defesa da Assistência Social”, representante da Frente
1721 Parlamentar em Defesa da Assistência Social na Câmara dos Deputados, representante da Frente
1722 Parlamentar em Defesa da Assistência Social do Ceará, de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul.
1723 24 “O papel dos conselhos de assistência social no controle social do Programa Bolsa Família e
1724 BPC”. A senhora Presidente informou que a Comissão Organizadora tinha várias indicações para
1725 fazer, o que seria efetivado na sua próxima reunião e submetido aos Conselheiros posteriormente.
1726 Prosseguindo, colocou em discussão, passando ao **Informes da participação dos Conselheiros da**
1727 **Comissão Organizadora nas Conferências Estaduais**, com a Conselheira Margareth fazendo um
1728 destaque na lista de presença. A Conselheira Margareth solicitou que seu nome contasse entre os
1729 participantes, tendo faltado apenas no dia 20 de outubro, assim como a Conselheira Edna

1730 manifestou que gostaria que seu nome não constasse como presente nessa reunião. Prosseguindo
1731 com o ponto um, o Conselheiro Renato Saidel obervou que, primeiro, queria ouvir a Comissão com
1732 relação às discussões sobre o vínculo SUAS realizado nas Conferências Estaduais, de onde havia
1733 partido o relatório, para entender melhor algumas questões; e, segundo, que quando se falava da
1734 participação dos usuários e da Sociedade Civil, havia informações de que alguns representantes de
1735 poder público municipal compareceram como representantes da Sociedade Civil, o que teria que ser
1736 analisado com cuidado, até sugerindo isso como aditamento ao relatório da Comissão Organizadora.
1737 O Conselheiro Ferrari esclareceu que ao final do relato da Comissão Organizadora, poderia fazer
1738 uma breve apresentação sobre o assunto. A Conselheira Margareth destacou o fato de apenas alguns
1739 estados serem citados na memória, como no caso de Minas Gerais, sugerindo que se retirasse
1740 qualquer menção ou se citasse todos os estados. O Conselheiro Renato Saidel observando ter sido
1741 constatada uma importante informação em Minas Gerais, podendo ser colocada como informação
1742 genérica, por ser uma grave situação, inclusive com possível encaminhamento para o Ministério
1743 Público ou algo nesse sentido. A Conselheira Simone discorrendo sobre as situações constatadas em
1744 diversos estados, manifestou que havia que destacar a situação constatada em Minas Gerais, sendo
1745 analisada até a Conferência Nacional, assim como outras situações que fossem detectadas, com
1746 esses relatos servindo de balisamento para análises futuras e constando no boletim. A Conselheira
1747 Edna ressaltou o problema detectado sobre delegados como usuários e que não o eram, encontrando
1748 que a Comissão Organizadora teria que se debruçar sobre esse assunto, definindo-se uma estratégia
1749 envolvendo e responsabilizando o estado nesse procedimento. O Conselheiro Renato Saidel
1750 destacou seu posicionamento e corroborou a fala da Conselheira Edna, mas gostaria que se
1751 ampliasse essa verificação não só para os delegados usuários, mas para os delegados da Sociedade
1752 Civil para se garantir a lisura do processo. A senhora Presidente observou que o problema era
1753 genérico, com a questão aberta para se agregar contribuições. O Conselheiro Frederico ponderou
1754 que gostaria que se abrisse esse espaço de avaliação, sendo importante que se estivesse atento,
1755 fazendo-se um rápido processo e encaminhar para que complementasse. Como questão de ordem, a
1756 senhora Presidente manifestou ser esse o momento de aprofundar alguns pontos para aprofundar
1757 essa análise. O Conselheiro José Geraldo, como questão de ordem, colocou que não deveriam ficar
1758 preocupados em fazer destaque no texto de relato, mas sim com os encaminhamentos propostos. O
1759 Conselheiro Renato Saidel, referindo-se ao ocorrido, manifestou que havia que se dar um
1760 encaminhamento e verificar isso de forma séria. Com relação ao encaminhamento do item b, para
1761 discutir na Plenária a sistemática de financiamento do SUAS, sugeriu que se enviasse convite para o
1762 professor Mussalém para ter um contraponto e o Conselho poder se enriquecer com isso. A
1763 Conselheira Margareth, referindo-se ao processo de participação dos usuários, discorreu sobre as
1764 situações observadas durante as Conferências, destacando a necessidade de se fazer os relatórios de
1765 participação para dar visibilidade aos outros Conselheiros. O Conselheiro Renato de Paula
1766 manifestou sua concordância com o que havia sido colocado, discorrendo sobre o que se esperava
1767 com a realização das Conferências, partindo da realidade para fazer a análise na Conferência
1768 Nacional e fazer interferências e intervenções que mostrassem para as pessoas a necessidade de
1769 mudanças. Destacou as colocações sobre Minas Gerais, observando a necessidade de se relatar e
1770 expor todas as outras experiências, tendo que se dar visibilidade. A Conselheira Edna ponderou a
1771 necessidade de um mecanismo de verificação para identificar o usuário, tendo-se um cadastro para
1772 esse procedimento. Considerou que como era o início de um processo, havia que ser feito
1773 adequadamente, sendo que em alguns locais com usuários mais politizados, com movimentos como
1774 o de Minas Gerais e que deveria ser registrado. Ponderou que outra situação eram quem
1775 representava o usuário, sendo que a entidade que o defendia não estava ali no seu espaço, mas como
1776 entidade. O Conselheiro Renato Saidel observou haver que delimitar algumas questões importantes

1777 nesse debate, havendo alguns consensos dos quais se poderia partir para definir a questão. O
1778 Conselheiro Charles, por questão de ordem, manifestou que não se deveria estar discutindo esse
1779 assunto, mas sim o relato da Comissão Organizadora, devendo se avançar na discussão já
1780 encaminhar concretamente. A Conselheira Simone chamou a atenção para duas questões: primeiro,
1781 foi feito um relato com os aspectos que os membros da Comissão acharam mais importantes; e,
1782 segundo, foi feito um encaminhamento para que no próximo Pleno se pudesse discutir os aspectos
1783 políticos mais importantes da Conferência. Que o tema do usuário certamente apareceria, mas
1784 encontrava que nessa oportunidade, não teriam condições de pensar uma proposta mais efetiva para
1785 esse assunto. Prosseguindo, sugeriu que o encaminhamento da Comissão também fosse discutido,
1786 assim como vários aspectos encontrados nas Conferências. A Conselheira Simone sugeriu que se
1787 continuasse o relato da Comissão e se verificasse se o encaminhamento dado havia sido o mais
1788 correto, caso positivo, esse debate deveria acontecer no próximo Pleno do Conselho Nacional. O
1789 Conselheiro Falqueto sugeriu que se abrisse em outra oportunidade a possibilidade de relatos sobre
1790 a participação do usuário. O Conselheiro José Geraldo manifestou-se contemplado em parte pelas
1791 colocações da Conselheira Simone, mas era preciso ser objetivo para que se pudesse produzir,
1792 sendo preciso julgar, analisar os encaminhamentos propostos pela Comissão Organizadora,
1793 adicionado algum encaminhamento. Ponderou que apesar de considerar importante a discussão
1794 sobre ser ou não usuário, esse não era o momento. O Conselheiro Clodoaldo observou que se
1795 deveria ficar atento à análise da memória da reunião, considerando importante essa questão do
1796 usuário, com a Conselheira Thays sentindo-se contemplada com sua fala. O Conselheiro Renato
1797 Saidel, como encaminhamento, solicitou que a Comissão providenciasse a verificação e avaliação
1798 das inscrições que foram realizadas para confirmar o segmento e todos esses assuntos em discussão
1799 e, caso necessário, haver outro momento para esclarecer e definir quem estaria no segmento dos
1800 usuários, dos trabalhadores e entidades vindo das Conferências Municipais e Estaduais. A senhora
1801 Presidente, após algumas colocações sobre o desenrolar dos trabalhos, destacou que as
1802 experiências deveriam ser incorporadas, organizando o relatório de modo a permitir o segundo
1803 momento, de analisar os encaminhamentos. Que isso seria feito não nesse momento, mas antes da
1804 Conferência Nacional. O Conselheiro Renato de Paula destacou a existência de uma subcomissão
1805 montada de acompanhamento do protagonismo dos usuários nas Conferências, da qual fazia parte,
1806 propondo que a mesma fosse ativada para organizar essas experiências, garantindo um espaço na
1807 Conferência Nacional para esse feedback para os delegados da Conferência. A senhora Presidente
1808 observou que o Conselheiro Renato Saidel havia o único a discutir o ponto B dos encaminhamentos
1809 sugerindo que na Plenária fosse convidado o professor Mussalém para o debate sobre a sistemática
1810 de financiamento do SUAS e o piso de transição da Proteção Social Básica. Após alguns
1811 questionamentos sobre essa indicação, a senhora Presidente confirmou que o professor Mussalém já
1812 havia sido convidado para a Conferência Nacional. O Conselheiro Renato Saidel chamou a atenção
1813 para o fato de ter problemas não apenas no segmento dos usuários, mas da Sociedade Civil, fazendo
1814 um encaminhamento para que se pudesse verificar a questão das inscrições da Sociedade Civil
1815 como um todo e também do Poder Público. A senhora Presidente comunicou aos Conselheiros da
1816 Comissão Organizadora que a Presidência Ampliada havia resolvido pautar para antes da
1817 Conferência Nacional alguns assuntos, dentre os quais o financiamento do SUAS, encaminhamento
1818 acatado para a próxima reunião e também a avaliação do processo das Conferências Municipais e
1819 Estaduais. Prosseguindo, passou para o item quatro, oficinas, com o Conselheiro Ferrari sugerindo o
1820 nome da Dra. Isabel Loureiro Maior na oficina 10, “Habilitação e reabilitação das pessoas com
1821 deficiência”, com o Pleno indicando o nome da Conselheira Maria Dolores para compor essa mesa.
1822 A Conselheira Simone sugeriu que na oficina um “Gestão Municipal e Gestão Estadual do SUAS”,
1823 viessem pessoas de fora, convidando professores, pessoas da academia que trouxessem uma

1824 reflexão diferente para esse debate, indicando o nome do professor Vicente Faleiros; e, na oficina
1825 dois, a professora Maria do Rosário. Prosseguindo, retirou em nome da SNAS, a indicação,
1826 encontrando mais interessante para esse tema trazer alguém de fora que tivesse condição de fazer
1827 essas reflexões; e, na primeira e segunda, o Conselheiro Ferrari. Prosseguindo, na oficina oito,
1828 convidar, ao invés da Secretária Elizabeth, a Carla Andréa, da mesma Secretaria; na oficina 13, no
1829 lugar da Denise Colin, a Maria Luísa Rizotti. Com relação à oficina de Habilitação e Reabilitação,
1830 indicou a Conselheira Maria Dolores, que teria mais condições de trazer uma discussão sobre
1831 habilitação e reabilitação na área da Assistência Social. O Conselheiro Renato Saidel indagou qual
1832 o critério estabelecido para a definição de escolha dos representantes, dos expositores dessas
1833 oficinas, manifestando sua preocupação com relação à oficina 19, relativo a organizações religiosas
1834 e o SUAS, considerando a diversidade religiosa existente. Contemplando-se todos ou elegendo
1835 alguns segmentos. O Conselheiro José Crus sugeriu, na oficina 23, da Frente Parlamentar em
1836 Defesa da Assistência Social o Presidente da Frente da Bahia, deputado estadual Yulo Oiticica,
1837 incluindo o Distrito Federal na oficina 18. A Conselheira Margareth observou que Aidê Cançado
1838 Almedida estava proposta na oficina 9 e 11, sugerindo para falar na oficina nove sobre a
1839 matriciliadade sócio-familiar no SUAS a ex-presidente Valdete. A Conselheira Edna após saber que
1840 cada oficina teria a duração de duas horas, solicitou o encaminhamento da ementa das oficinas para
1841 se conhecer todos os assuntos envolvidos. Sugeriu que na oficina 20, “eleição de representantes da
1842 sociedade civil no CNAS” participasse o Conselheiro Renato Saidel ou outro da Sociedade Civil,
1843 com a concordância do Conselheiro Clodoaldo. Prosseguindo, a Conselheira Edna propôs o nome
1844 de Gérson de Almeida, da Secretaria Geral da Presidência. O Conselheiro José Geraldo manifestou
1845 sua preocupação em se ter um equilíbrio nas Conferências entre teóricos e militantes, permitindo a
1846 participação do usuário. A Conselheira Thays manifestou-se contemplada com a fala do
1847 Conselheiro Renato Saidel em relação à questão da representação religiosa, encontrando importante
1848 ter algum momento para falar da questão da Assistência Social como um direito, mostrando
1849 instrumentos jurídicos, os caminhos, as ações possíveis para se implementar a Assistência Social e
1850 se exigir essa prestação com qualidade. A Conselheira Maria Dolores agradeceu sua indicação,
1851 considerando importante convidar Isabel Maior, mas que participaria da mesa, juntamente com o
1852 Conselheiro Ferrari. A Conselheira Simone concordou com a proposta do Conselheiro Renato
1853 Saidel e da Conselheira Thays, retirando a oficina das organizações religiosas e colocando uma
1854 oficina sobre os direitos legais. O Conselheiro Renato Saidel elogiou a sugestão da Conselheira
1855 Thays e agradeceu sua indicação. Observando que a discussão das organizações religiosas era
1856 importante, esclarecendo o critério que havia sido adotado para escolha das instituições inscritas no
1857 Conselho. Prosseguindo, sugeriu o nome do Conselheiro Samuel na oficina três “Participação
1858 Popular e Controle Social no SUAS” e indagando à Secretária-Executiva se as oficinas seriam
1859 realizadas em horários diferentes, que respondeu que inclusive seriam no mesmo dia e horário.
1860 Prosseguindo, o Conselheiro Renato Saidel colocou que na oficina seis, “Integração da rede sócio-
1861 assistencial no SUAS” colocar um representante das entidades do CNAS invés da ABONG. A
1862 Conselheira Edna referiu-se à oficina 15, “assegurando direito no SUAS: o papel da Ouvidoria
1863 Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública”, indagando se não teriam que participar os
1864 Conselhos de Assistência Social, ao que a senhora Presidente informou haver uma oficina só de
1865 Conselho. Continuando, a Conselheira Edna observou que a oficina três era “participação popular e
1866 controle social” e na oficina “Assegurando direitos no SUAS: o papel da Ouvidoria, do Ministério
1867 Público, da Defensoria Pública e dos Conselhos de Assistência Social”, não indicando ninguém, só
1868 queria incluir no título, com o Conselheiro Renato Saidel indicando o Vice-Presidente do
1869 FONACEAS, Adriano Borges Domingues, Presidente do Conselho Estadual de São Paulo. A
1870 Conselheira Margareth propôs a indicação do FONACEAS, que indicaria o seu representante. A

1871 Conselheira Edna esclareceu que na sua proposta indicaria a Conselheira Thays, com a senhora
1872 Presidente complementando acrescentar Conselhos e propondo a Conselheira Thays, com
1873 concordância do Conselheiro Renato Saidel, que retirou sua proposta. O Conselheiro Pasquini
1874 referiu-se à oficina 19, dia 1º à noite, sobre organizações religiosas no SUAS, trabalhando essa
1875 oficina como as entidades e organizações de modo geral, e também o usuário, quais os instrumentos
1876 jurídicos que viabilizariam essa garantia no SUAS, discutindo aspectos jurídicos com a participação
1877 da Conselheira Thays. O Conselheiro Clodoaldo, explanando sobre o assunto, encontrou
1878 fundamental a realização da oficina com as organizações religiosas e o SUAS, acatando a proposta
1879 do Conselheiro Pasquini, acrescentando o aspecto jurídico nessa oficina. O Conselheiro Ferrari
1880 manifestou-se contra, tendo que se fazer o seguinte debate: manter o debate das organizações
1881 religiosas ou da questão dos direitos, defendendo que ficasse como estava. A Conselheira Edna
1882 esclareceu que a parte do direito seria tratada na oficina 15, inclusive com a presença da
1883 Conselheira Thays. O Conselheiro Renato Saidel indicou o nome de Osvaldo de Sousa Júnior, que
1884 faria um debate muito interessante nesse campo da organização religiosa e o SUAS. A senhora
1885 Presidente referiu-se à sugestão da Conselheira Simone na oficina oito que discutia o território
1886 como base na organização e vigilância social do SUAS, indicando uma pessoa diferente da citada
1887 pela Comissão, sugerindo que fosse a Secretaria, que por sua vez indicaria um representante. Com
1888 relação à questão da mesa dos religiosos, gostaria que se deixasse para fechar no dia 10, para uma
1889 melhor construção, encontrando interessante o enfoque jurídico sugerido pelo Conselheiro Pasquini.
1890 Continuando, explanou sobre o procedimento utilizado para fechar as oficinas com assuntos que
1891 contemplassem aqueles temas, mas que trouxessem as dificuldades conjunturais para a cena,
1892 citando alguns das questões a serem tratados, concluindo-se com 24 oficinas simultâneas e com 83
1893 participantes cada. Informou que o trabalho, após revisão e aprovado pela Comissão Organizadora
1894 seria encaminhado aos Conselheiros por e-mail. O Conselheiro Falqueto indicou o nome Eduardo
1895 Azevedo Bastos para a oficina das organizações religiosas, com a senhora Presidente esclarecendo
1896 que o Conselheiro Clodoaldo, que fazia parte da Comissão Organizadora, havia ficado encarregado
1897 de seu fechamento, juntamente com os Conselheiros Falqueto, Pasquini e Renato Saidel, trazendo o
1898 resultado da reunião no dia 10. O Conselheiro Ferrari destacou com relação à oficina 22 que tratava
1899 dos serviços de acolhida onde não havia palestrante para falar da questão do idoso e nem da pessoa
1900 com deficiência. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que essa oficina havia sido pensada
1901 como uma forma de o CNAS discutir e implementar o documento aprovado em conjunto com o
1902 CONANDA. Complementando, o Conselheiro Renato Saidel sugeriu com relação aos serviços de
1903 acolhida, se pudesse complementar melhor o tema e invés de serviços acolhidos se nomear o
1904 documento, a discussão ou algo nesse sentido para ficar vinculado à questão da criança e do
1905 adolescente. A Conselheira Margareth submeteu ao Pleno o pleito do FONACEAS de não terem
1906 sido contemplados em nenhuma oficina, podendo contribuir na oficina 13 ou 24. A senhora
1907 Presidente ponderou que ficaria mais adequado se o Pleno considerasse, colocá-los na 13. Após
1908 algumas considerações, ficou consensuado que o FONACEAS participaria na oficina dois. Na
1909 sequência, a senhora Presidente passou para o item cinco, Credenciamento das Delegações dos
1910 Estados. O Conselheiro Renato Saidel manifestou seu incômodo com a proposta de se convidar os
1911 Secretários-Executivos dos CEAS para atuarem na VII Conferência Nacional, trabalhando como
1912 colaboradores, sendo mais interessante essa participação nas Plenárias até como momento de
1913 capacitação. Entendendo a necessidade, propôs que se trouxessem representantes da Secretaria-
1914 Executiva e não seu titular para esse momento. A Secretária-Executiva esclareceu que as
1915 Secretarias-Executivas estavam na lista de convidados para participar da Conferência como um
1916 todo, com o diferencial sendo seu custeio pelo CNAS e com uma tarefa específica de colaboração
1917 durante a fase de chegada da delegação, após o que estariam como convidados, participando das

1918 oficinas. Após colocações a Conselheira Simone explicou que os convidados não eram custeados, o
1919 que era diferente no caso dos Secretários-Executivos e o que deveria ficar muito claro para não dar
1920 confusão com os outros, sendo custeados para colaborar com a Secretaria-Executiva do Conselho
1921 Nacional. A Conselheira Marisa sugeriu convidar mais um Conselheiro de cada estado e que
1922 poderia ajudar na Conferência. A senhora Presidente finalizou o item esclarecendo que na próxima
1923 reunião se comunicaria ao Pleno como o assunto havia sido tratado com os Secretários-Executivos.
1924 Ponto seis. Termo de referência, sem nenhuma observação. Ponto sete, delegados nacionais e
1925 convidados, com a Conselheira Margareth sugerindo chamar como convidados os Presidentes dos
1926 Conselhos Estaduais porque nem todos conseguiram sair eleitos nas Conferências. A Secretária-
1927 Executiva informou haver 280 convidados, explicando a distribuição e, se fossem aumentar esse
1928 número, teria que se diminuir do número reservados para 200 observadores, com a Conselheira
1929 Margareth propondo diminuir o número de observadores e contemplar os 27 Presidentes de
1930 Conselhos Estaduais. A Conselheira Edna propôs verificar quantos fóruns estaduais existiam, não
1931 sendo 27, para se poder contar com essas vagas. A Secretária-Executiva informou, a pedido da
1932 senhora Presidente, serem 44 representantes da Sociedade Civil e 44 do Governo, 88 delegados
1933 nacionais além dos delegados natos, que eram os 36 Conselheiros. O Conselheiro Frederico
1934 manifestou que gostaria de incluir a população cigana, informando que o Vice-Presidente do
1935 CONANDA tinha todo o mapeamento e o forneceria ao CNAS. Citando os números indicados, a
1936 senhora Presidente observou que cada um dos convites feitos teria que se conseguir vaga de outro
1937 lugar, com o Conselheiro Frederico sugerindo ser da vaga dos 27 fóruns, reiterando a inclusão do
1938 segmento cigano, com a Conselheira Edna complementando que das vagas reservadas para os
1939 fóruns e se esses não existissem, fossem para os Conselhos Estaduais. O Conselheiro Charles
1940 observou haver nomes repetidos, sugerindo que se fizessem essas indicações e se organizasse no
1941 final. Complementando, o Conselheiro Frederico sugeriu a inclusão do Fórum das Entidades da
1942 Psicologia. O Conselheiro Falqueto solicitou a inclusão do Fórum Nacional dos Direitos da Criança
1943 e do Adolescente, que não havia sido contemplado. A Conselheira Marisa colocou ter sugerido dois
1944 membros, o Presidente e mais um Conselheiro de cada Conselho Estadual, sendo 54, vindo outro
1945 Conselheiro no lugar do Presidente que já havia saído como delegado. Indagou se o Fórum
1946 Nacional de Saúde Mental já havia sido incluído, indagando quantas vagas havia para os Conselhos,
1947 podendo ser duas vagas para cada. O Conselheiro Ferrari observou ter que fazer acomodações das
1948 vagas, mas preservando as 200 vagas dos observadores. A senhora Presidente esclareceu que a
1949 Secretária-Executiva faria essa coordenação, mas quanto aos delegados era o Pleno que definia. O
1950 Conselheiro Charles informou a análise que estava sendo feita na lista dos convidados, falando em
1951 Presidente dos Colegiados Estaduais, dos Gestores Municipais, dos CONGEMAS; e, em
1952 Presidentes Regionais dos CONGEMAS. O que havia eram articuladores regionais dentro da
1953 Diretoria Nacional, não sendo Presidentes Regionais, que dentro da estrutura da diretoria tinham
1954 essa função. No que se referia à entidades repetidas, citou nomes que apareciam na lista de
1955 convidados e na lista de delegados, com a senhora Presidente informando que solicitaria à
1956 Conselheira Margareth fazer a correção dessas entidades citadas e poder ocupar ou não a vaga,
1957 indicando as entidades a serem analisadas. O Conselheiro Charles destacou que na lista dos
1958 delegados havia Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Criança e do Adolescente,
1959 cujo nome correto era Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude.
1960 Que na lista dos delegados na primeira página constava como se fosse um só organismo, IEE –
1961 Instituto de Ensino e Educação e Núcleo de Estudos e Pesquisa da Seguridade Social, sendo duas
1962 vagas, dando o total de 45. Ainda na lista dos delegados estava a Confederação Nacional das Igrejas
1963 Confessionárias, com o nome correto sendo das Igrejas Cristãs. Prosseguindo, indicou dois novos
1964 nomes: o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que o Conselheiro Falqueto

1965 havia dito que não estava computado, e a ABONG, que também não constava em nenhuma das duas
1966 listas. Concluindo discorreu sobre os convites que haviam sido feitos, esclarecendo que os
1967 Presidentes já estariam como delegados, com a senhora Presidente solicitando que sua lista de
1968 trocas fosse repassada. O Conselheiro Frederico destacou que se ficasse atento à questão das vagas,
1969 para não trazer nenhum prejuízo, esclarecendo como era na realidade. Após colocações sobre as
1970 vagas para estados e municípios, a Conselheira Renata informou que a Rebrats havia entrado como
1971 sugestão para as oficinas e não constava como convidado ou delegado, seguindo a mesma situação
1972 da ABONG, indagando se como convidado para a oficina participaria de tudo, com a confirmação
1973 da senhora Presidente. O Conselheiro Pasquini indagou sobre a inclusão das entidades Lar Fabiano
1974 de Cristo, Sociedade São Vicente de Paula e a Sociedade São Vicente de Paula, tendo a Conferência
1975 dos Vicentinos que congregava todos e não uma unidade só. O Conselheiro Clodoaldo explicou ter
1976 indicado o Lar Fabiano, esclarecendo sua situação. O Conselheiro Pasquini indagou como ficava a
1977 representação dessa entidade e se existiam os 27 fóruns, solicitando, também, a inclusão da
1978 Confederação das Santas Casas de Misericórdia. A senhora Presidente esclareceu que se estava
1979 listando as entidades para ver as vagas disponíveis, com o resultado sendo apresentado no dia 10,
1980 prosseguindo com as indicações. A Conselheira Simone sugeriu que se sobrassem vagas se
1981 colocassem os suplentes de delegados, com a concordância do Conselheiro Pasquini, que além da
1982 inclusão da Confederação das Santas Casas indagou se cada Conselheiro Nacional teria um convite
1983 para observador. O Conselheiro Renato Saidel solicitou correção na relação de convidados, página
1984 dois, onde constava “HENAS”, com o correto sendo Rede Evangélica Nacional de Assistência
1985 Social, RENAS, solicitando sua inclusão como delegada. O Conselheiro Clodoaldo reforçou a fala
1986 do Conselheiro Renato respeito à inscrição da RENAS, solicitando maiores informações sobre a
1987 Rebrats, com a senhora Presidente fazendo esse esclarecimento. Prosseguindo, a senhora Presidente
1988 observou que se estava com 45 indicações, tendo que se chegar em 44, indagando se o Pleno
1989 recomendava que se convidassem os 45 e se aguardasse, solicitando sugestões para o assunto. A
1990 Conselheira Thays sugeriu convidar algum representante dos movimentos estudantis, com a senhora
1991 Presidente destacando o Movimento de Secundaristas e o Movimento Nacional de Estudantes. O
1992 Conselheiro Charles relatou ter quatro pastorais, tendo que se decidir qual seria escolhida. O
1993 Conselheiro Renato Saidel sugeriu como **encaminhamento**, reunir as entidades que poderiam fazer
1994 uma discussão entre si e aquelas que seriam convidadas como delegados no seu segmento, os
1995 trabalhadores no seu segmento. Prosseguindo, indicou a Associação Brasileira de Instituições de
1996 Ensino Evangélicas como convidada, o que foi registrado. A Conselheira Maria Dolores observou
1997 que os convidados eram sempre instituições, propondo convidar seus usuários. A senhora
1998 Presidente encontrou ser uma boa indicação, o que poderia constar no convite, que essa Conferência
1999 estaria privilegiando e que seria preferencialmente, mas não necessariamente, com a Conselheira
2000 Simone ponderando que não adiantaria nada. O Conselheiro Renato Saidel encontrou indelicado
2001 mandar um convite para uma entidade dizendo “olha, queremos esse grupo ou fulano ou ciclano”,
2002 com a senhora Presidente esclarecendo como isso seria feito. Complementando, o Conselheiro
2003 Renato Saidel propôs que se encaminhasse o convite para a entidade com uma nota indicando que
2004 preferencialmente fosse usuário e a entidade decidiria, proposta que dependeria da Conselheira
2005 Maria dolores para ser fechada. A Conselheira Simone ponderando sobre as implicações do convite
2006 para o usuário, manifestou-se contra. O Conselheiro Charles informou serem quatro Pastorais, com
2007 exceção da Pastoral do Menor que não estava como delegado, mas sim como convidada, mas que
2008 era a maior, juntamente com a Pastoral da Criança em termos de representatividade no Brasil,
2009 sugerindo passar a Pastoral do Menor para delegada, junto com a Pastoral da Criança e mais uma,
2010 com duas participando como convidadas. Relatou as outras Pastorais: Carcerária, do Idoso e Mulher
2011 Marginalizada. Sugeriu que se fizesse uma discussão para se colocar três dessas como delegadas e

2012 duas como convidadas, chegando a 44. O Conselheiro Falqueto propôs que permanecesse a Pastoral
2013 da Criança como delegada, com a Pastoral do Menor sendo convidada e, caso houvesse
2014 necessidade, outra entraria em seu lugar. O Conselheiro Charles esclareceu que a Pastoral do Menor
2015 já estava como convidada, tendo quatro Pastorais como delegadas: da Criança, do Idoso, Carcerária
2016 e da Mulher Marginalizada. Concordou com essa colocação, mas não havia reduzido um delegado,
2017 com uma delas sendo convidada, com o Conselheiro Falqueto sugerindo a Pastoral Carcerária. O
2018 Conselheiro Renato Saidel observando a inexistência de uma instituição que representasse o
2019 segmento evangélico e tendo uma espírita, sugeriu a colocação de uma entidade que representasse
2020 esse importante segmento. O Conselheiro Falqueto, considerando a situação, sugeriu que a ANEC
2021 fosse uma convidada para entrar uma outra instituição. A senhora Presidente destacou o fechamento
2022 da lista de convidados e de delegados nacionais, enviando os convites para os convidados. O
2023 Conselheiro Renato Saidel observando o entendimento de que com a inclusão de alguns convidados
2024 se abateria dos 200 observadores e as vagas restantes se colocaria na internet, com a senhora
2025 Presidente observando que somente se teria condições de abrir as inscrições para os observadores
2026 depois do dia 10. O Conselheiro Renato Saidel explicou que a Secretaria-Executiva poderia fazer
2027 esse levantamento e a princípio se abria para 100 vagas para dar o start para os observadores e, a
2028 partir do levantamento dessa Plenária se disponibilizaria o restante das vagas. A Conselheira
2029 Simone não concordou com essa colocação. Que se deveria manter as 200 vagas de observadores,
2030 porque o convite era um convite de reconhecimento do Conselho Nacional, devendo se encaminhar
2031 dessa forma, com o Conselheiro Renato Saidel destacando que concordaria com essa proposta desde
2032 que se garantisse o convite a todas essas entidades que foram mencionadas. O Conselheiro Charles
2033 concordou com a proposta da Conselheira Simone, de manter como estava, optando por não fazer o
2034 convite, como sugerido, com os Presidentes dos Conselhos como convidados e, tendo as
2035 informações de quem não participaria, se abriria o processo de inscrição a partir do dia 3 de
2036 novembro. A Conselheira Margareth manifestou sua discordância, pois no momento em que se
2037 estaria trazendo como convidados se estava dando a questão de reconhecimento, defendendo que se
2038 reorganizasse para que fossem convidados, com a Conselheira Simone discordando dessas
2039 colocações. A senhora Presidente passou ao **encaminhamento**: Proposta um, manter o número de
2040 200 observadores e que fosse amplamente divulgado, não se tirando desses 200 observadores em
2041 nenhuma outra situação. Proposta dois, que se tenha 200 observadores menos 27, reservando uma
2042 vaga para cada um dos Conselhos Estaduais. Após colocar em votação, a senhora Presidente
2043 informou a aprovação da proposta de se manter as 200 vagas, não eliminando ninguém mas com
2044 todas as considerações que foram feitas durante o dia todo sobre as vagas a nível de estados. **Relato**
2045 **da Presidência Ampliada.** O Conselheiro Renato Saidel propôs, com relação ao relato da
2046 Presidência Ampliada, que se fizesse a leitura e aprovação dos pontos que seriam essenciais para
2047 aprovação e aquilo que pudesse ser transferido para a próxima Plenária, que fosse feito dentro do
2048 item de pauta em que seria aprovado o relato da Presidência. A senhora Presidente observou que
2049 havia algumas coisas que não poderiam passar, como a aprovação da pauta da próxima reunião,
2050 fazendo um **encaminhamento**: a Presidência Ampliada considerou que haviam vários assuntos
2051 sobre os quais o Pleno deveria se debruçar com mais cuidado para o Conselho se preparar para a
2052 Conferência Nacional de Assistência Social: a discussão de financiamento, que já havia passado e
2053 não precisaria ser retomada; o GT Composição; o GT Denúncias e apresentação da PNAD para o
2054 Pleno se qualificar para a Conferência Nacional. Destacou que esses elementos estavam contidos
2055 dentro da questão da pauta da próxima reunião, a qual tinha que ser aprovada com esses adendos. A
2056 Secretária-Executiva passou à leitura da *“Reunião da Presidência Ampliada. Participaram os*
2057 *Conselheiros: Márcia – Presidente; Margareth – Vice; Frederico – Coordenador da Comissão de*
2058 *Política; Edna – Coordenadora de Normas; Carlos – Coordenador da Comissão de Conselhos;*

2059 José Geraldo – Coordenador da Comissão de Financiamento. Apoio: Secretária-Executiva e
2060 Camila. 1. Calendário de reuniões. Uma proposta de reunião do GT Composição para o 4/11, do
2061 GT que discute o tratamento de denúncias para o dia 5 e da Comissão de Política para dia 9, que é
2062 um dia antes que antecede a Reunião Plenária. Dia 9 seria a Comissão de Política, dia 10 a
2063 Comissão Organizadora e dia 11 a parte formal do Conselho, de manhã aprovação de ata,
2064 informes, apresentação da PNAD como tema da manhã do dia 11, as Câmaras de Julgamento,
2065 julgamento de Plenária, relato do GT Composição, relato da Comissão de Política, relato do
2066 Grupo sobre Tratamento de Denúncias, relato da Presidência Ampliada. No dia 12, relato da
2067 Comissão Organizadora, a discussão do tema “Nova sistemática de financiamento da assistência
2068 social, inclusive o Piso de Transição” e o relato da Presidência Ampliada. Essa é a proposta de
2069 pauta. 2. Discussão sobre o Estatuto Jurídico do Terceiro Setor. Este tema foi trazido pela
2070 Conselheira Edna Aparecida Alegro, tendo em vista que participou no Ministério da Justiça do
2071 Seminário Terceiro Setor: Cenários e Desafios, no dia 15 de setembro de 2009. O CNAS também
2072 recebeu convite da Secretaria da Justiça, Romeu Tuma Junior, para o evento “Ante Projeto de Lei
2073 para — Estatuto Jurídico do Terceiro Setor” que acontecerá no dia 30 de outubro, de 10 às 15h,
2074 na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A Presidência Ampliada sugere que a Conselheira Margareth
2075 Alves Dalaruvera, que já está no Rio de Janeiro, represente o CNAS, trazendo mais informações
2076 sobre o tema, a fim de que este CNAS discuta o assunto no próximo ano. 3. Agendar reunião com o
2077 Deputado João Dado — PDT/MA, relator do PL SUAS na Comissão de Finanças e Tributação. Foi
2078 sugerido retirar uma Comissão com Conselheiros de Brasília e agendar um encontro com o
2079 deputado para tratar do PL — SUAS. 4. Conferência Mundial de Seguridade Social (anexo Ofício
2080 encaminhado aos Conselhos de Assistência Social). O CNAS está sendo representado pela
2081 Presidente Márcia Maria Biondi Pinheiro nas Reuniões do Comitê Executivo e pelo Conselheiro
2082 Frederico Jorge Souza Leite nas Reuniões da Comissão Organizadora da referida Conferência.
2083 Ressalta-se que foi encaminhado ofício para CEAS (em anexo). A Presidente e o Conselheiro
2084 encaminharão aos demais Conselheiros, por e-mail, material sobre o tema, a fim de que
2085 acompanhem o assunto. Também está sendo informado que a partir de 04 de dezembro de 2009, é
2086 no dia quatro mesmo, acontecerá o Seminário Nacional para escolha dos delegados da
2087 Conferência Mundial, e na reunião de novembro deverá ser tirado nome para representar o CNAS.
2088 5. Ofício nº 104/2009 do Fórum da Assistência Social de São Paulo solicitando intervenção do
2089 CNAS na Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo. (anexo) Vocês receberam o
2090 anexo? A Presidência Ampliada então sugere o encaminhamento do Ofício para o Grupo composto
2091 por Conselheiros da Comissão de Conselhos e de Normas, que está trabalhando no tratamento de
2092 denúncia para que a situação comunicada seja analisada pelo Grupo. Também será oficiado o
2093 CEAS/SP para posicionamento sobre o assunto, visto que igual comunicado foi também
2094 encaminhado aquele CEAS pelo citado Fórum. E, responder ao Fórum que este CNAS está
2095 adotando providências no sentido de fazer gestão junto aos CEAS/SP e outros órgãos. 6. Convite
2096 da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República para a reunião do Grupo
2097 de Trabalho para Redução da Violência Letal, no dia 29 de outubro, em Brasília. O Evento se
2098 insere no contexto de iniciativas previstas na Agenda Social Criança e Adolescente e visa
2099 diagnosticar e contribuir para a redução do alto índice de letalidade que atinge os adolescentes no
2100 Brasil. Encaminhamento: A Presidência Ampliada consulta os Conselheiros sobre a
2101 disponibilidade em representar o CNAS, observando a afinidade que o Conselheiro tenha com o
2102 tema. 7. O Ministro Patrus Ananias convida o CNAS para lançamento do Projeto “Inclusão
2103 Bancária dos Beneficiários do Bolsa Família, no dia 28 de outubro de 2009, às 9h, no Palácio do
2104 Itamaraty, com a presença, inclusive, do Presidente Lula. A Presidência Ampliada sugere que a
2105 Conselheira Edna Aparecida Alegro represente o CNAS no evento. 8. Informes. 8.1 Reorganização

2106 do layout. Foi solicitado à Coordenação Geral de Logística e Administração (CGLA/MDS) novo
2107 layout do CNAS, incluindo a ampliação da sala da Plenária e a inclusão de urna sala de reunião
2108 para os Conselheiros. Isto está em encaminhamento e será trazido posteriormente aos senhores.
2109 8.2. Ofício nº 42/2009 - FONACEAS solicitando participação nas discussões do CNAS. A
2110 Presidência Ampliada, ou melhor, o Conselho Nacional, já possibilita a participação de outros
2111 atores nas discussões do Conselho Nacional, o que já vem acontecendo em diversos Grupos de
2112 Trabalho e Comissões. Assim, o CNAS convidará o FONACEAS quando o tema a ser discutido no
2113 GT ou Comissão que tiver pertinência com aquele Fórum. Também foi acertado que sempre que
2114 possível, o CNAS se fará presente nas reuniões do FONACEAS. 9. Convites da Conferência
2115 Estadual do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul para os Conselheiros Samuel Rodrigues e
2116 Margareth Alves Dallaruvera respectivamente. Tendo em vista a especificidade do Convite, a
2117 Presidência Ampliada referendou a participação dos Conselheiros nas referidas Conferências.
2118 Informe sobre decisão do Tribunal Regional Federal e NOTA Consultoria Jurídica, aqui está
2119 errado! É AGU. Quais são estes dois informes? O presidente do TRF da 1ª Região proferiu decisão
2120 que suspende a liminar deferida na Ação Civil Pública pela Juíza Isa Cantão, deste modo, a
2121 Receita Federal não está mais obrigada a efetuar o lançamento preventivo dos créditos das
2122 entidades beneficiadas pela MP 446/2008. Quanto a NOTA da AGU Nº 180/2009, que trata da
2123 Medida Provisória, a Presidência Ampliada sugere o envio na íntegra para os Conselheiros por e-
2124 mail. É uma nota extensa, mas ela trata de ratificar tudo aquilo que discutimos aqui, que todos os
2125 efeitos valerem, que mesmo os atos administrativos que não foram praticados, isto não impede que
2126 o direito tenha sido constituído, e este entendimento da CONJUR da AGU vincula todas as
2127 Consultorias Jurídicas dos Ministérios. 11. Um usuário da Assistência Social encaminhou denúncia
2128 por intermédio da Conselheira Margareth Alves Dallaruvera informando que se sentiu prejudicado
2129 por profissional que atua na Política de Assistência Social. O Encaminhamento da Presidência
2130 Ampliada é que este assunto seja discutido no Grupo que discute o tratamento de denúncias. Este é
2131 o relato da Presidência.” A Conselheira Simone observou que gostaria de solicitar à Presidência
2132 Ampliada que discutisse uma posição do Conselho Nacional com relação à Revista Filantropia e
2133 Gestão Social, criticando seu conteúdo, onde a filantropia era vista como algo lucrativo,
2134 encontrando uma afronta e que a Mesa Diretora do Conselho se posicionasse, não admitindo que a
2135 revista fosse distribuída pela Secretaria-Executiva para os Conselheiros no CNAS. Prosseguindo,
2136 solicitou que o assunto fosse discutido na Presidência Ampliada e que a mesma enviasse um
2137 posicionamento para essa revista. A Conselheira Maria Dolores manifestou sua concordância com a
2138 fala da Conselheira Simone, com o Conselho devendo escrever um texto e solicitar à Revista
2139 Filantropia que o publicasse, com a concordância do Conselheiro Renato Saidel. Continuando, o
2140 Conselheiro, quanto ao relato, destacou que gostaria de fazer sugestões no número 5 e depois trazer
2141 uma informação com relação à denúncia do Fórum de Assistência Social do município de São
2142 Paulo. Que quando se dizia que seria oficiado o CONCEAS em São Paulo, que se oficiasse também
2143 o Conselho Municipal, que era o responsável pelo Controle Social, que deveria constar. Com
2144 relação a esse tópico, como Primeiro Secretário do Conselho Estadual queria informar ao Pleno que
2145 havia sido feita uma reunião e estavam muito preocupados esperando um segundo momento.
2146 Explicou que a reunião havia sido gravada, com coisas colocadas nesse ofício sendo verdadeiras.
2147 Destacou que isso seria verificado e posteriormente encaminhado para esse Colegiado. Com relação
2148 ao item dez, noticiando que a nota DECOR/CGU/AGU 180/2009 seria enviada aos Conselheiros,
2149 que se possível também fosse enviada a decisão do Tribunal Regional para se ter todas as
2150 informações, com a senhora Presidente esclarecendo que o documento poderia ser solicitado à
2151 CONJUR. A Conselheira Thays, com relação à revista mencionada, observou que havia que tomar
2152 cuidado, considerando a liberdade de expressão. Com relação à conversa com o deputado sobre o

2153 PL SUAS, dada a relevância crucial para o trabalho que esse Conselho desenvolvia, deveria ser
2154 convidado para uma conversa na Plenária, o que seria bastante enriquecedor, dada a
2155 representatividade de diversos setores. Encontrava que essa seria a preferência e caso não fosse
2156 possível, que a Comissão também atendesse ao critério de respeitar representatividade e ser
2157 paritária. Concluindo, e dada sua formação e com uma especialização na área dos direitos da
2158 criança e do adolescente, a Conselheira Thays se colocava à disposição para participar do evento,
2159 caso não houvesse outro Conselheiro. O Conselheiro Ferrari observou ter que se cuidar em como
2160 agir com relação à questão da revista, concordando com a Conselheira Simone e precisando se
2161 posicionar de maneira pedagógica, talvez produzindo um artigo a respeito, delegando isso à senhora
2162 Presidente. Em relação a chamar o deputado o assunto havia sido pensado na reunião da Ampliada,
2163 mas tendo um problema de tempo, com a reunião dos dias 10, 11 e 12 estando tomada, com a pauta
2164 muito cheia, e se estando a 38 dias das Conferências, ademais de se precisar do PL SUAS aprovado
2165 no dia anterior, não conseguindo ver onde se encaixaria esse ponto. A Conselheira Thays ponderou
2166 que a questão tempo teria que ser confrontada com a questão prioridade, encontrando que esse
2167 assunto talvez fosse o mais importante para a atuação do Conselho. A Conselheira Simone observou
2168 que o Conselheiro Ferrari já havia colocado tudo o que ela gostaria, mas havia que se posicionar
2169 contra o que estava escrito na publicação. O Conselheiro José Crus sugeriu que o Conselheiro
2170 Ferrari como representante do terceiro setor, escrevesse o artigo, tendo expertise na área e estando
2171 na Assistência Social e que, como professor, para que o Conselho pudesse demarcar sua posição. O
2172 Conselheiro Ferrari agradeceu a confiança, e informou que redigiria o texto e compartilharia com o
2173 Pleno. A Conselheira Maria Dolores propôs que o Conselho mandasse uma correspondência para o
2174 relator do CEBAS, para pedir agilidade nas discussões, sua aprovação, e enviar uma manifestação
2175 de apoio do Conselho para o seu relator, senador Eduardo Azeredo. Observou que havia que
2176 solicitar resposta ao Conselho Estadual de Minas que não haviam encaminhado, com a senhora
2177 Presidente informando que haviam ficado de enviar na segunda-feira, mas ainda não o haviam feito.
2178 A Conselheira Thays observou que gostaria de saber como havia ficado essa questão, se tentariam
2179 primeiro chamar o deputado e também, se fosse possível, ouvir os Conselheiros para verificar a
2180 importância desse convite. A Conselheira Simone informou que a Comissão Organizadora da
2181 Conferência havia sugerido que o próximo Pleno fosse a discussão dos pontos mais importantes da
2182 Conferência, que era o PL SUAS. Que o Conselho também teria que se preparar para esse debate,
2183 conhecendo a situação atual, encontrando que a proposta da Conselheira Thays era extremamente
2184 pertinente. Ponderou que posteriormente a senhora Presidente e a Secretária-Executiva teriam que
2185 colher os tópicos mais importantes e organizar uma agenda, porque com certeza haveria que discutir
2186 o PL SUAS e o PL CEBAS, dependendo da situação. A senhora Presidente acrescentou, dizendo
2187 aos relatores, da importância do que enfrentariam, que se estaria com 2 mil convidados discutindo
2188 esse tema na Conferência Nacional e se gostaria de saber qual o posicionamento do Congresso
2189 Nacional para levar para o evento. O Conselheiro Ferrari manifestou-se preocupado com a agenda,
2190 que não deveria ser sacrificada, propondo que se fizesse um pouco mais de esforço e se ficasse mais
2191 um dia em novembro, pelo menos uma manhã, para receber o deputado, destacando a importância
2192 da PNAD e do piso de transição. A senhora Presidente observou que a próxima reunião da
2193 Comissão Organizadora seria mais objetiva, sendo questões pontuais, tendo que se organizar dentro
2194 do tempo disponível, considerando o grande trabalho que havia à frente. A Conselheira Marisa
2195 referiu-se ao que havia ocorrido na Conferência de Manaus, relatando o fato, para registro. O
2196 Conselheiro José Crus observou terem sido tratados vários assuntos nesses três dias nesse Conselho,
2197 manifestando sua preocupação com todos os encaminhamentos para a Conferência acontecer.
2198 Recomendou que a Presidência junto com a Secretária-Executiva elencassem as prioridades,
2199 discorrendo sobre alguns procedimentos que deveriam ser tomados para a Conferência. O

2200 Conselheiro Frederico observou que a questão no tocante à Comissão de Política estava nesse viés,
2201 mas que se preparariam para a Conferência no tocante à tipificação. O Conselheiro Falqueto, após
2202 algumas colocações, apresentou uma nova instituição, que estava abrindo uma atividade de ponta
2203 no país, Computadores para Inclusão, acreditando que poderia ser um serviço aos Conselhos e aos
2204 CREAS e CRAS dos municípios, sendo reciclagem e doação de computadores, com o seguinte
2205 endereço eletrônico: computadoresparainclusão.gov.br, sendo uma parceira entre o Ministério do
2206 Planejamento e Ciência e Tecnologia, conforme o convite, com a inauguração sendo no dia 30, mas
2207 já funcionando havia quatro meses. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a senhora
2208 Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os
2209 debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a
2210 fazer parte integrante desta Ata, aprovada em Reunião de de 2009.